



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Relatório & Contas

2013



FICHA TÉCNICA

Título

Relatório e Contas 2013

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 845 40 84

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

50 exemplares

ISSN 0872-1610

ISBN 978-989-25-02565-4

Depósito Legal nº 79235/94

Periodicidade Anual

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P., Lisboa · Portugal, 2014*

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal.

Índice

<i>RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</i>	<i>5</i>
Apresentação	7
Introdução	9
<i>A - Descrição da Atividade do INE em 2013</i>	<i>13</i>
1. Desenvolvimentos da Atividade Estatística	15
1.1. A Atividade Estatística e o Impacto na Sociedade	15
1.2. Metodologia Estatística e Tecnologias de Informação e Comunicação	17
1.3. Recolha de Informação	21
1.4. Produção Estatística	27
1.5. A Difusão e a Procura de Informação Estatística	47
1.6. Cooperação Estatística Internacional	55
1.7. Gestão da Qualidade	59
1.8. Auscultação dos Utilizadores de Informação Estatística	61
1.9. Balanço Social 2013 - Análise Sintética	69
<i>B - Contas e Demonstração de Resultados</i>	<i>77</i>
1. Recursos Financeiros	79
1.1. Óptica da Contabilidade Pública	79
1.2. Óptica da Contabilidade Patrimonial	81
2. Situação Económica e Financeira	83
2.1. Balanço e Situação Patrimonial	84
2.2. Demonstração dos Resultados - Custos e Proveitos	84
2.3. Investimentos	86
2.4. Proposta de Aplicação dos Resultados	86
3. Outras Informações	87
3.1. RCM nº 155/2005 (nº9), de 6 de outubro	87
<i>BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS</i>	<i>89</i>
<i>MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL</i>	<i>93</i>
<i>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</i>	<i>101</i>
<i>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</i>	<i>105</i>

RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



Relatório e Contas

2013



APRESENTAÇÃO

O presente Relatório, que acompanha a apresentação das Contas relativas ao exercício financeiro do ano de 2013, visa apresentar os aspetos mais relevantes da atividade desenvolvida pelo INE e analisar os principais pontos da execução financeira explanada nas Contas e respetivos anexos.

Uma análise mais detalhada da execução da atividade do INE em 2013 será apresentada no **Relatório de Atividades**.

O presente documento está organizado em duas partes:

- Na primeira parte, faz-se uma apresentação sintética do conjunto da atividade exercida pelo INE ao longo de 2013: descrevem-se os aspetos mais relevantes da produção desenvolvida nas áreas estatísticas a que foi dado maior destaque no Plano de Atividades; enunciam-se as principais atividades na área da recolha e difusão de informação; faz-se referência às principais atividades no âmbito da Coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como ao nível internacional; caracterizam-se, ainda, os Recursos Humanos do INE, à data de 31 de Dezembro de 2013;
- Na segunda parte, apresentam-se as contas, bem como as demonstrações financeiras e respetivos anexos, elaborados em conformidade com a legislação em vigor.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da atividade estatística do INE em 2013 continuou a ter como enquadramento o Programa Estatístico Anual da Comissão e o Plano de Atividades, documentos operacionais das estratégias europeia e nacional definidas, respetivamente, no Programa Estatístico Comunitário para as Estatísticas Europeias e nas Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial (LGAEO) 2013-2017.

Os objetivos definidos para o INE, no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2013 (QUAR), avaliados no contexto do presente relatório, tiveram naturalmente em consideração a Missão do INE, a sua Visão, as LGAEO e o Plano de Atividades 2013:

Objetivos de Eficácia

- O1: Alargar a oferta de informação estatística oficial;
- O2: Aumentar a literacia estatística no seio da sociedade;
- O3: Cumprir o Plano de Formação do INE;
- O4: Manter uma cooperação estatística de qualidade com os países da CPLP.

Objetivos de Eficiência

- O5: Intensificar a adoção de modos de recolha tecnologicamente mais evoluídos e amigáveis para o respondente;
- O6: Alargar a apropriação de dados administrativos para fins estatísticos;
- O7: Modernizar as infraestruturas de suporte à produção estatística.

Objetivos de Qualidade

- O8: Disponibilizar, em tempo útil, informação estatística oficial de qualidade e relevante para a sociedade.

Do vasto conjunto de atividades desenvolvidas pelo INE ao longo de 2013, são de destacar as seguintes, devidamente identificadas no Plano de Atividades:

- a) No âmbito da **redução dos custos e da carga** sobre os respondentes:
 - Intensificação das iniciativas que visam alargar a apropriação de dados administrativos para fins estatísticos, tendo por objetivo a redução de custos para as Autoridades Estatísticas e da carga para os respondentes.
 - Definição de uma nova metodologia de dimensionamento e seleção da amostra do Inquérito Anual à Produção Industrial, que reduziu substancialmente o número de empresas a inquirir.
 - Consolidação de procedimentos para melhoria das taxas de resposta da recolha telefónica visando a otimização de recursos e redução de custos.
- b) No âmbito da melhoria de eficiência nos **processos de recolha de informação**:
 - Início da utilização do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA), bem como de novas bases de amostragem nos inquéritos às famílias, permitindo uma melhoria das taxas de resposta.

- Disponibilização de soluções de Transmissão Automática para envio de dados sem necessidade do preenchimento de formulários *online*, com implementação em três inquéritos.
- Preparação da renovação da área *WebInq* no Portal de Estatísticas Oficiais, tendo em vista a modernização das suas funcionalidades e usabilidade.
- Alargamento da resposta eletrónica aos inquéritos às famílias.
- Disponibilização de um novo formulário eletrónico do Sistema *Intrastat*, tendo aumentado a proporção de declarações recolhidas por via eletrónica, que atingiu 99,3% em 2013.

c) No âmbito da **produção estatística**:

- Concretização das atividades previstas no âmbito da mudança de base das Contas Nacionais Portuguesas (base 2011).
- Implementação do processo de mudança de base dos indicadores de curto prazo, tendo como referência o ano de 2010.
- Conclusão da construção de séries longas do Índice de Preços no Consumidor (IPC), passando a dispor-se de uma série para o período 1948/2013.
- Implementação das alterações às nomenclaturas relacionadas com o sistema harmonizado (Nomenclatura de Produtos da ONU), com impacto no ajustamento da Nomenclatura Combinada e das restantes nomenclaturas de produtos utilizadas no Comércio Internacional.
- Conclusão dos trabalhos dos Censos 2011.

d) No âmbito da **difusão estatística**:

- 97,6% da informação estatística programada foi disponibilizada no prazo previsto.
- Redução do padrão de disponibilização dos resultados do Inquérito ao Emprego (IE) para 38 dias após o final do período de referência dos dados (antecipação em 7 dias face ao anterior padrão).
- Antecipação da divulgação dos dados provisórios do Sistema de Contas Integradas das Empresas.
- Divulgação, pela primeira vez, de dados sobre os Estabelecimentos em Portugal no âmbito do Sistema de Contas Integradas das Empresas, relativos aos anos 2008 a 2011.
- Divulgação das estimativas definitivas inter-censitárias da população residente (2001-2010).
- Divulgação dos primeiros resultados do Inquérito à Fecundidade 2013, realizado em parceria com a Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Divulgação de dois estudos de caracterização do Parque Habitacional.
- Divulgação dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável relativos a 2012.
- Divulgação, pela primeira vez, de indicadores de resposta aos fenómenos emergentes de emigração temporária e envelhecimento demográfico.
- Divulgação, pela primeira vez, do Índice de Bem-estar para Portugal, para o período de 2004 a 2012 (resultados preliminares para o último ano).
- Divulgação antecipada da revisão das tábuas de mortalidade regionais por NUTS II (1999-2001 a 2009-2011) e NUTS III (2004-2006 a 2009-2011).

- Redução dos prazos de divulgação do Inquérito ao Transporte Rodoviário de Mercadorias, na sequência da otimização de processos tanto na fase de recolha de dados como na fase de análise dos resultados.
 - Cumprimento da meta estabelecida para o prazo de resposta a pedidos e esclarecimentos de informação estatística.
- e) No âmbito da **Cooperação estatística**:
- Liderança do projeto “Paridades de Poder de Compra” no Grupo dos Países do Sul da Europa.
 - Participação em projetos europeus importantes promovidos pelo *European Institute for Gender Equality* na área da igualdade de género.
 - Realização da formação através do programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste – Fase 2, cuja procura continuou a superar as expetativas previstas.

O desempenho do INE em 2013 pode ser constatado através de:

- Autoavaliação do QUAR 2013, que atingiu um valor de 123,972%, que justifica a proposta de atribuição da menção de BOM.
- Avaliação da execução das atividades que estruturaram o Plano de Atividades que aponta para uma taxa de execução global de 93%, utilizando um volume de efetivos inferior em 3,1% ao planeado e realizando uma despesa efetiva inferior em cerca de 3,5% à dotação planeada.
- Manutenção de níveis elevados de satisfação do cliente/utilizador de informação estatística, medidos através dos inquéritos à satisfação realizados regularmente, os quais registaram um ligeiro crescimento face a 2012.

A - DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DO INE EM 2013

1. DESENVOLVIMENTOS DA ATIVIDADE ESTATÍSTICA

1.1. A ATIVIDADE ESTATÍSTICA E O IMPACTO NA SOCIEDADE

A atividade do Instituto Nacional de Estatística por si, e por definição da sua Missão de prestação de serviço público, tem um impacto evidente na sociedade portuguesa.

Este capítulo do presente relatório descreve as atividades realizadas em 2013 pelo INE de acordo com as várias fases do Processo Estatístico: Metodologia e Tecnologias de Informação, Recolha de Informação, Produção Estatística e Difusão.

O Processo Estatístico é um processo complexo, que se concretiza em última análise junto da sociedade através da disponibilização de estatísticas relevantes, de qualidade, credíveis e de acesso fácil, em escrupuloso cumprimento pelos princípios do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias.

O impacto das estatísticas oficiais na sociedade é medido não só pela concretização dos objetivos eleitos para o QUAR, como também na execução de um conjunto vasto de outras atividades estruturantes na atividade do INE e do Sistema Estatístico Nacional, tal como inscritas no respetivo Plano de Atividades.

A atividade do INE é enquadrada a nível europeu (pelo Programa Estatístico Europeu) e a nível nacional (pelas Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial). O Programa Estatístico Europeu procura dar resposta às necessidades de informação estatística a nível da União Europeia, com vista à formulação, aplicação, acompanhamento e avaliação das políticas europeias. As autoridades estatísticas nacionais e a autoridade estatística europeia, o Eurostat, são responsáveis, respetivamente a nível nacional e a nível europeu, pela produção de estatísticas europeias, com observância do princípio da subsidiariedade.

A atividade de uma autoridade estatística, como um Instituto Nacional de Estatística, tem, assim, por definição, um impacto relevante para as sociedades de hoje, cada vez mais, “sociedades de informação”, sendo responsável por um importante instrumento para o conhecimento da realidade e para a tomada de decisão a todos os níveis, público e privado, individual e coletivo, central, regional e local. Tem, ainda, um papel crucial na promoção da literacia estatística, junto da Sociedade em geral e, em particular, junto das camadas mais jovens da população, futuros decisores do amanhã.

Apresentam-se alguns indicadores relativos a 2013 sobre a dimensão e o impacto na Sociedade ao serviço prestado pelo INE.

O INE na Imprensa:

- 278 destaques disponibilizados à comunicação social.
- 803 respostas a pedidos de informação de jornalistas.
- 10 313 notícias sobre a atividade do INE em 157 em órgãos de comunicação social: 35% em meios de imprensa escrita nacional, 33% em meios *online*, 7% em rádio e 25% em TV.

Atendimento e Apoio a Clientes:

- 15 813 respostas a pedidos de informação estatística ou de esclarecimento dos quais 8 186 foram recebidos via Portal/e-mail e 7 311 através de contactos telefónicos.
- 893 utilizadores nas bibliotecas do INE.

Atendimento e gestão do respondente de inquéritos por auto preenchimento:

- 67 174 contactos telefónicos recebidos.
- 129 173 contactos telefónicos efetuados.

Difusão de dados e acesso ao Portal de Estatísticas Oficiais:

- 1 348 000 acessos.
- 14 245 804 páginas visionadas.
- 7 397 indicadores disponíveis na Base de Dados de Difusão.
- 996 150 publicações consultadas/descarregadas.
- 679 854 destaques consultados/descarregados.
- 586 ocorrências/momentos de disponibilização de informação de operações estatísticas.
- 67 publicações de informação estatística divulgadas, das quais 31 exclusivamente através do Portal.

Atividades de literacia estatística:

- 1 887 visitantes (entre estudantes e docentes) recebidos em 48 visitas de estudo.
- 33 pontos de acesso à Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior (RIIBES).
- 336 ações/4 060 participantes nas ações de formação/divulgação da RIIBES, das quais 44 ações/794 participantes foram asseguradas pelo INE e 292 ações/3 266 participantes foram asseguradas pelos Parceiros.
- 934 participantes (em média) nos desafios apresentados no Projeto ALEA – Ação Local de Estatística Aplicada.
- 64 sessões/999 participantes na formação para professores de um amplo leque de disciplinas no âmbito do protocolo entre o INE e o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) do Ministério da Educação.

Eventos organizados pelo INE:

- 7 eventos/637 participantes:
 - *ESSnet Admin Data - SBS workshop*;
 - Sessão de apresentação da Conta Satélite para a Economia Social (2010) e do Inquérito ao Trabalho Voluntário (2012);
 - *Workshop Scanner Data*;
 - *Workshop A Produção Estatística Oficial e as Empresas*;
 - *Seminário Para que servem as estatísticas? Que uso diário lhes damos?*;
 - *Seminário O Parque Habitacional e a sua Reabilitação: Retrato e Prospetiva*;
 - *Seminário Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança*.

1.2. METODOLOGIA ESTATÍSTICA E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Bases de Unidades Estatísticas	
Plano	Atividades desenvolvidas
Definição e implementação do modelo de atualização do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA) com base em fontes administrativas, designadamente na nova versão do Sistema de Informação de Operações Urbanísticas.	Concretizada. Apresentação de um documento que define o conjunto de processos dinâmicos para efeitos de atualização do FNA. Este modelo consubstancia-se no aproveitamento da informação interna proveniente das operações estatísticas às famílias realizadas no âmbito do SEN, assim como em informação de natureza administrativa, como é o caso do SIOU e outra a que o INE tem acesso no âmbito de protocolos com diversas entidades públicas. Melhoria da qualidade das moradas dos edifícios e alojamentos com recurso a procedimentos de normalização e tecnologias de informação geográfica. Início do desenvolvimento dos subsistemas FNA e SIGUA-UA pertencentes ao sistema SIGINQ-IE (que implementam os processos descritos no relatório).
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Implementação da aplicação de suporte à gestão da base de explorações agrícolas (BEA), baseada nos dados do momento censitário – RA09, infraestrutura de suporte às operações estatísticas dirigidas às explorações agrícolas na década seguinte. Implementação de alterações na aplicação sobre Grupos de Empresas, por forma a integrar a informação do FUE. Desenvolvimento do trabalho de harmonização da informação dos Grupos de Empresas com a informação de iFATS (<i>Inward Foreign Affiliates Statistics</i>).
Métodos Estatísticos	
Plano	Atividades desenvolvidas
Consolidação e otimização dos desenhos amostrais e exploração de novas metodologias de estimação apoiadas em sistemas de informação geográfica, no sentido da redução da carga estatística dos respondentes.	Concretizada. Definição de uma nova metodologia para seleção da amostra e para estimação de resultados no Inquérito Anual à Produção Industrial, que permitiu reduzir a dimensão daquela em cerca de 57%. Desenvolvimento dos trabalhos no âmbito do projeto LUCAS iniciados em 2013 e com conclusão prevista em 2014, para definição de uma metodologia para estimação do uso e ocupação do solo ao nível das NUTS II e III apoiada em sistemas de informação geográfica.

Infraestrutura de Georreferenciação	
Plano	Atividades desenvolvidas
Desenvolvimento e consolidação da infraestrutura de dados espaciais (IDE).	Concretizada. Desenvolvimento de novos Conjuntos de Dados Geográficos da IDE. Incremento da cobertura e qualidade da Base de Segmentos de Arruamentos e da Base Geográfica de Edifícios. Conceção e construção de uma nova Base de Dados Geográfica, no âmbito da migração para a nova plataforma tecnológica. Avaliação de metodologias de georreferenciação do Ficheiro de Unidades Estatísticas. Integração da componente geográfica no Ficheiro Nacional de Alojamentos e Bases de Amostragem. Desenvolvimento de aplicações SIG WEB para a consulta, visualização e edição de dados geográficos no âmbito da recolha e difusão das estatísticas oficiais.
Implementação da Diretiva Inspire, fator potenciador de desenvolvimento da IDE do INE, em colaboração com outras instituições da administração central produtoras de informação geográfica e com os Municípios.	Concretizada. Aplicação das disposições de execução ao Conjunto de Dados Geográficos correspondente à Base Geográfica de Edifícios e Toponímia de Lugares Censitários.
Tecnologias de Informação e Comunicação	
Plano	Atividades desenvolvidas
Continuação do desenvolvimento do sistema SIGINQ promovendo o seu alargamento ao SEN e a sua integração plena com o novo Sistema de Metainformação (SMI), potenciando a partilha de informação estatística no seio do SEN.	Concretizada parcialmente. Disponibilização de algumas tabelas de classificações (provenientes do SMI) necessárias ao SIGINQ mas com necessidade de melhorias, nomeadamente em termos de automatização de processos.
Implementação de um sistema de recolha de microdados, via web, junto das Famílias.	Concretizada parcialmente. Realização do estudo prévio sobre o modo de recolha via web e formas de implementação.
Desenvolvimento das funcionalidades no Portal de Estatísticas Oficiais para melhoria da sua usabilidade e do acesso aos seus conteúdos, designadamente através de plataformas móveis.	Concretizada parcialmente. Desenvolvimento interno de um conjunto de funcionalidades para melhoria da usabilidade do Portal, nomeadamente no acesso aos Indicadores estatísticos, em resultado de propostas apresentadas pelas diferentes unidades orgânicas. Início de testes a formas de acesso via plataformas móveis.

Continuação da implementação do Plano de Ação do INE estabelecido no âmbito do Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de Custos com as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012).	Concretizada. Disponibilização de toda a documentação no âmbito do <i>WebInq</i> em formatos abertos.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Continuação do processo de modernização do SIGINQ – Sistema Global de Gestão de Inquéritos, com inclusão de novas operações estatísticas bem como de novas funcionalidades. Foram integradas 20 operações no âmbito das estatísticas das empresas e 7 operações no âmbito das estatísticas das famílias. Disponibilização de várias novas funcionalidades às empresas, no âmbito do <i>WebInq</i>.

1.3. RECOLHA DE INFORMAÇÃO

A componente de Recolha de dados das estatísticas oficiais continuou a beneficiar de variadas iniciativas de modernização e de inovação, de modo a contribuir significativamente para a eficácia e eficiência do INE, no âmbito da implementação das LGAEO 2013-2017, em particular no seu Objetivo 1: “Reforçar a qualidade das estatísticas oficiais, garantindo a otimização, aperfeiçoamento, flexibilidade, modernização e eficiência do processo de produção estatística, através do seu desenvolvimento metodológico, científico e tecnológico”.

Assim, o ano de 2013 foi marcado pela consolidação dos seguintes processos no âmbito da Recolha de dados:

- Início da utilização do Ficheiro Nacional de Alojamentos, bem como de novas bases de amostragem nos inquéritos às famílias, que resultou em informação de identificação e localização mais atualizada e, consequentemente, melhoria das taxas de resposta.
- Disponibilização de soluções de Transmissão Automática de Dados nos inquéritos às empresas, que permite o envio de dados sem a necessidade do preenchimento de formulários *online*. Trata-se de uma opção estratégica no sentido de uma simplificação significativa na resposta a inquéritos pelas empresas. Destacam-se as seguintes três operações pioneiras, que passaram a oferecer este modo alternativo de resposta eletrónica através de ficheiros XML: Inquérito à Permanência de Campistas nos Parques de Campismo, Índice de Custo do Trabalho e o Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas.
- Conclusão da integração da maioria das operações de recolha às empresas no sistema integrado de gestão de inquéritos (SIGINQ), bem como da disponibilização de formulários eletrónicos nas operações de recolha por autopreenchimento. Resta apenas a integração dos Inquéritos aos Preços de Produção Agrícolas, prevista para o primeiro trimestre de 2014.
- Elaboração de um inquérito *ad hoc* às empresas que habitualmente respondem aos questionários do INE. Este inquérito, inédito, permitiu obter uma imagem sobre a forma como a resposta a deveres de reporte estatístico é encarada pelos respondentes.
- Organização do *Workshop* “A produção estatística oficial e as empresas”, com a divulgação simultânea do destaque “Prestadores de informação para fins estatísticos – Empresas”.
- Continuação da conceção e do desenvolvimento da recolha eletrónica de preços e quantidades de produtos comercializados por relevantes cadeias nacionais (*scanner data*), tendo por base a definição de um suporte de codificação dos produtos (através da COICOP).
- Organização do evento internacional *Workshop on Scanner Data*, em Lisboa, que contou com a participação de 23 países e do Eurostat, em que foi possível a discussão e troca de experiências na utilização desta prática na recolha de dados para a produção e melhoria da qualidade da informação recolhida nos Índices de Preços no Consumidor.
- Conceção e desenvolvimento da renovação da área *WebInq* no Portal de Estatísticas Oficiais, modernizando as suas funcionalidades e usabilidade, bem como preparando o seu alargamento aos inquéritos a indivíduos e famílias.

- Consolidação do Sistema Integrado de Centro de Contactos (SICC) do INE, em especial o controlo de qualidade e atendimento a prestadores de informação assegurada por entrevistadores/as a partir de casa (*HomeCATI*). Destaca-se, ainda, a melhoria do processo de gestão e rotatividade das amostras na recolha telefónica, em especial na definição de critérios e procedimentos relativos às prioridades ao longo do dia e com base em diferentes momentos do período de recolha.
- Consolidação de procedimentos visando a melhoria das taxas de resposta da recolha telefónica de forma generalizada ou de acordo com determinados critérios (ex. rotação e perfis de respondentes), suportada por um *case management* mais eficaz e direcionado, baseado em critérios mais apurados, com consequente otimização de recursos e redução de custos.
- Desenvolvimento e disponibilização de um novo formulário eletrónico do Sistema *Intrastat*, que resultou na descontinuidade do *software* IDEP/CN8, que envolvia custos para o INE, aumentando ainda a proporção de declarações recolhidas por via eletrónica, que atingiu 99,3% em 2013.
- Disponibilização de uma ferramenta de georreferenciação dos edifícios com alojamentos das amostras para planeamento das áreas de trabalho e visualização das amostras pelos entrevistadores nas entrevistas presenciais.
- Intensificação da utilização de ferramentas de validação e análise de dados, designadamente o *Business Objects* (BO), bem como dos parados, durante o processo de recolha (tanto nos inquéritos às empresas e às famílias, como na recolha de preços), permitindo ações corretivas em tempo útil e a melhoria da qualidade dos dados recolhidos.
- Consolidação da análise dos parados, que resultou em mais indicadores que permitem conhecer as condições da recolha (presencial e telefónica), bem como os padrões de resposta dos entrevistados.
- Implementação de ferramentas de análise espacial das amostras na fase de planeamento das equipas de recolha, bem como no apoio ao trabalho de campo, nomeadamente na localização dos edifícios com alojamentos selecionados a partir do Ficheiro Nacional de Alojamentos.

Operações não correntes com particular impacto na atividade de recolha em 2013

- Inquérito aos Gastos Turísticos Internacionais, que envolveu significativos meios logísticos de recolha em campo, em quatro fronteiras aéreas e duas terrestres, em duas vagas de recolha (julho/agosto e outubro/novembro).
- Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas (início), primeira operação estatística de grande dimensão após o Recenseamento Agrícola de 2009.
- Inquérito às Rendas de Habitação, com a adoção do modo misto de recolha (presencial e telefónico) e integrado no SIGINQ com uma amostra selecionada a partir da nova Base de Amostragem (FNA).
- Inquérito à Situação Financeira das Famílias, em parceria com o Banco de Portugal.
- Inquérito à Fecundidade, com a Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Inquérito à Utilização das TIC nos Estabelecimentos Hoteleiros (bienal).

Melhorias introduzidas na atividade de recolha das operações correntes

- **Inquérito Anual à Produção Industrial:** introdução de alterações metodológicas com uma redução significativa da dimensão da amostra (aproximadamente 57%).

- **Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas:** reformulação envolvendo a articulação direta com todos os municípios, preparação dos novos suportes e dos sistemas de recolha, e realização de sessões informativas a todas as Câmaras Municipais.
- **Inquérito às Condições de Vida e Rendimento:** alteração do período de recolha visando a antecipação da data de disponibilização dos dados e introdução de aperfeiçoamentos ao nível das validações e dos indicadores da aplicação de recolha.
- **Intrastat:** participação na renovação dos procedimentos de acompanhamento mensal das revisões do Comércio Internacional e de monitorização da eficácia da nova metodologia de estimação; descontinuação da aplicação IDEP/CN8 e adoção de formulário eletrónico *WebInq* melhorado e renovado.
- **Inquérito aos Trabalhos de Reparação no Comércio Internacional:** incorporação da informação do Comércio Extracomunitário e integração no SIGINQ.
- **Inquérito ao Transporte Rodoviário de Mercadorias:** alteração dos processos de recolha com vista à redução do prazo de disponibilização dos resultados.
- Integração de 15 operações no SIGINQ e disponibilização do questionário no *WebInq*: Inquérito Anual à Produção Industrial (IAPI), Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIOU), Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Indústria Transformadora (ICIT), Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Serviços (ICS), Inquérito aos Trabalhos de Reparação do Comércio Internacional (IREP), Inquérito às Associações, Uniões, Federações e Confederações Patronais (ASSPAT), Inquérito aos Preços Médios de Materiais de Construção (IPMMC), Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais (IFC), Inquérito Anual aos Pescadores Matriculados (IAPM), Inquérito Anual à Indústria de Primeira Transformação da Resina (IARES), Inquérito às Galerias de Arte (IGEET), Inquérito aos Museus (IMUS), Inquérito aos Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários (JZBA), Inquérito aos Transportes Fluviais de Passageiros e Veículos (ITFPV) e Preparação do Inquérito aos Preços de Materiais para Construção (PIPMC).

Recolha Eletrónica – *WebInq*

Prosseguiu a intensificação da utilização massiva da recolha eletrónica de dados nos inquéritos às empresas, com o alargamento de sistemas eletrónicos de recolha a mais operações estatísticas, bem como a disponibilização da Transmissão Automática de Dados por xml.

85,4% das respostas foram recolhidas por via eletrónica, em resultado do alargamento do sistema de recolha de dados do INE pela Internet, disponível via Portal (*WebInq*), a mais operações.

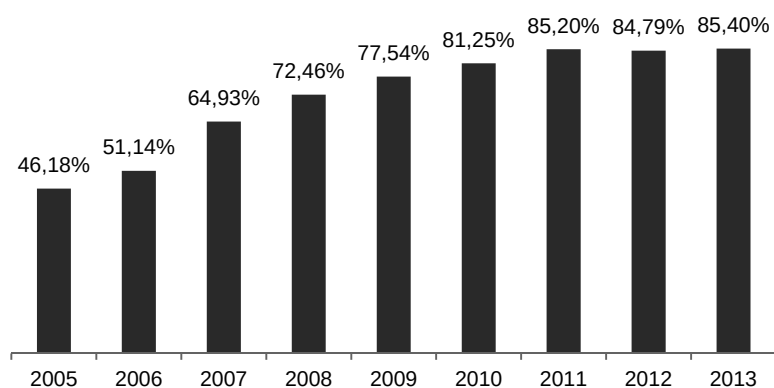
Este indicador, que considera a relação entre a quantidade de questionários de resposta eletrónica e o número de questionários passíveis de recolha eletrónica, atingiu níveis bastantes elevados. Por outro lado, as medidas para otimização da dimensão das amostras, diminuindo o esforço dos prestadores de informação e sem impacto negativo na qualidade, implicou já uma redução de cerca de 16% no número de empresas inquiridas, ao mesmo tempo que se registou um ligeiro acréscimo na taxa de resposta eletrónica (mais 0,61 p.p. face ao ano anterior).

Apesar do patamar elevado em que se situa a resposta eletrónica, o número de visitas ao serviço *WebInq* no Portal e de questionários entregues por essa via, registou um incremento significativo no seu

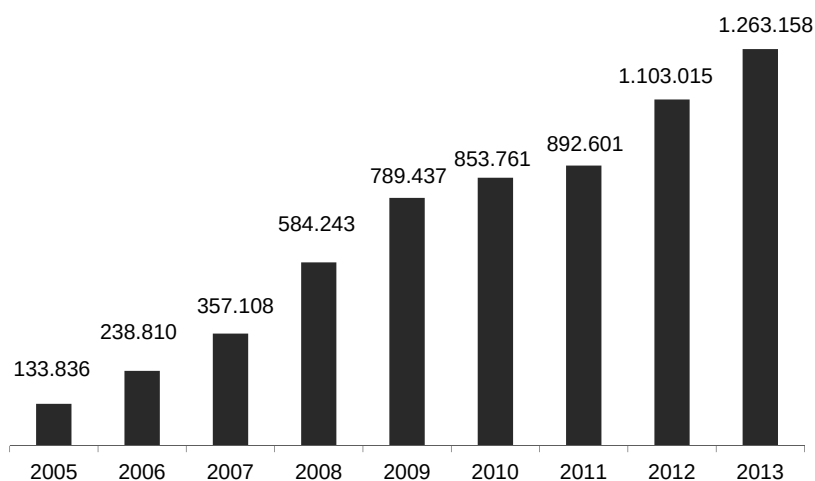
movimento de visitas: registaram-se 1 263 158 visitas (mais 14,5% do que no ano anterior), tendo sido entregues 867 031 questionários (mais 3,7% em relação a 2012).

A intensificação da utilização da recolha eletrónica tem implicado a redução gradual de custos de correios e comunicações que, nos últimos quatro anos, caíram 65%.

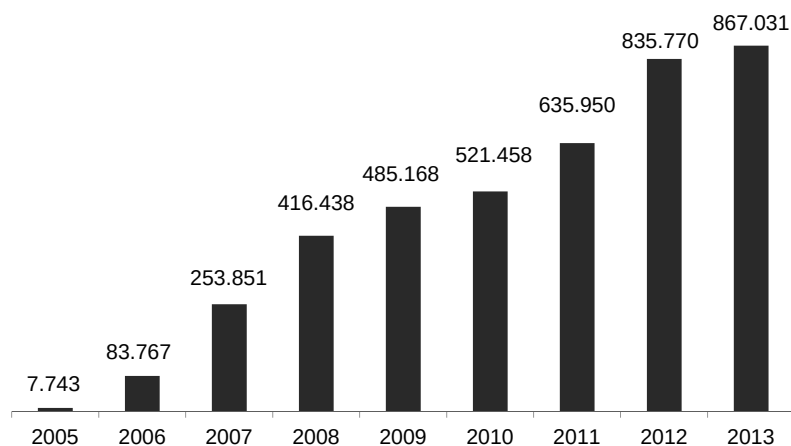
Recolha Eletrónica - % de Respostas recolhidas



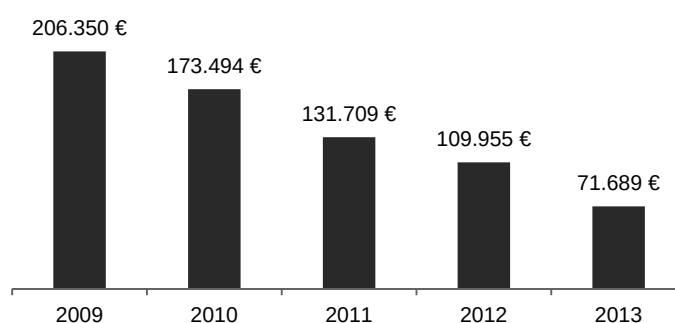
Número de visitas anuais ao WebInq



Número de entregas de questionários anuais no WebInq



Evolução dos custos com correios e comunicações nos inquéritos às empresas



Recolha Telefónica (CATI)

A adoção da recolha telefónica, para além de sinal de modernização e da potencial redução de custos, visa essencialmente oferecer uma opção de entrevista que permita inverter a tendência de declínio das taxas de resposta nos inquéritos presenciais às famílias. Este fenómeno está normalmente associado a alterações do modo de vida em termos da ocupação do tempo e à incidência de fenómenos de insegurança, principalmente nas áreas urbanas. O INE introduziu a recolha telefónica em 2006, oferecendo aos cidadãos e às famílias, a possibilidade de escolha da hora para a realização da entrevista.

Em 2013 foram asseguradas 88 558 entrevistas CATI (-0,5% face a 2012), o que significa que cerca de 75% do total de entrevistas passíveis de realização por telefone foram concretizadas. A meta estabelecida para este indicador foi alcançada, pelo que obteve uma classificação de “atingido”.

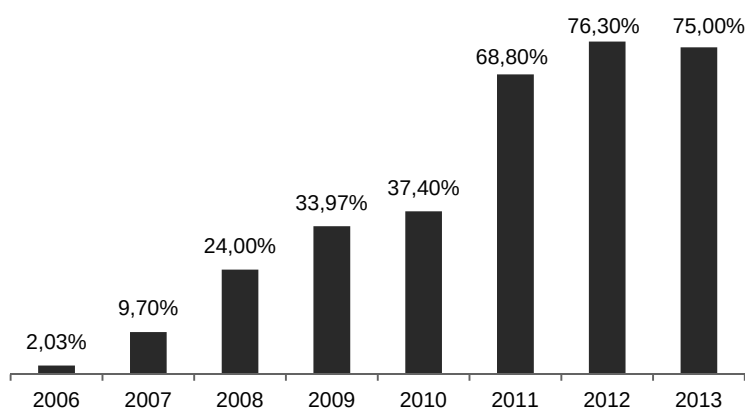
Operação Estatística	Recolha	Entrevistas	CATI %
Inquérito ao Emprego	CAPI e CATI	63.954	66,8%
Inquérito às Deslocações dos Residentes	CATI	21.488	82,8%
Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Consumidores	CATI	13.009	100%
Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída	CATI	6.597	100%
Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias	CAPI e CATI	8.304	57,7%
Inquérito às Rendas de Habitação	CAPI e CATI	5.258	76,0%
Total		118.610	75,0%

Registou-se uma evolução muito positiva no Inquérito às Rendas de Habitação, em que 76% das entrevistas foram efetuadas por telefone, o que representou um aumento de 16,2 p.p. face ao ano anterior.

Destaca-se ainda o Inquérito ao Emprego, em que foram recolhidas por telefone 66,8% das entrevistas conseguidas, -2,3 p.p. face ao ano anterior, em resultado da diminuição da amostra afeta a este modo de recolha. Por outro lado, procurou-se concentrar as entrevistas telefónicas nas duas semanas seguintes à semana de referência; o indicador correspondente situou-se em 91,9%, obtendo a classificação de “atingido”.

Manteve-se o objetivo de consolidação do Sistema Integrado do Centro de Contactos do INE (SICC). Não obstante alguma instabilidade na infraestrutura, foi possível sustentar o nível de atividade através da distribuição mais eficiente de chamadas realizadas pelos entrevistadores, localizados no Continente e nas Regiões Autónomas (*HomeCATI*). O SICC permite, de facto, ganhos significativos na qualidade da informação recolhida, devido à utilização da entrevista por guião e de procedimentos de supervisão centralizada, designadamente em momento diferido da entrevista, mas oferece ainda um potencial de melhorias, nomeadamente no controlo de qualidade das entrevistas realizadas e na exploração dos parados produzidos no sentido de otimizar o sucesso dos contactos.

Recolha Telefónica - % de Entrevistas conseguidas



Procedimentos de Gestão e Controlo da Qualidade

Destaca-se a consolidação do modelo de gestão da qualidade na recolha de dados, nomeadamente na definição de compromissos documentados de níveis de serviço, procedimentos de recolha, relatórios anuais de recolha por operação, bem como de supervisão e de monitorização das entrevistas presenciais e telefónicas.

Prosseguiram as ações de consolidação do sistema de gestão de processos de recolha, integrado noutro mais abrangente, de controlo dos diferentes aspetos da produção de dados estatísticos (o Sistema Global de Gestão de Inquéritos - SIGINQ) constituído por diversos subsistemas, designadamente para a gestão de Processos de Recolha por Autopreenchimento (GPap) e do Processo de Recolha por Entrevista (GPie).

Relativamente aos inquéritos às empresas e instituições, em que foi definido um indicador específico da evolução do SIGINQ, 92,3% das respostas foram recebidas pelos inquéritos suportados por esse sistema integrado, que representou um aumento de 11 p.p. face ao ano anterior.

Registou-se, ainda, a ampliação dos conteúdos da recolha de dados na *wiki* do INE, enquanto meio de divulgação interna de indicadores de recolha das diversas operações e processos de recolha. Destaca-se a ampliação de indicadores operacionais de recolha, disponibilizados diariamente, bem como de material de divulgação e formação sobre os processos de recolha.

1.4. PRODUÇÃO ESTATÍSTICA

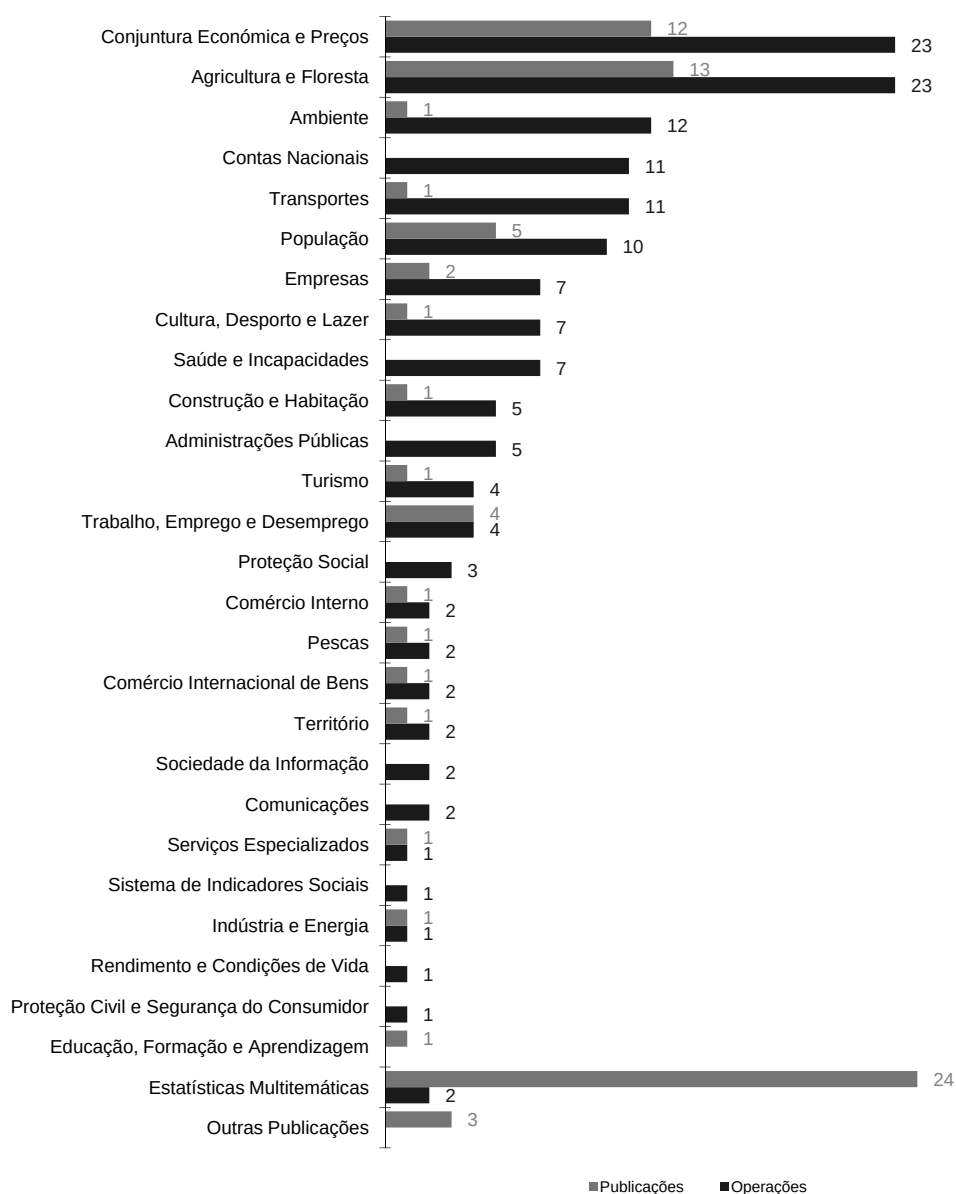
No Plano de Atividades para 2013 estava prevista a realização de 151 operações estatísticas, a que correspondiam 590 Ocorrências/momentos de Disponibilização de Informação e a Edição de 72 publicações.

Em termos de execução ficaram por concretizar 4 ocorrências: i) “Vacinações e Morbilidade - 2012” (transita para 2014); ii) “Sistemas Públicos Urbanos de Serviços de Águas (vertente física) – 2012” e iii) “Sistemas Públicos Urbanos de Serviços de Águas (vertente económico-financeira) – 2012”, ambas suspensas por ausência de informação da ERSAR; iv) “Estatísticas dos Resíduos Setoriais – 2012” (transita para 2014).

Não foram editadas 4 publicações, que transitam para 2014.

As restantes Operações Estatísticas e publicações editadas distribuíram-se por 26 áreas estatísticas.

Operações Estatísticas e Publicações, por Área Estatística (Nº)



Assim, do total de ocorrências previstas para 2013, 99,3% foram efetivamente concretizadas, 97,6% na data prevista ou com antecipação, não considerando 6 ocorrências cujo atraso ou não disponibilização efetiva não foi da responsabilidade do INE.

Descrevem-se, sucintamente, as principais atividades desenvolvidas em 2013, por área estatística, de acordo com o previsto no Plano de Atividades.

Maior detalhe da informação estatística divulgada e das publicações editadas, assim como as justificações dos eventuais atrasos na sua disponibilização, estão disponíveis em anexo a este Relatório.

1.4.1. População e Sociedade	
População	
Plano	Atividades desenvolvidas
RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E DA HABITAÇÃO: Conclusão dos trabalhos dos Censos 2011, que inclui a conclusão da execução do programa de difusão, o reporte de informação censitária ao Eurostat e outras organizações internacionais e a elaboração e apresentação do relatório de execução da operação censitária. Prosseguimento dos estudos e trabalhos de implementação de um novo modelo Censitário para 2021, baseado essencialmente na utilização de ficheiros administrativos.	Concretizada. Antecipação, em cerca de um mês, da transmissão dos resultados dos Censos 2011, ao Eurostat, de acordo com as especificações definidas no Reg. (UE) 519/2010, relativas ao Censos <i>hub</i>. Cumprimento do Programa de Difusão com a i) disponibilização de 7 publicações de análise regional e 1 publicação de metodologia e conceitos; ii) elaboração de 5 destaques temáticos “Dia de...”; e iii) elaboração de um artigo para a revista de estudos demográficos (RED 51). Resposta a pedidos de informação dos utilizadores e de organizações internacionais. Elaboração do Relatório de Execução dos Censos 2011, aprovado pelo CSE-SEAC 2011 - 3ª deliberação, em 4 julho de 2013. Prosseguimento dos trabalhos preliminares para a elaboração do Estudo de viabilidade da implementação de um novo modelo Censitário em 2021, baseado essencialmente na utilização de ficheiros administrativos. Apresentação de 3 relatórios: 1- Análise de Ficheiros Administrativos – Ligações Numéricas BDIC/SS/QP/SEF/CGA; 2- Análise de ficheiros administrativos BDIC 2010; 3- Avaliação de ficheiros administrativos da Segurança Social e Quadros de Pessoal.
Estatísticas Vitais - Consolidação do processo de recolha, validação e transmissão eletrónica de dados ao INE, relativos às estatísticas vitais, com o objetivo de reduzir os prazos de disponibilização infra-anual da informação relativa à natalidade, mortalidade e nupcialidade.	Concretizada. Consolidação do processo de transmissão de dados ao INE, o que permitiu a disponibilização no Portal de estatísticas oficiais de três novos indicadores, numa base mensal, relativos à natalidade, mortalidade e nupcialidade.

Tábuas Completas de Mortalidade - Disponibilização do indicador “Esperança Média de Vida” numa base definitiva para 2012 e numa base provisória para 2013, indicador indispensável para o cálculo do Fator de Sustentabilidade a aplicar à definição das pensões (Decreto LEI Nº 187/2007 de 10 de maio).	Concretizada. Disponibilização, no calendário previsto, do indicador “Esperança Média de Vida”: valores definitivos para 2012 e provisórios para 2013. Revisão, também metodológica, das tábuas de mortalidade regionais para NUTS II e NUTS III e divulgação dos respetivos indicadores para os períodos 1999-2001 a 2009-2011 e 2004-2006 a 2009-2011 (atividades previstas para 2014, na sequência da revisão das estimativas da população em função dos resultados definitivos dos Censos 2011).
Estimativas e projeções demográficas: • Com base nos resultados definitivos dos Censos 2011, será revisto um conjunto de séries na área demográfica, nomeadamente: – Estimativas Definitivas da População Residente para Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios, 2001-2010, bem como dos Indicadores Demográficos assentes nestas estimativas; – Estimativas Provisórias Anuais de População Residente 2011 e 2012, nova série pós-censitária, com incorporação dos resultados definitivos dos Censos 2011; – Estimativas Mensais de População Residente em 2013, assentes em previsões de nados vivos, óbitos e saldos migratórios, enquanto informação de base para cálculo de ponderadores do Inquérito ao Emprego e revisão das séries com incorporação dos resultados das Estimativas Anuais Definitivas;	Concretizada. Disponibilização das Estimativas Definitivas da População Residente 2001-2010 (estimativas intercensitárias, que revêm a série Estimativas Provisórias Anuais de População Residente 2001-2010): trata-se de uma revisão realizada a cada 10 anos, após a divulgação dos resultados definitivos de cada novo recenseamento da população e enquadra-se na tipologia “Revisões Regulares Gerais”, na medida em que constitui uma revisão que reflete o impacto dos resultados de uma operação estatística de natureza estrutural: os Censos 2011. Disponibilização das Estimativas Provisórias de População Residente (estimativas pós-censitárias, assentes nos resultados definitivos dos Censos 2011) para 2011 (revisão do exercício <i>ad hoc</i> de estimativas de população residente 2011 realizado anteriormente com base nos resultados provisórios dos Censos 2011) e para 2012. Com o objetivo de conciliar, em termos conceptuais e metodológicos, a série Estimativas Definitivas de População Residente 1991-2000, com a série Estimativas Definitivas de População Residente 2001-2010, procedeu-se ainda a uma revisão extraordinária daquela primeira série, estando os dados revistos já disponíveis no Portal. As duas séries de Estimativas Definitivas de População Residente – 1991-2000 e 2001-2010, partilham agora da mesma metodologia de cálculo, mesmos pressupostos metodológicos no estabelecimento das populações de base e a mesma divisão administrativa, neste caso a divisão administrativa à data dos Censos 2011. Revisão da série de estimativas mensais de população residente para o período 2001-2010 para regiões NUTS III.

– Estimativas Provisórias da População Residente, por sexo, idade, nacionalidade e naturalidade, 2008-2011; – Estimativas da Imigração e da Emigração, por sexo, idade, nacionalidade e país de destino, 2008-2011. • Revisão das metodologias de cálculo das Estimativas Provisórias da População Residente, para o período pós censitário (Censos 2011), por sexo, idade, nacionalidade e naturalidade, com incorporação dos resultados dos Censos 2011. • Realização do novo exercício de Projeções de População Residente, por idades e sexos, 2011-2060, para Portugal e Regiões.	Revisão da série e divulgação de resultados – indicadores revistos no Portal – em dezembro. Revisão da série e divulgação de resultados – indicadores revistos no Portal – em outubro e junho, respetivamente. Concretizada. Revisão da série e divulgação de resultados - indicadores revistos no Portal – em dezembro. Concretizada. Definição da metodologia e dos cenários de evolução.
Realização do Inquérito à Fecundidade 2013, em parceria com a Fundação Francisco Manuel dos Santos.	Concretizada. Disponibilização dos primeiros resultados a 27 novembro, através de destaque à comunicação social e conferência de imprensa INE/ Fundação Francisco Manuel dos Santos.
Participação ativa nos trabalhos da Equipa Interministerial da PCM para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação.	Concretizada. Validação do Dossiê de Género (DG) disponível no Portal e da respetiva metainformação (nove áreas temáticas, 298 indicadores) e o aperfeiçoamento e alargamento do seu conteúdo, designadamente com a extensão da linguagem inclusiva a novos temas e a introdução de novos indicadores (+68 maioritariamente do tema Atividade, Emprego e Desemprego). Realização de um <i>workshop</i> (21 março) em colaboração com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), subordinado ao tema “Género e Estatística- Ação de Sensibilização para promover o <i>Mainstreaming</i> de género na Estatística”. Participação na Rede de Pontos Focais de Acompanhamento, coordenada pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. (ACIDI, I. P.), para acompanhar a execução do II Plano para a Integração das Migrações (II Pii), no que se reporta à implementação da medida 4 “Melhoria dos dados oficiais sobre integração dos imigrantes”.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Organização de um seminário em parceria com o Instituto de Ciências Sociais (ICS/OFAP) subordinado ao tema “Famílias nos Censos 2011: Diversidade e mudança”. Comunicação apresentada no âmbito deste seminário sobre “Principais tendências demográficas: as últimas décadas”.

	Disponibilização de uma amostra de 5% de microdados no quadro de contrato de colaboração com a Universidade do Minnesota – EUA, no quadro do projeto IPUMS. Divulgação, pela primeira vez, de indicadores de resposta aos fenómenos emergentes de emigração temporária e envelhecimento demográfico: Indicadores sobre emigração temporária; Estimativas de população residente NUTS I e II, desagregadas até aos 100 e mais anos. Participação na Escola de Verão da Sociedade Portuguesa de Matemática 2013 (EVSPM2013) sob a perspetiva da Matemática do Planeta Terra, Lisboa, setembro, com uma apresentação sobre “Estrutura e dinâmica da população portuguesa”. Participação na <i>Joint Eurostat/UNECE Work Session on Demographic Projections</i>, Roma, outubro, com apresentação do paper “<i>Cohort effects and structural changes in the mortality trend</i>”. Participação no Grupo de Trabalho para Elaboração e Implementação do I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017, (I PMPCVDG 2014-2017) referente ao Município de Lisboa. Atividades desenvolvidas no seio da Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH/MNE): • Participação no Grupo de Trabalho criado para preparar a defesa do 3º e 4º Relatório Nacional sobre a Implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. • Participação nos Grupos de Trabalho criados para elaborar indicadores setoriais nacionais de direitos humanos: concluídos os trabalhos relativos ao Direito à Educação e ao Direito à Segurança e Liberdade Individual. Iniciado o estudo de Indicadores relativo à Violência contra as Mulheres.
Trabalho, Emprego e Desemprego	
Plano	Atividades desenvolvidas
Inquérito ao Emprego (IE)	
• Disponibilização dos resultados do Inquérito ao Emprego (IE) num padrão de 38 dias após o final do período de referência dos dados na sequência da consolidação do modo misto de recolha (CAPI/CATI) (antecipação em 7 dias face ao anterior padrão).	Concretizada. Disponibilização de informação nas datas previstas.
• Análise e divulgação dos resultados do módulo <i>ad hoc</i> do IE de 2012 “Transição para a reforma”.	Concretizada. Disponibilização antecipada de informação.
• Realização do módulo <i>ad hoc</i> de 2013 do Inquérito ao Emprego sobre “Acidentes de trabalho e problemas de saúde relacionados com o trabalho”.	Concretizada.
• Preparação do módulo <i>ad hoc</i> 2014 do IE sobre “Migrantes e seus descendentes no mercado de trabalho”.	Concretizada. Conclusão do suporte de recolha (questionário) e respetivas especificações informáticas.

Índice de Custo do Trabalho - Divulgação da nova série do Índice de Custo de Trabalho (base 2008).	Concretizada. Disponibilização da informação trimestral nas datas previstas.
Desenvolvimento de um sistema de informação sobre o emprego público, em articulação com a DGAEP.	Concretizada. Articulação com a DGAEP relativa à consideração de universos comuns de entidades que integram o sector institucional das administrações públicas em Contas Nacionais, bem como às empresas financeiras e não financeiras detidas maioritariamente pelas administrações públicas, que passaram a integrar o universo do SIOE.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Adoção, desde o 1º trimestre de 2013, de variáveis dependentes no IE, ou seja, a transferência de informação entre trimestres para variáveis pré-definidas e com níveis de estabilidade garantidos, com vista à redução da carga sobre os respondentes. Produção de três artigos para a rubrica "Tema em análise" da publicação trimestral "Estatísticas do Emprego": 1) O trabalho voluntário em 2012; 2) Transição da vida profissional para a reforma – Módulo <i>ad hoc</i> do Inquérito ao Emprego de 2012; 3) Os jovens no mercado de trabalho – indicadores de medida em confronto. Inclusão de 31 indicadores novos do IE no Portal de Estatísticas Oficiais: 28 sobre os NEEF (jovens não empregados que não estão em educação ou formação) e 3 sobre indicadores associados à Estratégia 2020. Realização de estudos e preparação das rotinas de cálculo para a produção e divulgação nacional, em 2014, de estimativas mensais da taxa de desemprego.

Rendimento e Condições de Vida

Plano	Atividades desenvolvidas
Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (ICOR) 2013: Realização do inquérito, antecipando-se o processo de recolha de dados para possibilitar a divulgação dos resultados sobre o risco de pobreza e sobre a privação material, no 1º trimestre de 2014. Realização do inquérito sobre Bem-estar, que inclui ainda as variáveis adicionais necessárias à monitorização e revisão dos indicadores de privação material no âmbito programa Europa 2020.	Concretizada. Antecipação da recolha, perspetivando-se também a antecipação da disponibilização de resultados para o 1º trimestre de 2014. Integração, no ICOR, de um módulo de variáveis secundárias relativas ao Bem-estar conforme definido pelo regulamento nº 62/2012 de 24 de janeiro de 2012. Recolha (opcional) de novas variáveis sobre privação material, incluindo a privação material infantil, viabilizando, assim, melhorias na monitorização e revisão dos indicadores no âmbito programa Europa 2020.
Inquérito à Situação Financeira das Famílias - Realização da 2ª edição, em parceria com o Banco de Portugal, no âmbito do Eurosistema.	Concretizada.

Inquérito ao Uso do Tempo - Preparação de um inquérito ao uso do tempo, em parceria com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.	Não concretizada. Este projeto, apresentado em agosto de 2012, constituía uma candidatura do INE (mediada pela Comissão para a Igualdade de Género) a financiamento no âmbito de um programa apoiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014 (no âmbito <i>EEA Grants</i>), visava promover a investigação sobre a integração da igualdade de género e a promoção do equilíbrio entre trabalho e vida privada em Portugal. A decisão sobre o financiamento ocorreu apenas no final de novembro, inviabilizando a realização da operação no calendário definido para 2013 e anos seguintes.
Desenvolvimento concetual e metodológico e construção de um Índice de Bem-estar para Portugal, contemplando as várias dimensões da qualidade de vida das famílias.	Concretizada. Divulgação dos principais resultados do Índice de Bem-estar para Portugal para o período de 2004 a 2011 e 2012 (resultados preliminares), concebido e apurado pela primeira vez e alicerçando-se em metodologia definida internacionalmente, nomeadamente pela OCDE e pelo Eurostat e já aplicada por outros Institutos de Estatística.
Preparação do Inquérito a Situações de Calamidade (Resolução do Conselho de Ministros nº 88/2012) a realizar, junto dos municípios atingidos, aquando da ocorrência de incêndios e de catástrofes naturais (sismos, inundações, tornados, quedas de granizo, etc.), para inventariação de danos humanos, económicos, etc.	Concretizada. Disponibilização de informação sobre os impactos dos incêndios de grande dimensão em quatro vertentes distintas: i) Consequências no Edificado e na População Residente; ii) Perda do Potencial Agrícola; iii) Perda do Potencial Florestal; e iv) Danos em Infraestruturas, Equipamentos e Património Ambiental e Cultural.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Participação no seminário <i>The way forward in poverty measurement</i>, organizado pela UNECE em Genebra de 2 a 4 de dezembro, com a apresentação do <i>paper</i> "How clear are relative poverty measures to the common public?". Participação no seminário Justiça intergeracional, organizado pelo Conselho Nacional da Juventude em Lisboa de 19 a 20 dezembro, com a apresentação da comunicação "A pobreza e privação entre os jovens e os idosos".
Educação e Formação	
Plano	Atividades desenvolvidas
Coordenação do processo de integração de dados administrativos da educação no âmbito do exercício UOE (Unesco/OCDE/Eurostat) 2012 e do cumprimento do respetivo regulamento comunitário.	Concretizada.
Coordenação da implementação da ISCED 2011 assegurando a articulação e harmonização de procedimentos a nível interno e internacional.	Concretizada. Conclusão de um relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo subgrupo B do GTEEF/CSE sobre a implementação da ISCED 2011, de acordo com o calendário previsto.

	Operacionalização das alterações necessárias nos instrumentos de notação das operações estatísticas junto das famílias, para obtenção de estimativas segundo a ISCED 2011 a partir de janeiro/2014. Continuação dos trabalhos inerentes à construção de uma base de dados de conceitos sobre a educação e formação, no âmbito do subgrupo A do GTEEF/CSE.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Disponibilização da publicação, do destaque à comunicação social e dos indicadores para o Portal relativos à segunda edição do Inquérito à Educação e Formação de Adultos, em junho.
Cultura Desporto e Lazer	
Plano	Atividades desenvolvidas
Conclusão do processo de integração de todas as operações estatísticas da área da cultura no sistema de gestão de inquéritos do INE (SIGINQ).	Concretizada.
Preparação e disponibilização da publicação eletrónica Estatísticas da Cultura 2012 e divulgação no Portal do INE dos principais indicadores produzidos no âmbito das operações estatísticas da Cultura.	Concretizada.
Saúde e Incapacidades	
Plano	Atividades desenvolvidas
Inquérito Europeu de Saúde - Preparação do inquérito (a realizar em 2014), em parceria com o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge e com a Direção-Geral da Saúde.	Concretizada. Articulação técnica com o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA) para a definição do questionário a aplicar entre setembro e dezembro de 2014, de acordo com o regulamento nº 141/2013 de 19 de fevereiro de 2013, relativo às estatísticas baseadas no inquérito europeu de saúde por entrevista (EHIS), e com as necessidades e especificidades nacionais definidas pelo Ministério da Saúde através do INSA.
Integração dos dados administrativos do Sistema de Informação dos Certificados de Óbito, enquanto base para a codificação das estatísticas de mortalidade por causas de morte.	Concretizada. Integração dos dados administrativos do Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO) durante o período experimental iniciado em novembro de 2012, nomeadamente a inclusão e validação dos registos eletrónicos nas estatísticas de óbitos por causas de morte.
Preparação de uma publicação sobre o "Risco de morrer em Portugal", em parceria com a Direção-Geral da Saúde.	Concretizada. Preparação da publicação "Risco de morrer 2012", a editar em parceria com a Direção-Geral da Saúde, no 1º trimestre de 2014.
Desenvolvimento de um sistema de informação na área da deficiência e integração social, em parceria com o Instituto Nacional de Reabilitação e o GEP/MSSS.	Concretizada parcialmente. Continuação da articulação entre as 3 instituições para a definição de um sistema de informação nesta matéria.

<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Desenvolvimento de trabalhos no âmbito das recomendações do GATES do CSE para a viabilização do Encontro sobre a Saúde. Participação na III Conferência VIH Portugal, realizada em Lisboa em novembro, com a apresentação da comunicação “Estatísticas das causas de morte – VIH/SIDA”.
Proteção Social	
Plano	Atividades desenvolvidas
Desenvolvimento de uma análise comparada (conceitos e resultados estatísticos) entre o modelo SEEPROS e as Contas Nacionais na área da proteção social.	Concretizada parcialmente. Análise concetual do SEEPROS em comparação com a abordagem das Contas Nacionais na área da proteção social.
Definição do sistema de informação estatística da proteção social em articulação com o GEP/MSSS.	Concretizada parcialmente. Definição de um plano de trabalho conjunto, visando a identificação e descrição dos pilares do sistema de segurança social; identificação e inventariação de variáveis, conteúdos e conceitos; e definição de indicadores prioritários.
Justiça	
Plano	Atividades desenvolvidas
Continuação dos trabalhos de preparação do Inquérito Europeu à Segurança face ao Crime.	Não concretizada. Inquérito suspenso na sequência da rejeição pelo Parlamento Europeu da proposta de Regulamento da Comissão.

1.4.2. Território e Ambiente	
Território	
Plano	Atividades desenvolvidas
Divulgação da publicação Retrato Territorial de Portugal (3ª edição), versando a Valorização do território, a Coesão e qualidade de vida e a Competitividade e crescimento, com base nos resultados definitivos dos Censos 2011.	Concretizada. Disponibilização da publicação no Portal.
Divulgação do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2010 e índices parciais de Competitividade, Coesão e Qualidade ambiental, incorporando os resultados da nova série 2004-2010 do Sistema Contas Integradas das Empresas.	Concretizada.
Preparação e divulgação do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (10ª edição).	Concretizada.

Continuação da compilação de informação para o universo de cidades portuguesas no âmbito do projeto europeu Auditoria Urbana V e início da recolha de informação para um universo mais alargado de cidades, de acordo com o estabelecido com a Direção-Geral do Território.	Concretizada. Organização da informação referente às 25 cidades portuguesas selecionadas no âmbito da Auditoria Urbana – contrato estabelecido com o Eurostat – e de 24 cidades adicionais, como definido com a Direção-Geral do Território.
Início do estudo piloto, em articulação com o Eurostat, para a disponibilização de estatísticas harmonizadas do uso e ocupação do solo a nível europeu, através da integração de dados com base em Tecnologias de Informação Geográfica.	Concretizada.
Preparação do processo de delimitação das Cidades Estatísticas com base no seccionamento de suporte aos Censos 2011 para disponibilização de informação estatística para a escala da cidade.	Concretizada. Definição da delimitação, com carácter provisório, de 158 cidades estatísticas, estando em curso o processo de validação dos limites territoriais com as Câmaras Municipais.
Preparação de um estudo para a construção de uma Tipologia socioeconómica para análise das dinâmicas territoriais nas AM e no País.	Concretizada. Definição dos indicadores censitários pertinentes e da metodologia a aplicar, incluindo a realização de testes ao modelo de análise.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Preparação do processo de revisão das NUTS III portuguesas, consubstanciada numa forte articulação com a SEALRA e Eurostat (prazos e compatibilização dos conteúdos da Lei 104/XII para efeitos da revisão regular dos anexos do regulamento 1059/2003). Disponibilização, no Portal, de 15 indicadores censitários para 2011 associados ao sistema de indicadores de caracterização socioeconómica de microterritórios. Comunicação apresentada no seminário “Famílias nos Censos 2011: Diversidade e mudança”, organizado pelo INE e ICS, sobre “Transformações familiares recentes, uma perspetiva territorial”. Comunicação apresentada no seminário do LNEC “Parque Habitacional e sua Reabilitação”, sobre “Uma perspetiva territorial da expansão, reabilitação e arrendamento habitacionais”.
Ambiente	
Plano	Atividades desenvolvidas
Alargamento dos indicadores estatísticos ambientais georreferenciados, no Portal.	Concretizada. Novos indicadores georreferenciados na área do ambiente a divulgar: estações das águas balneares e águas superficiais e subterrâneas; informação meteorológica da temperatura e precipitação; Zonas de Intervenção Florestal; áreas protegidas das regiões autónomas.
Aprofundamento de informação estatística relativa ao ruído e ao mercado de carbono.	Concretizada parcialmente. Ausência de informação relativa ao ruído, da responsabilidade do

	MAOTE. Alargamento da informação relativa ao mercado de carbono (Comércio Europeu de Licenças de Emissão).
Alargamento dos indicadores ambientais no contexto da economia verde.	Concretizada. Desenvolvimento dos indicadores de <i>Decoupling</i> , correspondentes à desmaterialização de materiais, descarbonização e desnitrificação.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Desenvolvimento das estatísticas das patentes, informação sobre o número de praias com bandeira azul (prevendo-se ainda durante 2014 a sua georreferenciação), informação sistematizada para o ambiente relativa ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e informação sobre Instrumentos de Gestão Ambiental.

1.4.3. Economia e Finanças

Contas Nacionais

Plano	Atividades desenvolvidas
Mudança de base das Contas Nacionais Portuguesas (base 2011): Incorporação de um vasto conjunto de fontes de informação de carácter estrutural, nomeadamente Censos 2011, RGA 2009 e IDEF 2010. Elaboração das contas dos fundos de pensões desagregadas por tipo de plano, identificando os planos de pensões com benefício definido e com contribuição definida. Alargamento do âmbito das “quase sociedades”, de forma a incluir as unidades mercantis detidas por Instituições Privadas Sem Fim Lucrativo (ISFLSF). Estabelecimento do método de registo em contabilidade nacional das ISFLSF, de modo a incluir novas fontes de informação. Revisão da metodologia de cálculo do <i>software</i> produzido pelas ISFLSF para utilização final própria. Desenvolvimento da metodologia e produção de estimativas de rendas imputadas (valor dos serviços de habitação própria). Avaliação do impacto da alteração do tratamento das <i>Special Purpose Entities</i> no PIB da Região Autónoma da Madeira.	Concretizada. Concretização do processo de integração da informação de carácter estrutural na nova base de Contas Nacionais. Elaboração de estimativas sobre operações e contas associadas a cada categoria de fundo de pensões de forma autónoma, bem como sobre os valores das contribuições sociais por setor institucional de contrapartida. Avaliação das ISFLSF, consequente identificação de unidades de natureza mercantil e reclassificação destas no setor institucional das sociedades não financeiras. Integração da informação proveniente do OCIP no processo de cálculo das operações das Contas Nacionais para o setor institucional das ISFLSF. Revisão da metodologia passando a utilizar-se a informação proveniente da Informação Empresarial Simplificada sobre os Trabalhos para a própria empresa. Melhoria da metodologia de estimação das rendas imputadas com base nos Censos 2011 e incorporação dos resultados obtidos na mudança de base em curso. Estudo de reavaliação e enquadramento metodológico sobre as SPE, em linha com as orientações do SEC 2010, definição do universo de referência bem como a sua classificação setorial e análise dos impactos na alteração de registo destas unidades e incorporação dos resultados obtidos na mudança de base em curso.

Compilação de contas consolidadas das empresas públicas não integradas no setor das Administrações Públicas.	Não concretizada (por insuficiência de recursos).
Início da compilação de contas de património não financeiro por setor institucional, numa primeira fase para as sociedades financeiras e para as sociedades não financeiras e, numa segunda fase, para as famílias e para as instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias.	Concretizada. Conclusão do relatório preliminar sobre os setores S11 e S12, nos termos da respetiva subvenção financeira. Concretização de uma primeira estimativa para o património habitacional das famílias.
Atualização dos documentos metodológicos das contas nacionais trimestrais na base 2006.	Concretizada. Finalização do documento metodológico, em versão inglesa.
Desenvolvimento do estudo de viabilidade das Contas Nacionais Trimestrais a 60 dias, assegurando o cumprimento do prazo de reporte do relatório de progresso ao Eurostat.	Concretizada. Conclusão do relatório de progresso nos termos da respetiva subvenção financeira.
Estudo de novos indicadores coincidentes.	Não concretizada (devido a alterações de prioridades).
Acompanhamento dos trabalhos decorrentes do Relatório <i>Stiglitz-Zen-Fitoussi</i> e " <i>GDP and Beyond</i> ".	Concretizada. Participação no EG DNA e acompanhamento do desenvolvimento de outros trabalhos decorrentes do Relatório <i>Stiglitz-Zen-Fitoussi</i> e " <i>GDP and Beyond</i> ".
Continuação do trabalho desenvolvido no <i>Expert Group on Disparities in a National Accounts framework</i> (EG DNA) para o exercício de desagregação das restantes rubricas do rendimento e acompanhamento da extensão prevista do EG DNA 2013-2014.	Concretizada. Resposta ao inquérito do EG DNA. Revisão do exercício de comparação micro-macro e do exercício de desagregação do consumo e do rendimento misto. Revisão dos <i>papers</i> finais do <i>Expert Group</i> , a saber: " <i>A Cross-country Comparison of Household Income, Consumption and Wealth between Micro Sources and National Accounts Aggregates</i> "; " <i>Distributional Measures Across Household Groups in a National Accounts Framework</i> "; " <i>Concluding note of the EG DNA</i> ".
Contas Satélite e Regionais	
Plano	Atividades desenvolvidas
Consolidação e compilação de Contas Regionais, particularmente para os anos em que não existem ainda contas nacionais anuais finais e num contexto de mudança de base das Contas Nacionais.	Concretizada. Divulgação de contas provisórias de 2011 e preliminares de 2012. Preparação da informação de carácter regional, em linha com os trabalhos de mudança de base das Contas Nacionais.
Início da compilação de Contas da Energia, para o desenvolvimento de estudos-piloto sobre os novos módulos do Regulamento das Contas Económicas do Ambiente.	Concretizada. Exploração de fontes (balanços energéticos, questionários anuais de energia), desenvolvimento dos testes de preenchimento dos quadros previstos no atual projeto de regulamento, elaboração do guia de compilação e relatórios no âmbito da subvenção.

Estudo e compilação de uma Conta Satélite para a Educação.	Não concretizada (devido a alterações de prioridades).
Preparação da mudança de base (base 2011) da generalidade das Contas Satélite, na sequência da mudança de base das Contas Nacionais Anuais.	Concretizada. Preparação da mudança de base das i) Contas Económicas da Agricultura (nomeadamente o tratamento das cooperativas de vinho e azeite); ii) Contas Económicas da Agricultura Regionais; iii) Contas Económicas da Silvicultura (estudo de novas fontes e metodologias, pesquisa no âmbito do crescimento das árvores); iv) Conta Satélite da Saúde (estudo e classificação do universo e preparação da implementação do novo manual metodológico SHA2).
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Disponibilização dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável relativos a 2012, em 31 de maio. Início da compilação de Contas de bens e serviços ambientais e Despesas de proteção ambiental, no âmbito dos estudos-piloto sobre os novos módulos do Regulamento das Contas Económicas do Ambiente. Início do estudo de viabilidade da Conta Satélite da Cultura, da Conta Satélite do Desporto e da Conta Satélite do Mar. Participação nos trabalhos para a "Monitorização e indicadores de apoio à Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 numa lógica de desenvolvimento sustentável" (Projeto SEAMind).

Conjuntura Económica e Preços

Plano	Atividades desenvolvidas
Mudança de base da generalidade dos indicadores de curto prazo, que terá como referência o ano de 2010. (Regulamento (Reg. CE 1165/98 do Conselho de 19 de maio, artigo 11º ponto 2).	Concretizada. Execução do processo de mudança de base dos indicadores de curto prazo, com exceção do índice de custo de construção de habitação nova, tendo como referência o ano de 2010, o qual se traduziu: - na alteração dos métodos de imputação e tratamento de <i>outliers</i> , transversal à generalidade dos indicadores; - na alteração da metodologia de estimação do deflator do Índice de Volume de Negócios e Emprego no Comércio (IVNEC); - na alteração do método de cálculo do Índice de Produção Industrial (IPI), que tem agora a natureza de índice encadeado; - na atualização dos ponderadores de agregação; - no início da recolha de preços para o novo cabaz de produtos do Inquérito aos Preços de Materiais de Construção (IPMC); - na integração da operação do IPMC no SIGINQ e na atualização dos documentos metodológicos das operações, com a criação de novos indicadores e conceitos.

No âmbito do Índice de Preços no Consumidor (IPC): Conclusão da construção de séries longas de IPC (1948-1976). Harmonização das séries do IPC por NUTS II, para divulgação no Portal. Compilação regular de um índice de preços administrados no consumidor. Implementação da COICOP a 5 dígitos ao nível do IPC e do IHPC.	Concretizada. Conclusão da construção de séries longas, com a inclusão do segmento 1948-1976, passando-se, assim, a dispor de uma série temporal que integra 65 anos de IPC. Harmonização das séries do IPC por NUTS II e divulgação no Portal. Introdução de agregados específicos na aplicação do IPC, com vista ao apuramento regular de índices de preços administrados (resultados são ainda preliminares, ao abrigo de uma subvenção do Eurostat). Implementação da COICOP a 5 dígitos no IPC e IHPC e calculados índices retrospectivos desde dezembro de 2008.
Consolidação do novo inquérito mensal às rendas de habitação, através da obtenção das rendas sociais por via administrativa e da identificação de formas de atualização regular da base de amostragem, de modo a captar novos fluxos de arrendamento.	Não concretizada (por impossibilidade de obtenção de informação das rendas sociais por via administrativa, apesar dos esforços desenvolvidos nesse sentido).
Consolidação da produção de índices de preço da habitação com recurso a informação de natureza fiscal.	Concretizada. Consolidação da produção de índices de preços da habitação com base em informação de natureza fiscal.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Realização de um <i>workshop</i> organizado pelo INE, sobre a utilização de <i>scanner data</i> na área do Índice de Preços no Consumidor e Paridades do Poder de Compra, com a participação de diversos países da União Europeia, bem como do Eurostat. Início de elaboração de um estudo de viabilidade para a produção de estatísticas de preços e de rendas de terras agrícolas. Transferência da recolha anual e trimestral dos preços dos produtos agrícolas e dos meios de produção na agricultura para <i>WebInq</i>.
Empresas	
Plano	Atividades desenvolvidas
Elaboração de um estudo sobre as Cadeias de Valor Globais.	Concretizada. Conclusão do projeto <i>Global Value Chains</i>, com a divulgação dos principais resultados, através do destaque "A globalização e as empresas portuguesas".
Elaboração de um estudo sobre a série revista do projeto Estatísticas das Filiais de Empresas Estrangeiras (FATS) para os anos de 2005 a 2011.	Concretizada parcialmente. Integração, pela primeira vez, da informação do <i>EuroGroups Register</i> (EGR) na produção das estatísticas das filiais de empresas estrangeiras (ano de referência 2011), divulgados através do destaque "Filiais de Empresas Estrangeiras em Portugal".

Participação na elaboração de um relatório internacional sobre novos indicadores de globalização no contexto de um grupo de trabalho do Eurostat e OCDE.	Concretizada. Conclusão da definição de uma estrutura de 19 indicadores chave para a medição da globalização económica, no âmbito da participação no <i>Essnet Global Value Chains</i>.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Divulgação, no contexto do Dia Internacional da Mulher, de um destaque com indicadores que posicionam a mulher perante o trabalho e a atividade profissional, designadamente no que se refere ao empreendedorismo. Realização em Lisboa, do <i>workshop ESSnet Administrative Data for Structural Business Statistics</i>. Divulgação do destaque sobre as principais características das sociedades e sua evolução, através da apresentação de indicadores de avaliação do grau de concentração setorial; apresenta ainda uma comparação entre as características e desempenho entre sociedades para as quais o mercado externo de bens é relevante e as restantes. Divulgação, com a antecipação em 15 dias, dos dados provisórios do Sistema de Contas Integradas das Empresas. Divulgação, pela primeira vez, de dados sobre os Estabelecimentos em Portugal, no âmbito do Sistema de Contas Integradas das Empresas, relativos aos anos 2008 a 2011.

1.4.4. Comércio Internacional	
Comércio Internacional de Bens	
Plano	Atividades desenvolvidas
Participação na reformulação/simplificação do Sistema <i>Intrastat</i> (SIMSTAT), em curso ao nível da União Europeia.	Concretizada. Participação ativa nos trabalhos de preparação do processo de troca de microdados (fluxo de exportações) entre Estados-membros, prevista para 2015, que tem como objetivo dotar os países envolvidos de informação complementar para a compilação das respetivas importações.
Implementação das alterações às nomenclaturas relacionadas com o sistema harmonizado (Nomenclatura de Produtos da ONU), que terão impacto no ajustamento da Nomenclatura Combinada e das restantes nomenclaturas de produtos utilizadas no Comércio Internacional.	Concretizada. Ajustamento da Nomenclatura Combinada, que serve de base à recolha e produção de estatísticas do Comércio Internacional de Bens, bem como das Nomenclaturas Económicas para suporte à produção de resultados (inclusivamente para efeitos de produção das Contas Nacionais), às alterações implementadas no Sistema Harmonizado (SH – Nomenclatura de Produtos da ONU) em 2012.
Realização de um estudo prévio de viabilidade para a construção de Índices de Preços do Comércio Internacional.	Concretizada. Levantamento das metodologias e procedimentos seguidos em vários Estados-membros da UE, para identificação, análise e aprofundamento de boas práticas que possam adequar-se às necessidades nacionais.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Divulgação de uma publicação subordinada ao tema “20 anos do Sistema <i>Intrastat</i>”, com o intuito de dar a conhecer os desenvolvimentos ocorridos na produção das estatísticas do Comércio Intra-UE de bens com a entrada em vigor do Mercado Único Europeu em 1993.

1.4.5. Agricultura, Floresta e Pescas

Agricultura e Floresta

Plano	Atividades desenvolvidas
Início do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 (IE 13), operação estatística de grande dimensão, que retrata a estrutura das explorações agrícolas, atualizando a informação do Recenseamento Agrícola de 2009.	Concretizada. Preparação da operação (consulta aos utilizadores, conceção e desenvolvimento do instrumento de notação e diversos documentos de campo — manual de instruções e guia de controlo —, conceção do plano de amostragem, seleção, distribuição e carregamento da amostra) e início da recolha.
Realização do Inquérito à Horticultura (2ª edição), o qual incluirá algumas variáveis relativas à utilização agrícola de pesticidas, contribuindo parcialmente para o quadro de informação a que o novo Regulamento dos Pesticidas obriga, e que já conta com os resultados do Inquérito às Plantações de Árvores de fruto, realizado e concluído em 2012.	Concretizada. Disponibilização de informação, relativa a 2012.
Consolidação da utilização da informação administrativa, no subsistema de estatísticas agrícolas, nomeadamente: Adoção por parte do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas IFAP/MAMAOT, de uma classificação coerente e compatível com as classificações usadas no SEN; Melhoria da informação sobre as estatísticas da produção animal através do alargamento da cobertura do sistema administrativo de recolha para os ovinos, caprinos, suínos, e fomentar a atualização do ficheiro de explorações agrícolas; Atualização da informação administrativa com os dados geográficos e alfanuméricos do Parcelário; Apoio metodológico à inventariação da informação administrativa existente em todos os organismos do MAMAOT, a desenvolver em parceria com o GPP/MAMAOT.	Concretizada. Realização de reuniões com o IFAP e o GPP para uniformização da classificação usada no INE e nestas duas instituições. Consolidação da informação do Sistema de Identificação e Registo Animal (SNIRA), com alargamento às espécies ovinos, caprinos e suínos. Adaptação das bases de dados sediadas no INE à reestruturação do sistema informático levada a cabo pelo IFAP neste sistema de informação. Receção da informação do Parcelário com dados alfanuméricos e geográficos. Desenvolvimento de um sistema de consulta <i>online</i> para inventariação das fontes administrativas, através de uma aplicação informática elaborada pelo INE.
Elaboração de estudo sobre o "Autoabastecimento alimentar".	Concretizada. Divulgação de destaque.

Preparação da elaboração de uma nova edição da Balança Alimentar relativa ao quinquénio 2008/2012.	Concretizada. Recolha de toda a informação de base.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Elaboração de um destaque e de uma publicação sobre o setor da floricultura, por solicitação direta de utilizadores, nomeadamente da Associação Portuguesa de Produtores de Plantas e Flores Naturais (APPFN) e ainda do MAM.
Pescas	
Plano	Atividades desenvolvidas
<i>Desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Integração no SIGINQ do Inquérito aos Pescadores Matriculados.

1.4.6. Indústria, Energia e Construção

Indústria e Energia	
Plano	Atividades desenvolvidas
<i>Desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Conceção de uma nova metodologia de dimensionamento e seleção da amostra, que reduziu substancialmente (cerca de 57%) o número de empresas a inquirir, dando continuidade ao processo de reformulação do Inquérito Anual à Produção Industrial, contribuindo desta forma para o aumento da coerência da informação produzida pelo Sistema Integrado das Contas das Empresas.
Construção e Habitação	
Plano	Atividades desenvolvidas
Realização do Inquérito à Caracterização da Habitação Social, cuja periodicidade passa de bienal a anual.	Concretizada. Disponibilização de informação relativa a 2012.
Elaboração dos estudos "Reabilitação do parque habitacional: evolução e situação atual" e "Onde e como vivem os portugueses: caracterização do parque habitacional em 2011", com base em informação dos Censos 2011.	Concretizada. Aprofundamento, a partir da utilização dos resultados definitivos dos Censos 2011, de alguns estudos sobre a temática da Habitação em Portugal, que culminaram com a realização de um seminário conjunto do INE e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, subordinado ao tema "O parque habitacional e a sua reabilitação: retrato e prospetiva".
Implementação do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIOU) reformulado.	Concretizada. Realização, em articulação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, de ações de formação para os técnicos das Câmaras Municipais de todo o País envolvidos no novo SIOU, para assegurar a adequada transição para os novos procedimentos de recolha. Adoção, de acordo com a Portaria nº 235/2013, de 24 de julho, do novo Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIOU), reestruturado, de acordo com as alterações legislativas ocorridas, com os novos conceitos estatísticos e com as novas necessidades de informação, nomeadamente para a atualização do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA).

<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Elaboração de um relatório sobre a efetiva apropriação de dados administrativos provenientes das Câmaras Municipais para o Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas.
--	--

1.4.7. Serviços	
Comércio interno	
Plano	Atividades desenvolvidas
Criação de séries longas sobre as estatísticas do Comércio Interno a disponibilizar no Portal.	Concretizada parcialmente. Alargamento da informação disponibilizada sobre as Unidades Comerciais de Dimensão Relevante, em particular no que se refere a produtos vendidos, meios de pagamentos e marca própria.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Divulgação, pela primeira vez, de resultados sobre Custos das Mercadorias Vendidas das Empresas de Comércio, discriminados por tipo de produtos, abrangendo os setores automóvel, grossista e retalhista, os quais permitiram ainda atualizar a informação relativa a taxas de margem de venda por produto, fundamentais para definir a composição do preço final dos bens (no consumo final das famílias, no consumo intermédio e na formação bruta de capital fixo) e para a construção dos equilíbrios entre recursos e empregos das Contas Nacionais.
Transportes	
Plano	Atividades desenvolvidas
Análise da informação do sistema de bilhética sem contacto da Área Metropolitana de Lisboa passível de apuramento estatístico, sobre etapas de transporte nos operadores aderentes, em articulação com a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa.	Concretizada. Execução, na sequência de protocolo de colaboração entre o INE e a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, do trabalho de validação, tratamento, apuramento de resultados e relatório de análise relativo aos registos da utilização do sistema de Bilhética sem contacto na AML, resultados esses ventilados por etapas, percursos e viagens, considerando os operadores e modos de transporte, os locais de origem e destino, dias da semana, períodos horários e ainda os tipos de títulos de transporte.
Sistematização e divulgação de informação sobre movimento de navios de cruzeiro.	Concretizada. Compilação, com a colaboração das administrações portuárias nacionais, de informação harmonizada sobre o movimento de navios de cruzeiro bem como sobre passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito, para os anos de 2011 e 2012 no Continente e Regiões Autónomas.
Divulgação dos resultados do Inquérito ao Transporte Rodoviário Passageiros 2012.	Concretizada. Disponibilização de informação, relativa a 2012.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Redução significativa do prazo de divulgação dos resultados do Inquérito ao Transporte Rodoviário de Mercadorias, na sequência da otimização de processos tanto na fase de recolha de dados como na fase de análise dos resultados. Transição do Inquérito aos Transportes Fluviais de Passageiros e Veículos para o SIGINQ, permitindo às empresas e outras entidades a

	resposta diretamente através do Portal. Divulgação, no contexto do Dia Nacional do Mar, de um destaque sobre a Influência do Mar na atividade económica, com indicadores estatísticos de diversas temáticas relacionadas.
Comunicações	
Plano	Atividades desenvolvidas
Melhoria e aprofundamento da informação estatística produzida sobre o setor das comunicações em colaboração com a ANACOM, a divulgar na publicação anual sobre Transportes e Comunicações e no Portal do INE.	Concretizada. Alargamento do número de indicadores divulgados sobre Comunicações, em particular sobre Telecomunicações. Disponibilização de novos indicadores sobre Serviços Postais.
Turismo	
Plano	Atividades desenvolvidas
Preparação do Inquérito aos Gastos Turísticos Internacionais.	Concretizada. Conceção e execução do Inquérito aos Gastos Turísticos Internacionais num novo formato, com recolha de informação nos principais aeroportos nacionais e ainda em determinadas fronteiras terrestres.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Divulgação, pela primeira vez, de informação anual sobre as atividades de Alojamento Local e Turismo no Espaço Rural, tendo por fonte o Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros alojamentos (IPHH). Divulgação mensal, a partir de março, de informação sobre as atividades de Campismo e de Colónias de férias. Produção, pela primeira vez, dando cumprimento ao Regulamento UE 692/2011 sobre Estatísticas de Turismo, de estimativas de dormidas em estabelecimentos de alojamento com menos de 10 camas, tendo por base informação do IPHH e ainda informação complementar disponibilizada pelos municípios. Reformulação do Inquérito à Permanência nos Parques de Campismo, passando a incluir novas variáveis de equipamentos de alojamento em campismo, no seguimento das necessidades de informação por parte dos utilizadores.

1.4.8. Inovação e Conhecimento	
Sociedade da Informação	
Planeado	Atividades desenvolvidas
Realização dos inquéritos relativos à utilização das TIC pelas Famílias e pelas Empresas, que incluem como novas temáticas as Competências na Utilização de Computador e Internet e as Redes Sociais, e divulgação dos respetivos resultados.	Concretizada. Disponibilização em destaque dos dados de 2013.
Reformulação de conteúdos e periodicidade dos inquéritos às TIC nos estabelecimentos hoteleiros e nos hospitais, em parceria com a DGEEC/MEC.	Concretizada parcialmente. Elaboração de uma proposta de integração dos conteúdos relativos ao IUTIC Hospitais no âmbito do Inquérito aos Hospitais. Elaboração de uma proposta de reformulação dos conteúdos do IUTIC Estabelecimentos Hoteleiros, a submeter à apreciação da DGEEC.

1.5. A DIFUSÃO E A PROCURA DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

A difusão de informação pelo INE processa-se através de diversos suportes.

Portal de Estatísticas Oficiais

O Portal de Estatísticas Oficiais é o canal privilegiado para a difusão de informação do INE, quer pelo volume de informação que disponibiliza aos utilizadores, continuamente ampliado, quer pelas possibilidades de pesquisa que lhes proporciona e pela autonomia que lhes confere.

No final de 2013, a Base de Dados de Difusão do INE integrava 7 397 indicadores, dos quais 7 282 disponíveis no Portal, o que representa acréscimos de 10,1% e 9,7%, respetivamente, em relação ao ano anterior.

O quadro que se segue reflete, em diversas vertentes, a utilização do Portal no período em causa, de acordo com as estatísticas de acesso ao Portal:

Portal de Estatísticas Oficiais
Indicadores síntese
2013

(nº)

Acessos (a)	Páginas visionadas (a)	Publicações consultadas/ descarregadas (b) (c)	Destaques consultados/ descarregados (b) (d)
1 348 000	14 245 804	996 150	679 854

- (a) Só acessos (visitas) externos.
(b) Inclui acessos internos e externos.
(c) Inclui ficheiros PDF, XLS e CSV.
(d) Inclui ficheiros PDF e XLS.

Relativamente a estes indicadores importa referir o seguinte, face a 2012:

- o número de acessos ao Portal foi ligeiramente inferior (-0,9%);
- o número de páginas visionadas aumentou cerca de 11%;
- o aumento do número de publicações consultadas/descarregadas (+68,5%) e de destaques (+87%) deve-se essencialmente ao número de consultas às novas publicações dos Censos 2011, bem como outras publicações supra-anuais, e respetivos destaques. Importa salientar que a temática dos Censos 2011 deu origem a um conjunto de destaques específicos, como por exemplo: Idosos; famílias, parque habitacional, que tiveram grande recetividade junto dos utilizadores.

Publicações – Divulgação e venda¹

Em 2013, foram divulgadas 67 publicações (48 em 2012), das quais:

- 36 editadas em papel e/ou CD-ROM (17 em 2012), das quais 17 para venda (6 em 2012);
- 31 divulgadas gratuita e exclusivamente através do Portal (igual número em 2012).

O aumento das edições em 2013 face a 2012 deve-se, essencialmente, às publicações relacionadas com os Censos 2011.

Foram vendidos 310 títulos no valor de €3 372.

¹ Neste relatório, cada edição infra-anual de um mesmo título é contabilizada como uma publicação.

Atendimento e apoio a clientes

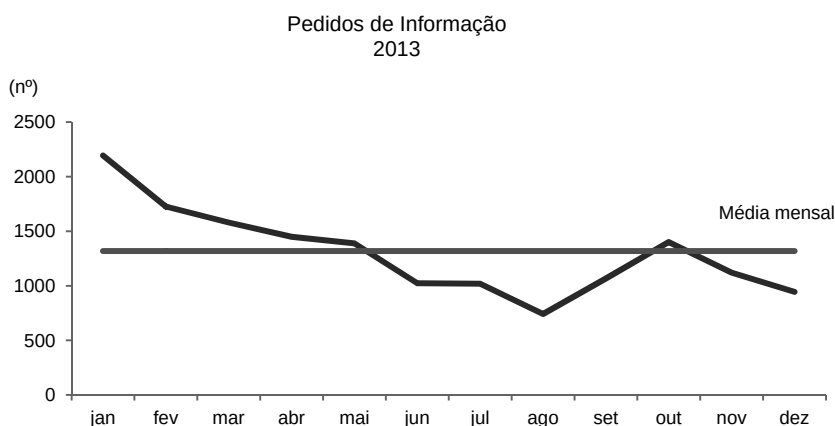
O serviço Apoio a Clientes registou em 2013 um total de 15 813 pedidos de informação. A maior parte destes pedidos (98,2%) foi recebida pelos seguintes “canais de entrada”:

Pedidos de Informação 2013		(nº)
Portal		6 256
E-mail		1 930
Correio/fax		28
Telefone (operador)		6 271
Telefone (IVR)		1 040
Total		15 525

Os restantes (288 pedidos) são relativos a:

- informação estatística europeia, no âmbito do serviço ESDS (que dispõe de uma plataforma própria para este efeito, como é referido mais adiante), e
- solicitações de investigadores, no âmbito do protocolo com o ex-MCTES.

O gráfico seguinte reflete a evolução mensal do número de pedidos de informação:

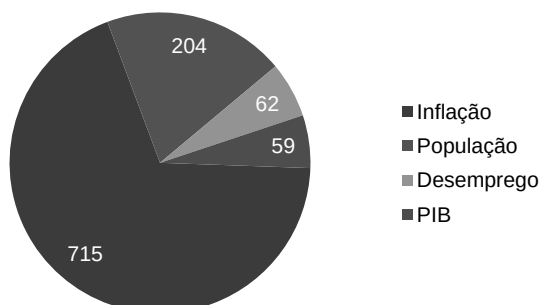


As áreas temáticas com maior incidência de pedidos foram os Censos da População e Habitação, os Preços, os indicadores sobre as Empresas e o Comércio Internacional.



O canal “Telefone IVR” é um novo serviço de atendimento telefónico automático (24 sobre 24 horas, 365 dias por ano), que fornece informação sobre quatro indicadores: Inflação, População, Desemprego e PIB. O gráfico que se segue reflete a distribuição, por indicadores, dos 1 040 telefonemas recebidos neste serviço, nos quais os pedidos de informação sobre “Inflação” representaram 69% das respostas automáticas:

Atendimento telefónico automático (IVR) – 2013



O desempenho do serviço de Apoio a Clientes, medido através do tempo médio de resposta a pedidos, voltou a melhorar face ao ano anterior (0,69 dias úteis, contra 0,81 dias úteis em 2012), atingindo a meta definida: [0,65 – 0,85] d.u. no QUAR.

Registe-se ainda que, do total de pedidos recebidos em 2013, 340 envolviam apuramentos específicos sujeitos a tarifação, que envolveu um valor global de €32.993,80.

Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior (RIIBES)

Dimensão

Registou-se no final de 2013 a adesão de duas novas Instituições à RIIBES: o Instituto Superior de Agronomia e a Universidade Católica Portuguesa-Porto, estando em curso a instalação dos correspondentes Pontos de Acesso.

Divulgação

Foram editados seis números da Folha Informativa bimensal elaborada e divulgada pelo INE, em suporte eletrónico, no seio da Rede.

As Instituições “parceiras” do INE deram continuidade às suas atividades de divulgação recorrendo a diversos meios, nomeadamente: i) elaboração e distribuição de folhetos; ii) difusão seletiva de informação com base nos destaques enviados pelo INE; iii) boletins informativos digitais dirigidos exclusivamente para a promoção, na Instituição “parceira”, do acesso à informação estatística difundida pelo INE e da sua utilização.

Formação

Em 2013, o INE realizou ações de formação destinada a pessoal técnico de atendimento dos Pontos de Acesso, para quatro grupos (2 em Lisboa e 2 no Porto), com um total de 56 participantes.

Complementarmente, os Parceiros da Rede promoveram sessões de formação e/ou divulgação para o seu próprio pessoal técnico e para os utilizadores internos e externos, em muitos casos com a colaboração do INE.

Sessões de formação/divulgação organizadas pelos Parceiros

Pessoal técnico dos “Parceiros” (1) (2)		Utilizadores internos e/ou externos (1) (3)		Apresentações/Sessões de informação (4)	
Sessões	Participantes	Sessões	Participantes	Sessões	Participantes
10	81	66	1 080	259	2 843

(1) Sessões com uma forte componente prática, em que os participantes realizaram exercícios ou acompanharam, executando, os procedimentos explicitados pelo formador.

(2) Sessões dinamizadas por formadores das próprias Instituições.

(3) 43 destas sessões, envolvendo 738 participantes, foram dinamizadas por formadores do INE.

(4) Sessões sem componente prática por parte dos participantes, mas nas quais foi feita uma exposição/demonstração sobre um ou mais produtos e/ou serviços disponíveis nos Pontos de Acesso.

A intervenção direta do INE e dos “Parceiros” nesta dinâmica formativa foi a seguinte:

Sessões de formação/divulgação no âmbito da RIIBES

Asseguradas por	Sessões	Participantes
Pessoal técnico do INE	44	794
Pessoal técnico dos “Parceiros”	292	3 266
Total	336	4 060

Colaboração com o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares

No âmbito do protocolo existente entre o INE e o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) do Ministério da Educação, que visa promover a literacia estatística nos estabelecimentos de ensino básico e secundário, tiveram lugar as seguintes ações:

- Disponibilização à RBE, pelo INE, de exemplares do Anuário Estatístico de Portugal destinados a 1200 bibliotecas escolares em estabelecimentos daqueles níveis de ensino;
- Realização de 64 sessões de formação para professores de um amplo leque de disciplinas (998 participantes no total), para dar a conhecer, numa primeira abordagem, as potencialidades do Portal e do Projeto ALEA. Estas sessões decorreram em instalações das escolas que solicitaram a formação.

Projeto ALEA – Ação Local de Estatística Aplicada

As ações mais relevantes concretizadas no âmbito deste projeto em 2013, foram as seguintes:

Atualização de conteúdos:

- Dados relativos a cada um dos Estados-membros da UE (informação de base, demográfica, económica e do setor Educação) disponibilizada na área “EuropALEA”.
- Dados relativos aos “Países Lusófonos”.
- Dados relativos à inflação (mensal) e à taxa de desemprego (trimestral).

Novos conteúdos:

- Divulgação de duas novas Atualidades: “Pela primeira vez, desde que há registos, houve menos de 90 mil nados vivos” e “Os Media e as Estatísticas Demográficas 2012”.

- Apresentação de três “Desafios”, cujo número médio de respostas válidas foi 934.
- Publicação de uma “Estatística em Foco”: *Avaliação do PISA 2012*.
- Divulgação de uma nova ActivALEA (ficha de trabalho para uso em sala de aula): “Estimar a População Residente”.
- Inclusão de um novo jogo na área “Estatística Divertida”: *Quizz Eurostat* e renovação das perguntas do jogo “Estatística Trivial”.
- Inserção, na área “Nomes e datas”, da *Cronologia da Estatística em Portugal* e do filme *Os Censos em Portugal*.

Divulgação:

- Dinamização do “Espaço ALEA”, em paralelo com as Competições Nacionais organizadas pelo PmatE – Projeto Matemática Ensino/Univ. Aveiro.
- Ações de formação sobre o ALEA para professores dos ensinos básico e secundário.

Informação Estatística para Investigadores

A disponibilização de informação para investigadores, nos termos do Protocolo assinado entre o INE e o ex-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, é uma vertente da Difusão que merece particular atenção.

O número de novos pedidos recebidos aumentou de 47 em 2012 para 54 em 2013, tendo diminuído o número de esclarecimentos e pedidos suplementares, de 68 para 48.

Interações com os investigadores
2013

<i>Tipo de Interação</i>	<i>nº</i>
Pedidos novos	54
Pedidos Suplementares/esclarecimento	48

<i>Novos processos – Tipo de projeto</i>	<i>nº</i>
Projeto de investigação	35
Doutoramento	6
Mestrado	13

Em 2013 foram disponibilizadas 2 novas bases de microdados (nas áreas temáticas “Cultura” e Censos”) e foram atualizadas 13.

Deste modo, no final de 2013 estavam disponíveis 36 bases de microdados, sendo as seguintes as mais solicitadas:

Bases de microdados
Solicitações dos investigadores
2013

	(nº)
Inquérito Comunitário à Inovação (CIS)	13
Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF/IDEF)	8
Inquérito Anual às Empresas (IEH/SCIE) / Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE)	7
Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos (ICOR/SILC)	7
Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (IUTIC)	5
Óbitos	5
Nados Vivos	4
Inquérito ao Emprego (IE)	3
Inquérito Nacional de Saúde (INS)	3

O tempo médio de resposta a solicitações dos investigadores foi o seguinte: pedidos novos - 2,8 dias; pedidos suplementares - 3,8 dias; esclarecimentos - 7,6 dias.

Bibliotecas do INE

As Bibliotecas do INE registaram em 2013 um total de 893 utilizadores (54,4% do total durante o 1.º semestre e 45,6% no 2.º semestre). Os valores mensais mais elevados ocorreram em março e outubro, registando os meses de verão os valores mais baixos. O número de visitantes referido, que representa uma quebra de 19,8% face a 2012, prossegue a tendência decrescente que se vem registando nos últimos anos.

Para esta redução continuada do número de utilizadores muito terão contribuído o alargamento da Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior e do número de pontos de acesso e, sobretudo, o acesso livre a toda a informação estatística disponibilizada pelo INE no Portal.

Utilizadores por Biblioteca
2013

	nº	%
Porto	65	7,3%
Coimbra	62	6,9%
Lisboa	726	81,3%
Évora	39	4,4%
Faro	1	0,1%
Total	893	100,0%

As Bibliotecas do INE continuaram a ser frequentadas sobretudo por Estudantes do Ensino Superior, que representaram 46,7% do total de utilizadores. Seguiram-se-lhes os Investigadores (21,1%), o único grupo que registou um aumento, representantes de Empresas (7,6%) e Docentes do Ensino Superior (5,2%).

Neste período, os utilizadores das Bibliotecas obtiveram, uma resposta plena à informação que procuravam em 85,6% das situações e parcial em 7,4%. Em 6,8% das situações não lhes foi possível obter a informação procurada.

Evidencia-se ainda que, em 2013, 58,6% dos utilizadores recorreu a este serviço do INE pela primeira vez, (63,9% em 2012).

European Statistical Data Support – ESDS

Em outubro de 2011 teve início um novo contrato com o Eurostat para a disponibilização, pelo INE, do Serviço *ESDS - European Statistical Data Support*/Estatísticas Europeias, por um período de três anos, o qual visa apoiar os utilizadores de informação estatística do Eurostat no acesso às bases de dados e publicações disponíveis no seu *site* (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>).

Em 2013 foram atendidos 172 pedidos de informação no âmbito deste Serviço, com a seguinte tipologia:

ESDS
Pedidos por tipologia

	nº
Disponibilidade de dados / publicações	127
Verificação de dados	17
Informação sobre Metodologia	6
Pedidos de natureza técnica	12
Diversos	10
Total	172

Outras atividades / Intervenções

Colaboração com outras entidades:

- Colaboração com o INE de Espanha para a realização da publicação “Península Ibérica em Números – 2013” (na sequência do que ocorre anualmente desde 2005).
- Colaboração com o Serviço Regional de Estatística dos Açores e com a Direção Regional de Estatística da Madeira para o início de ações de formação/promoção da literacia estatística.

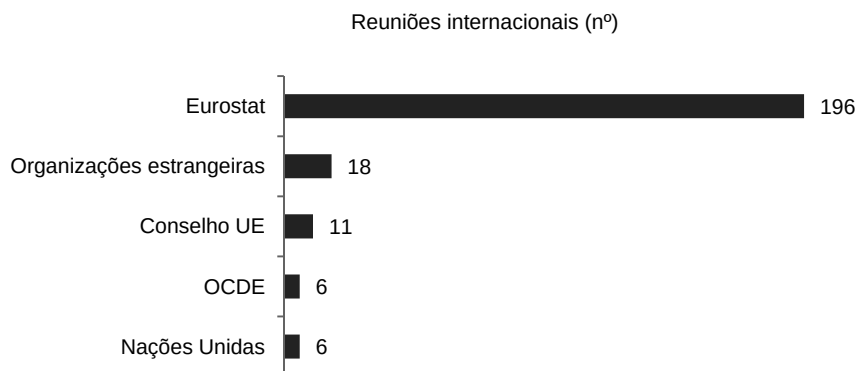
Participação em encontros nacionais e internacionais:

- *Workshop “Improving Access to European Microdata”*, organizado pelo *Data Without Boundaries (DwB)*, Bruxelas.
- Fórum IMAODBC sobre atividades de marketing e bases de dados de difusão estatística, Neuchatel.
- Curso de formação (como co-formador) *Dissemination & communication*, no âmbito do programa ESTP (*European Statistical Training Programme*).
- Conferência “A informação estatística: o seu uso multidisciplinar no ensino e investigação” organizada pela Universidade de Aveiro, no âmbito das comemorações do Ano Internacional de Estatística.
- XXI Congresso da Sociedade Portuguesa de Estatística, realizado em Aveiro.
- Organização de um *workshop* sobre Estatísticas Europeias, no Porto, com a realização de duas sessões.

1.6. COOPERAÇÃO ESTATÍSTICA INTERNACIONAL

1.6.1. Atividades no âmbito do Sistema Estatístico Europeu e com outras organizações internacionais no domínio da estatística

Em 2013, o INE participou num total de 237 reuniões internacionais, que envolveram 254 deslocações, a maior parte das quais no âmbito da União Europeia.



Esta participação envolveu:

- Reuniões do Comité do Sistema Estatístico Europeu, bem como dos diversos grupos de diretores e dos grupos de trabalho do Eurostat, no quadro da aplicação do Programa Estatístico Europeu;
- *Task forces* relevantes a nível europeu, designadamente sobre a metodologia para a próxima ronda de *Peer Reviews* ao SEE, sobre a Visão para o SEE, sobre o SIMSTAT (*Single Market Statistics*), sobre as implicações da Diretiva do Conselho 2011/85 que estabelece requisitos aplicáveis aos quadros orçamentais dos Estados-membros, bem como sobre Investigação e Desenvolvimento, Contas Trimestrais, Índice harmonizado de Preços no Consumidor, entre outras;
- Liderança do projeto “Paridades de Poder de Compra” no Grupo dos Países do Sul da Europa e participação em projetos importantes a nível europeu promovidos pelo EIGE “*European Institute for Gender Equality*” na área da igualdade de género;
- Participação em *ESSnets* de grande relevância na UE, destacando-se “*Measuring global value chains*”, “*Decentralised and Remote Access to Confidential Data in European Statistical System – DARA*”, “*Micro Data Linking and Data Warehousing in Statistical Production*”, “*GEOSTAT 1B – Representing Census Data in European Population Grid*”, “*European Groups Register Methodology*” e “*SIMSTAT pilot – preparation for exchange of micro-data on intra-EU trade between Member States*”.
- Participação na discussão de 10 propostas de atos legislativos no âmbito das reuniões do Grupo “Estatísticas” do Conselho da União Europeia, em diferentes domínios estatísticos, designadamente: revisão do Regulamento sobre as Estatísticas Europeias (223/2009); Estatísticas da Demografia; Estatísticas da Agricultura (pacote alinhamento ao Tratado de Lisboa e financiamento do Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas 2016); fornecimento e qualidade das estatísticas referentes ao procedimento dos desequilíbrios macroeconómicos (MIP); *INTRASTAT*; *EXTRASTAT*; Inquérito ao

Emprego; Contas Económicas Europeias do Ambiente; envelope financeiro para o Programa Estatístico Europeu 2013-2017;

- Reuniões de acompanhamento de subvenções financeiras e contratos de prestação de serviços estabelecidos com a Comissão Europeia;
- Sessões anuais da Comissão de Estatística das Nações Unidas, da Conferência dos Estatísticos Europeus e do Comité de Estatísticas da OCDE, bem como participação em Conferências e reuniões temáticas no âmbito das Nações Unidas, nas áreas da População e Censos, Emprego, metainformação e recolha de informação estatística, bem como em reuniões da OCDE, destacando-se as áreas de Indicadores Territoriais, Contas Nacionais, Contas da Saúde e Condições de Vida;
- Ações de formação nos mais diversos domínios estatísticos, realizadas sobretudo em países da UE.

O INE participou num total de 196 reuniões no âmbito do Eurostat, abrangendo a maior parte a participação em grupos de trabalho.



1.6.2. Atividades de Cooperação Estatística

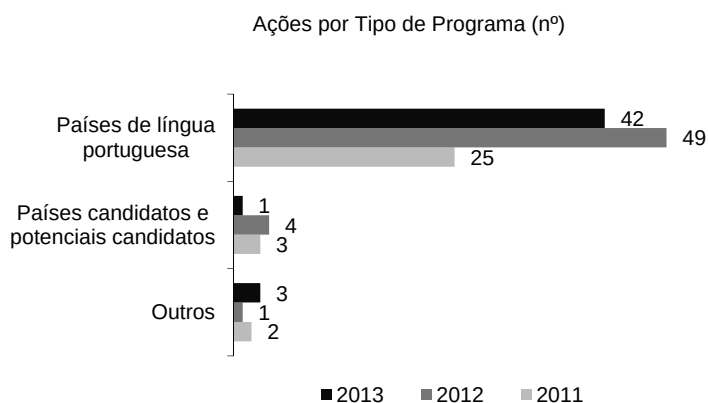
No âmbito da cooperação com os países de língua portuguesa destacaram-se, em 2013, as seguintes atividades:

- Implementação do Programa da CPLP de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste, na sua fase 2 (2013) e na adenda à fase 1, com a realização de ações destinadas a vários países, nas áreas dos projetos de Legislação, Classificações, Conceitos e Nomenclaturas, Geoinformação IPC e Indicadores de Curto Prazo e Estatísticas Económicas;
- Elaboração de “Estudo Metodológico sobre as estatísticas das Migrações nos países da CPLP” com contributos dos pontos focais dos países membros e recurso a fontes internacionais;
- Edição do DVD “Estatísticas da CPLP 2012”, disponível nos *websites* da CPLP e dos INEs dos países membros, e elaboração do destaque “Comunidade de Países de Língua Portuguesa: breve retrato estatístico”, também disponível nos referidos *websites*.
- Apoio ao INE de Angola nas áreas de Legislação, Relações Externas, Planeamento e Custeio de atividades, no âmbito de Memorando de Entendimento celebrado entre os INEs dos dois países;

- Apoio ao INE de Moçambique na área do IPC e Indicadores de Curto Prazo e coordenação e programação das atividades neste domínio para 2014-2017;
- Apoio ao INE de Cabo Verde nas áreas de Contas Nacionais e do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares e na publicação da Classificação Nacional de Bens e Serviços de Cabo Verde - Rev.1;
- Publicação semestral de Newsletter bilingue sobre as atividades de cooperação internacional.

Na cooperação com outros países, destaca-se:

- Acolhimento de estágio de longa duração na área da infraestrutura tecnológica, destinado a técnica oriunda da Albânia, ao abrigo do “Instrumento de Assistência de Pré-Adesão” (IPA) à UE;
- Cooperação com países do sul da Política Europeia de Vizinhança, nomeadamente em seminário sobre “*Statistics and evidence based decision making*”, realizado ao abrigo do programa TAIEX (*Technical Assistance Information Exchange Instrument*), e através da animação de *Workshop* sobre “*Electronic publications*”, realizado ao abrigo do programa MEDSTAT III;
- Acolhimento de visita de trabalho do INE de Shanghai no âmbito de intercâmbio de experiências e promoção de relações bilaterais.



1.7. GESTÃO DA QUALIDADE

Auscultação dos utilizadores

Mantiveram-se as atividades de contacto com os utilizadores de informação estatística como prioridade, de acordo com o compromisso do INE na sua Carta da Qualidade, nomeadamente ao nível da avaliação da sua satisfação em relação aos produtos e serviços, que o INE disponibiliza à sociedade (informação detalhada sobre esta atividade está disponível no ponto 1.8.).

Código de Conduta para as Estatísticas Europeias

Os princípios do Código de Conduta, em conjunto com os princípios relacionados com a Gestão da Qualidade, continuam a representar o quadro de referência comum da qualidade do Sistema Estatístico Europeu, de extrema importância enquanto instrumento de referência para a garantia da confiança e credibilidade dos sistemas estatísticos. Neste contexto, o INE continuou a implementar medidas para o seu cumprimento pleno, bem como a reportar ao Eurostat as ações em curso no âmbito do Plano de Ação de melhoria pós auditoria externa (*Peer Review*) de 2008.

Ainda no âmbito do Código de Conduta, o INE manteve a sua participação na *task force* sobre a metodologia da nova ronda de *Peer Reviews*, prevista para 2014/2015, envolvendo todos os princípios do Código, numa abordagem mais exigente e alargada. Esta metodologia comportou a elaboração de um vasto conjunto de instrumentos de apoio à realização do processo de avaliação do cumprimento do Código de Conduta, nomeadamente guias de instruções sobre a condução do processo e um conjunto de quatro questionários de autoavaliação: i) dirigido aos INEs no âmbito do cumprimento dos 15 princípios do Código; ii) dirigido às outras Autoridades Estatísticas Nacionais que contribuem para a produção das Estatísticas Europeias, também no âmbito do cumprimento dos 15 princípios do Código; iii) questionário sobre a função de coordenação dos INEs nos Sistemas Estatísticos Nacionais; e iv) questionário que visa recolher junto dos INEs informação sobre a cooperação/nível de integração no âmbito do Sistema Estatístico Europeu.

Neste contexto, e paralelamente, o INE iniciou os seus trabalhos de preparação do seu exercício de autoavaliação, envolvendo igualmente as Entidades com Delegação de Competências neste processo.

Mais informação sobre este processo pode ser acedido em:

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/quality/code_of_practice/peer_reviews

Na área da Qualidade, é ainda de salientar a participação no *Programme Committee* da Conferência Europeia da Qualidade - Q2014 - que se realizará em Viena de Áustria, em junho de 2014; e a continuação da participação no programa de formação do ESTP – *European Statistics Training Programme* - com uma formadora no curso avançado sobre gestão da qualidade (realizado em setembro de 2013, no Istat, em Roma).

1.8. AUSCULTAÇÃO DOS UTILIZADORES DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

De acordo com o disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 15º da Lei n.º 66-B/2007 - alterada pelas Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro - apresentam-se as ações empreendidas e os resultados obtidos no âmbito da avaliação do nível de satisfação dos utilizadores/clientes face aos produtos e serviços disponibilizados pelo INE.

1.8.1. Inquéritos à satisfação dos utilizadores/clientes de informação estatística

A atividade de auscultação à satisfação dos utilizadores/clientes iniciou-se no INE em 2000, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços que presta e dos produtos que difunde e de ir ao encontro das necessidades e expectativas dos seus utilizadores/clientes.

Na sequência do ocorrido em anos anteriores, em 2013 as iniciativas relacionadas com a avaliação do nível de satisfação dos utilizadores/clientes inseriram-se no Sistema de Auscultação aos utilizadores/clientes de informação estatística, que estabelece a comparabilidade entre os inquéritos realizados aos segmentos distintos de utilizadores/clientes. Este Sistema está de acordo com as orientações estratégicas das Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial estabelecidas para o período 2013-2017 (LGAEO 2013-2017), com o Princípio 11 – Relevância, do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias (“As estatísticas europeias satisfazem as necessidades dos utilizadores”) e com a Carta da Qualidade e Políticas de Difusão e de Revisões do INE. O objetivo deste Sistema de Auscultação é garantir que os inquéritos à satisfação dos utilizadores/clientes mantenham uma estrutura de questões e de hipóteses de respostas idênticas, que possibilitem a comparação de resultados, mesmo que dirigidos a diferentes grupos de utilizadores/clientes e/ou diferentes serviços prestados pelo INE. Com esta finalidade, os inquéritos à satisfação baseiam-se nas seguintes dimensões de análise:

Dimensão	Descrição
A.1. Qualidade reconhecida	
A.1.1. Qualidade reconhecida à informação estatística:	Avaliação da informação estatística utilizada com base na experiência recente, independentemente do suporte em que é difundida.
A.1.2. Qualidade reconhecida ao serviço:	Avaliação dos serviços prestados pelo INE.
A.1.3. Qualidade reconhecida ao produto:	Avaliação relativa aos suportes usados para difundir a informação.
A.2. Valor:	Nível de qualidade que é reconhecido ao produto/serviço face ao seu preço.
A.3. Imagem:	Associação entre o nível de qualidade reconhecido à informação, produtos e/ou serviços e a instituição no seu todo.
A.4. Expetativas:	Nível de qualidade que os clientes/utilizadores esperam receber no âmbito da prestação de um serviço público.
A.5. Fidelidade:	Atitude (intenção futura) face ao INE.

Atividades realizadas

Realizaram-se as seguintes ações no âmbito da avaliação do nível de satisfação dos utilizadores/clientes:

Inquéritos permanentes	Principais atividades
Inquérito permanente à Satisfação dos Utilizadores do Portal	Acompanhamento dos resultados obtidos.
Inquérito permanente à Satisfação dos Utilizadores das Bibliotecas do INE	Divulgados os resultados referentes a 2012 e ao 1º Semestre de 2013.
Inquérito permanente à Satisfação do Serviço Prestado: Pedidos de informação e esclarecimentos (Inquérito Pós-Serviço)	Divulgados os resultados referentes a 2012, 1º Trimestre de 2013, 2º Trimestre de 2013 e 3º trimestre de 2013.
Inquérito permanente à Satisfação dos Participantes das Visitas de Estudo ao INE	Divulgados os resultados referentes a 2012 e ao 1º Semestre de 2013.
Inquérito à Satisfação dos Participantes da Formação INE RBE sobre "Literacia Estatística ao Serviço da Cidadania: Portal do INE e Projeto ALEA da Ação de Formação – uma primeira abordagem"	Divulgados os resultados referentes a 2012/2013.
Inquérito à Satisfação aos Utilizadores da RIIBES-Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior.	Registo e acompanhamento dos resultados obtidos
Inquérito permanente aos Utilizadores do <i>WebInq</i>	Acompanhamento dos resultados obtidos.

Outras iniciativas:

- Publicação de artigos na INEWS do INE sobre: "Satisfação dos Utilizadores em 2012" (INEWS nº 15 - março de 2013); "Serviço de Apoio ao Cliente" (INEWS nº 16 - junho de 2013); "Serviço de Apoio ao Cliente" (INEWS nº 179 - setembro de 2013); "Satisfação das ações de formação "Literacia Estatística ao Serviço da Cidadania" (INEWS nº 18 - dezembro de 2013).

Principais resultados dos inquéritos à satisfação

Como é referido anteriormente, o cálculo dos níveis de satisfação dos utilizadores dos produtos e serviços do INE segue a metodologia prevista no Sistema Integrado de Auscultação, utilizando-se para o efeito os Saldos de Respostas Extremas (SRE). O cálculo de SRE permite avaliar o grau de satisfação dos utilizadores/clientes relativamente a cada um dos aspetos considerados, de forma a valorizar mais as avaliações extremas da escala proposta, e valorizar menos as avaliações intermédias que representam uma satisfação/insatisfação pouco expressiva, utilizando para tal um esquema de ponderações aplicado às frequências relativas de cada valor observado da escala de avaliação, da seguinte forma:

$$SRE = F_1 * (-1) + F_2 * (-0,5) + F_3 * (-0,25) + F_4 * (0,25) + F_5 * (0,5) + F_6 * (1)$$

F_i = Frequência relativa de cada valor observado na categoria i escala de avaliação ($i=1, \dots, 6$)

Os valores obtidos neste saldo variam entre -1 e 1, estando associados aos seguintes níveis de satisfação/insatisfação: "1" – totalmente satisfeito; "-1" – totalmente insatisfeito; os valores perto de "0" estão associados a graus de satisfação/insatisfação pouco expressivos.

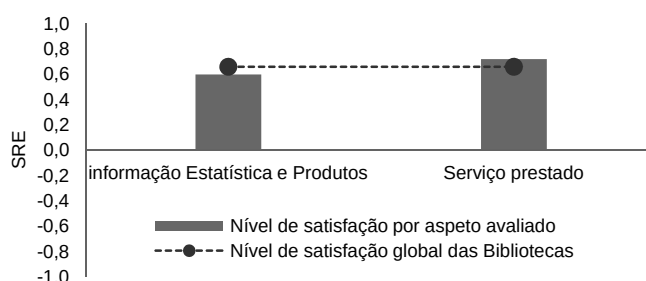
Inquéritos permanentes

Inquérito à Satisfação dos Utilizadores das Bibliotecas do INE

O Inquérito aos Utilizadores das Bibliotecas do INE (Lisboa, Delegações do Porto, de Coimbra, de Évora e de Faro) realiza-se de modo permanente desde 2003, tendo o questionário sido alterado em 2010. A realização deste inquérito tem 3 objetivos: medir e caracterizar a procura às Bibliotecas, identificar necessidades de informação e avaliar a satisfação dos utilizadores relativamente ao serviço prestado nas Bibliotecas do INE.

Em 2013, o conjunto das cinco Bibliotecas recebeu 893 utilizadores. A taxa de resposta ao inquérito foi muito elevada, situando-se em 79,5% nas questões relacionadas com a Informação Estatística/Produtos, e em 83,7% nos aspetos associados ao Serviço prestado.

Os resultados apurados mostram níveis de satisfação dos utilizadores também muito elevados: o nível global de satisfação para o conjunto das bibliotecas foi de 0,66 (SRE), com apreciação mais favorável sobre o Serviço prestado (SRE de 0,72), face à avaliação atribuída à Informação Estatística e Produtos (SRE de 0,60).

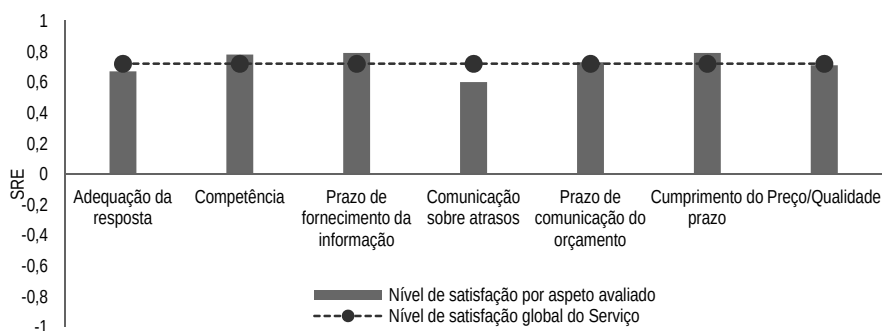


Inquérito à Satisfação dos Utilizadores de Informação Estatística – Pós-Serviço

O Inquérito à Satisfação dos Utilizadores de Informação Estatística – Pós-Serviço, de inquirição sistemática desde 2010, tem como principal objetivo avaliar o grau de satisfação destes utilizadores relativamente ao serviço prestado pelo INE na resposta aos seus pedidos de informação.

Em 2013, foram recebidos 2 582 questionários, correspondentes a uma taxa de resposta de 33,8%, nível muito significativo para um inquérito deste tipo, de resposta voluntária.

O nível global de satisfação foi de 0,72. Os resultados parcelares evidenciaram uma apreciação bastante positiva dos respondentes em todos os aspetos considerados, em particular nos aspetos relacionados com o Prazo previsto para a entrega da informação e o Cumprimento do prazo de fornecimento da informação (ambos com SRE de 0,79).



Inquérito à Satisfação dos Utilizadores do Portal de Estatísticas Oficiais

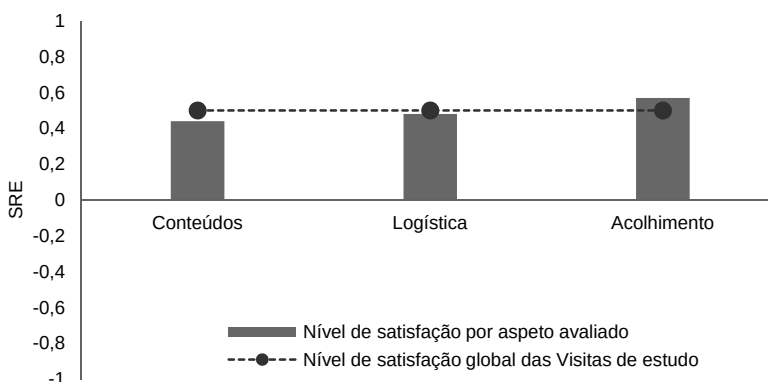
O Inquérito à Satisfação dos Utilizadores do Portal, disponível permanente no Portal do INE (www.ine.pt), em versão portuguesa e inglesa, tem como objetivo avaliar o grau de satisfação dos utilizadores relativamente a aspetos diretamente relacionados com o Portal e com a informação estatística disponibilizada, constatando-se uma reduzida participação. A avaliação da satisfação do Portal é ainda efetuada no âmbito Inquérito à Satisfação das Visitas de Estudo (abaixo referido) através de um conjunto de questões específicas para o efeito. Assim, a avaliação da satisfação global do Portal englobou o conjunto dos resultados obtidos através destes dois instrumentos, tendo-se obtido um nível global de satisfação de 0,29 SRE.

Inquérito à Satisfação das Visitas de Estudo

O Inquérito à Satisfação dos Utilizadores de Informação Estatística – Visitas de Estudo, efetuado de modo sistemático desde 2010, tem como objetivo avaliar o grau de satisfação dos docentes e estudantes nos aspetos relacionados com o conteúdo da Apresentação efetuada, questões de Organização de visita, Intervenção do pessoal técnico do INE, bem como com a utilização regular do Portal e do ALEA.

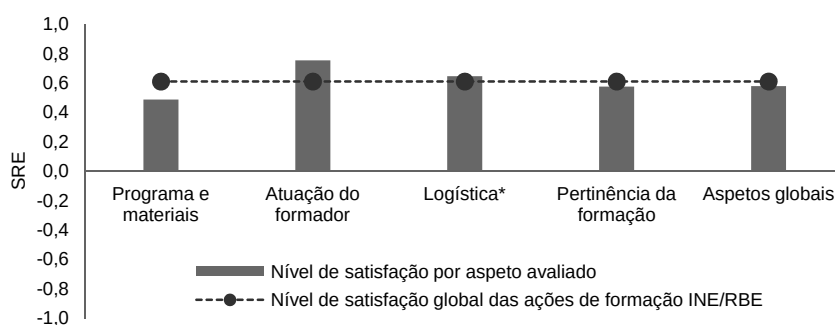
Em 2013, foram realizadas 48 visitas, no Porto, Lisboa e Faro, envolvendo 1817 participantes, tendo a taxa de resposta global sido de 95,4%.

Os resultados apurados revelaram uma avaliação média global elevada dos 14 aspetos considerados nos inquéritos (SRE de 0,50), tendo os aspetos relativos ao Acolhimento/Intervenção dos técnicos do INE sido apreciados de modo mais favorável (SRE de 0,57) do que os aspetos ligados a questões de Logística (0,48) e ao Conteúdo da apresentação (0,44).



Inquérito à Satisfação dos participantes nas ações de formação relacionadas com literacia estatística no contexto da colaboração com a Rede de Bibliotecas Escolares

Entre fevereiro e junho de 2013 realizaram-se 53 ações de formação INE/RBE dirigidas a docentes dos níveis de ensino básico e secundário no contexto da ação denominada "Literacia Estatística ao Serviço da Cidadania: Portal do INE e Projeto ALEA – uma primeira abordagem". Neste contexto, foi feito um Inquérito de Avaliação da Formação a todos os participantes, com o objetivo de melhorar continuamente a prestação deste serviço. Participaram nestas ações 819 docentes, dos quais 792 responderam ao inquérito, o que corresponde a uma taxa de resposta de 96,7%, um valor muito significativo para este tipo de inquéritos. Os resultados apurados permitem concluir que a apreciação global das ações de formação foi muito positiva, tendo o nível global de satisfação atingido 0,61 SRE. Destacam-se, muito acima do resultado global, os aspetos relacionados com Atuação do formador (0,75 SRE).



Síntese

O quadro seguinte apresenta a síntese dos resultados dos inquéritos realizados entre 2007 e 2013, assim como as taxas de resposta obtida, em 2013, em cada inquérito.

Inquéritos realizados	Taxa de resposta	Nº Respondentes	Resultados (SRE)(a)						
	2013	2013	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Inquéritos permanentes									
Pós-Serviço	33,8%	2582	n.a.	n.a.	0,64	0,64 (e)	0,67	0,68	0,72
Bibliotecas	81,6%	893	0,94	0,95	0,96	0,88(c)	0,91	0,80	0,66
Portal (b)	Não aplicável	677	-0,21	0,11	0,04	0,11	0,11	0,10	0,29
Visitas de Estudo	95,4%	1068	n.a.	n.a.	0,54	0,52	0,47	0,51	0,50
Formação INE/RBE	96,7%	792	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,64	0,61

Notas:

(a) SRE: valores variam entre -1 e 1, em que "1" = totalmente satisfeito e "-1" = totalmente insatisfeito; os valores perto de "0" estão associados a graus de satisfação/insatisfação pouco expressivos.

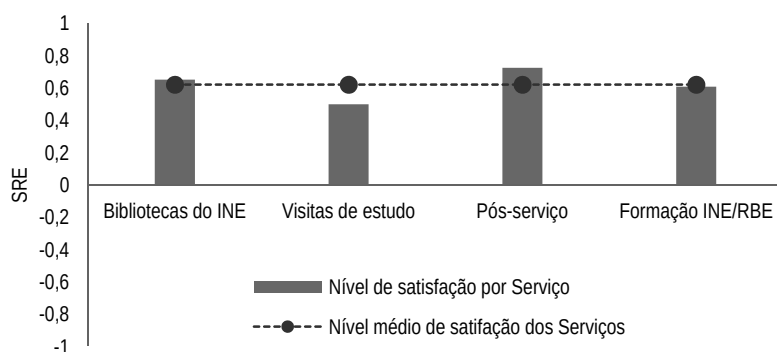
(b) Não é possível determinar a taxa de resposta, pelo facto do universo de partida ser desconhecido; O número de respondentes engloba os participantes no Inquérito específico ao Portal e os respondentes às questões específicas do Portal realizadas no âmbito do Inquérito às Visitas de Estudo.

(c) Em 2010 passou a ser aplicado o novo questionário.

(d) O inquérito iniciou-se em maio de 2010.

Nível de Satisfação dos Clientes

O cálculo do indicador "Nível de satisfação dos clientes" apresentado no QUAR 2013 segue a metodologia adotada desde 2008, integrando os resultados dos Inquéritos à satisfação aos utilizadores do Portal, aos utilizadores das Bibliotecas do INE, aos utilizadores do Pós-serviço, aos participantes nas Visitas de Estudo e aos participantes nas ações de formação INE/RBE. O nível global de satisfação dos clientes é o resultado da média aritmética dos níveis de satisfação obtidos através dos quatro inquéritos referidos. Em 2013, o nível global de satisfação dos clientes foi de 0,621 SRE, acima das expectativas definidas pelo INE, já que a meta estabelecida no QUAR 2013 compreendia o intervalo entre 0,475 e 0,525.



1.8.2. Sistema de Sugestões e Reclamações

Desde 2001 que o INE dispõe de um Sistema de Sugestões e Reclamações, através do qual é efetuado o registo, encaminhamento e tratamento das sugestões e reclamações recebidas. A última revisão do procedimento interno reporta a 2009, encontrando-se em conformidade com os compromissos assumidos na Carta da Qualidade (de 2009).

Os indicadores analisados na monitorização do Sistema de Sugestões e Reclamações (reportados em relatórios trimestrais) são os seguintes:

- o número de sugestões e reclamações recebidas;
- a tipologia das sugestões e reclamações apresentadas;
- o prazo de tratamento das sugestões e reclamações;
- as ações de melhoria empreendidas em resposta às sugestões e reclamações recebidas.

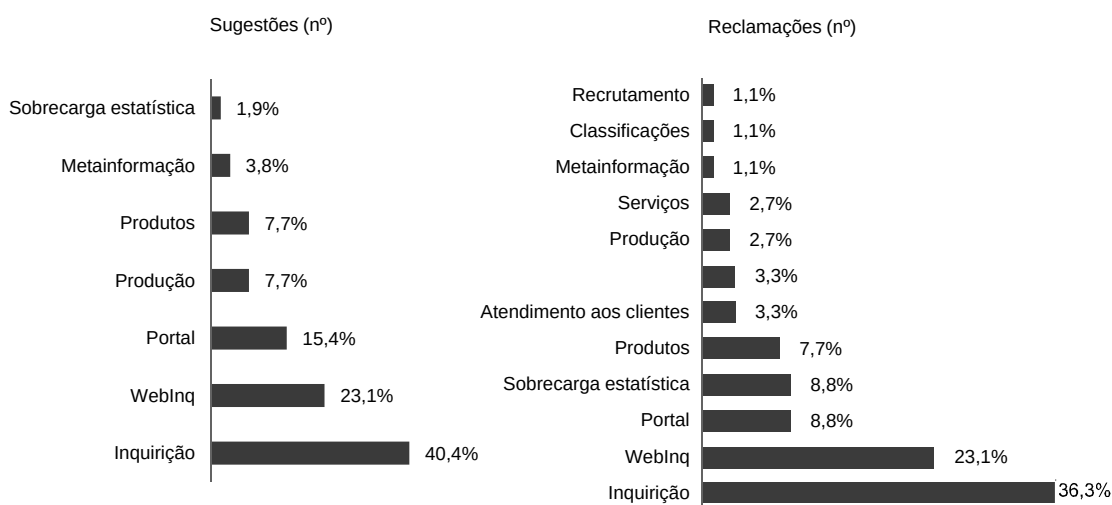
Síntese dos resultados das sugestões e reclamações

Em 2013, no âmbito do Sistema de Sugestões e Reclamações, o INE recebeu 182 reclamações (219 em 2012) e 52 sugestões (55 em 2012).

As sugestões e as reclamações foram respondidas num prazo médio de resposta de 3,2 dias úteis e de 1,4 dias úteis, respetivamente.

O *WebInq* foi o meio mais utilizado para apresentação de sugestões e reclamações (101 registos, com 27 sugestões e 74 reclamações), seguido do Portal (85 ocorrências, com 21 sugestões e 64 reclamações). A utilização do *e-mail* foi bem menos intensa, ocorrendo em 33 situações (4 sugestões e 29 reclamações), enquanto o Correio postal aconteceu em 15 casos (somente reclamações).

As sugestões e reclamações recebidas foram classificadas de acordo com tipologia previamente estabelecida. Assim, nas sugestões as classes mais frequentes foram Inquirição (40,4%), *WebInq* (23,1%) e Portal (15,4%), que representaram 78,9% do total. Nas reclamações as classes Inquirição (36,3%), *WebInq* (23,1%), Portal (8,8%) e Sobrecarga estatística (8,8%), foram as mais relevantes, tendo representado 77,0% do total de reclamações.



Em 61,5% do total das sugestões e 89,4% do total das reclamações foram imediatamente empreendidas as ações de melhoria adequadas.

Ações de melhoria	nº
Implementação imediata	195
Implementação a curto/médio prazo	29
Total	234

1.9. BALANÇO SOCIAL 2013 - ANÁLISE SINTÉTICA

O Balanço Social relativo à situação dos recursos humanos do INE em 31 de dezembro de 2013 foi elaborado de acordo com o Decreto-Lei Nº 190/96, de 9 de outubro.

Total de trabalhadores/as no quadro

Em 31 de dezembro de 2013, o número de trabalhadores/as em efetividade de funções era de 665, tendo-se registado os seguintes movimentos ao longo do ano:

Entradas	
Procedimento Concursal	4
Regresso de licença sem vencimento ou período experimental	2
Outras Situações	4
Total	10
Saídas	
Morte	1
Reforma/ aposentação	3
Resolução por iniciativa do trabalhador	3
Mobilidade interna	2
Outras situações	7
Total	16

Distribuição por sexo

A análise da distribuição por género revelou que 58,5% dos trabalhadores eram do sexo feminino e 41,5% do sexo masculino. Esta situação é idêntica à que foi observada nos anos 2011 e 2012.



Distribuição por tipo de vínculo

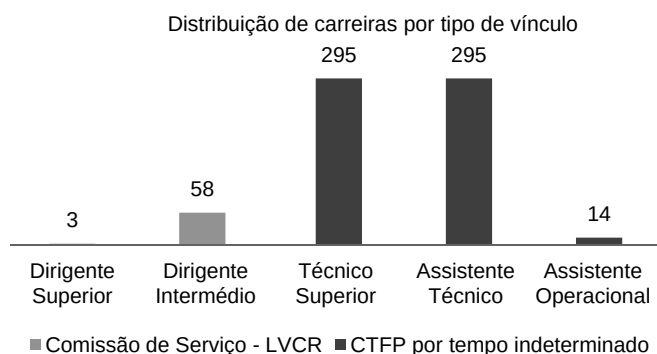
O número de trabalhadores/as com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado (CTFP) representava 90,8% do total, enquanto 9,2% se encontrava em Comissão de Serviço na condição de Dirigente Superior ou de Dirigente Intermédio. Por comparação com o ano de 2012, esta situação manteve-se praticamente inalterada (2012 - 90,6% CTFP por tempo indeterminado face a 9,4% em Comissão de Serviço).



Distribuição de carreiras por tipo de vínculo

No final de 2013, os 90,8% de trabalhadores/as em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado correspondiam a 604 trabalhadores/as, dos quais 295 eram Técnicos Superiores, 295 Assistentes Técnicos e 14 Assistentes Operacionais.

De realçar que, em 2013, o número de Assistentes Técnicos igualou o número de Técnicos Superiores.



Distribuição por carreiras

De 2012 para 2013 verificou-se uma alteração assinalável no número de trabalhadores/as nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Técnico.

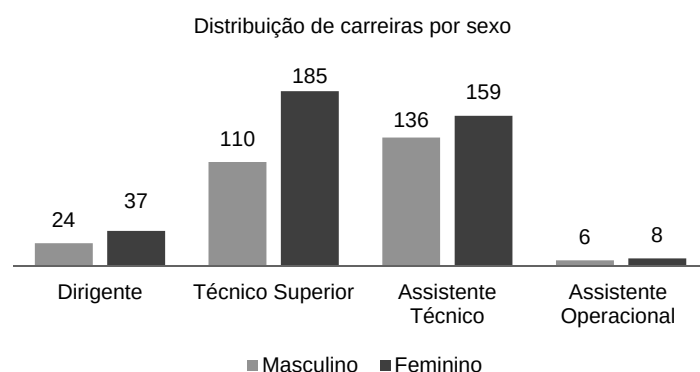
O número de Técnicos Superiores passou de 279 para 295, assinalando assim um aumento no peso relativo desta carreira (44,4% em 2013 face a 41,6% em 2012). Por outro lado, o número de Assistentes Técnicos passou de 315 para 295, representando 44,4% do total de trabalhadores/as (46,9% em 2012). Esta situação deriva essencialmente do acesso de Assistentes Técnicos com licenciaturas e experiências relevantes à carreira de Técnico Superior, na sequência de um procedimento concursal.

O peso da carreira de Assistente Operacional não sofreu qualquer alteração face a 2012, mantendo-se em 2,1% do total, enquanto na carreira de Dirigente se observou uma ligeira diminuição, de 9,4% para 9,2%.

	2012		2013	
Dirigentes	63	9,4%	61	9,2%
Técnicos Superiores	279	41,6%	295	44,4%
Assistentes Técnicos	315	46,9%	295	44,4%
Assistentes Operacionais	14	2,1%	14	2,1%
Total	671		665	

Distribuição de carreiras por sexo

O número de trabalhadoras é superior ao número de trabalhadores em todas as carreiras, registando-se a maior diferença entre homens e mulheres na carreira de Técnico Superior (110 homens, correspondendo a 37,3% do total de Técnicos Superiores, face a 185 mulheres, ou seja, 62,7% do total).

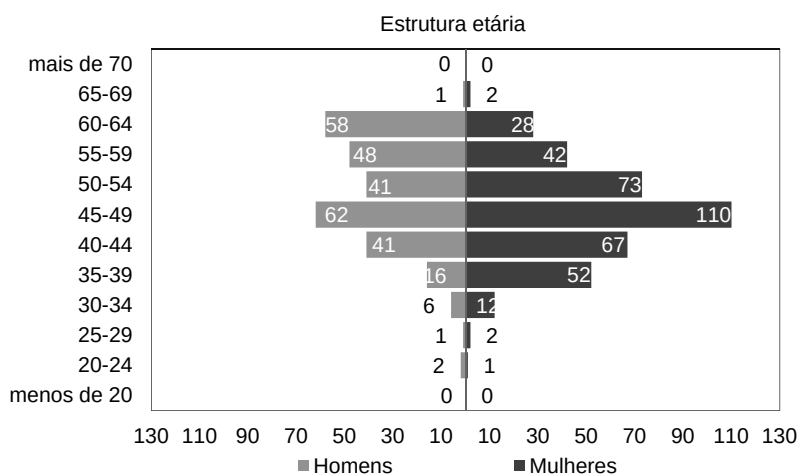


Estrutura etária

No final de dezembro de 2013, 172 trabalhadores/as encontravam-se no escalão etário 45-49 anos, sendo este o escalão etário mais representativo, correspondendo a 25,9% do total de trabalhadores/as.

Verifica-se que 86% dos/as trabalhadores/as tinham 40 anos ou mais (573 pessoas) e apenas 3,6% estavam abaixo dos 35 anos de idade (24 pessoas), verificando-se um decréscimo acentuado relativamente a 2012 (41 pessoas, correspondendo a 6,1%).

O leque etário era de 2,67 (2,83 em 2012), situando-se a média etária em 49,3 anos (47,8 em 2012), sendo de 47,8 anos na população feminina (46,4 em 2012) e de 51,3 anos na população masculina (49,8 em 2012).

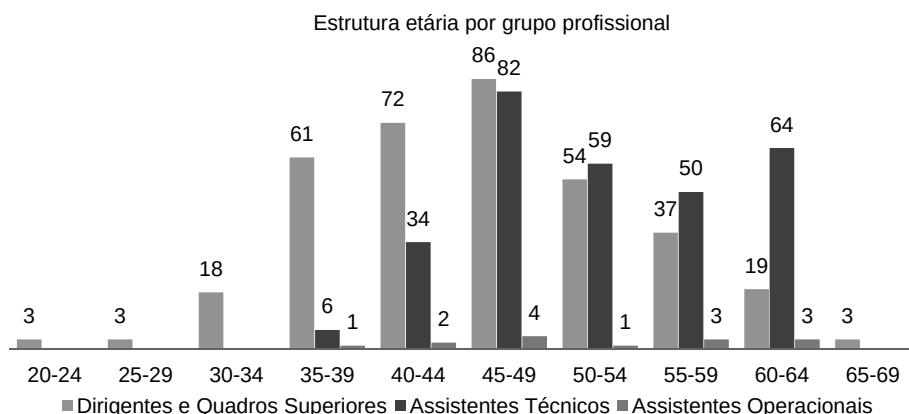


Estrutura etária por grupo profissional

Os Dirigentes e Quadros Superiores, na sua maioria, tinham menos de 50 anos de idade (68,3%; 243 pessoas), sendo que até esta idade o número de Dirigentes e Quadros Superiores é sempre superior ao número de Assistentes Técnicos, em todos os escalões etários.

A partir dos 50 anos, há uma inversão desta tendência, sendo o número de Assistentes Técnicos superior ao número de Dirigentes e Quadros Superiores, em todos os escalões etários.

A maioria dos Assistentes Técnicos (58,6%) tinha mais de 50 anos de idade, sendo que do total de trabalhadores/as deste grupo profissional (295), 21,7% estava no escalão etário 60-64.



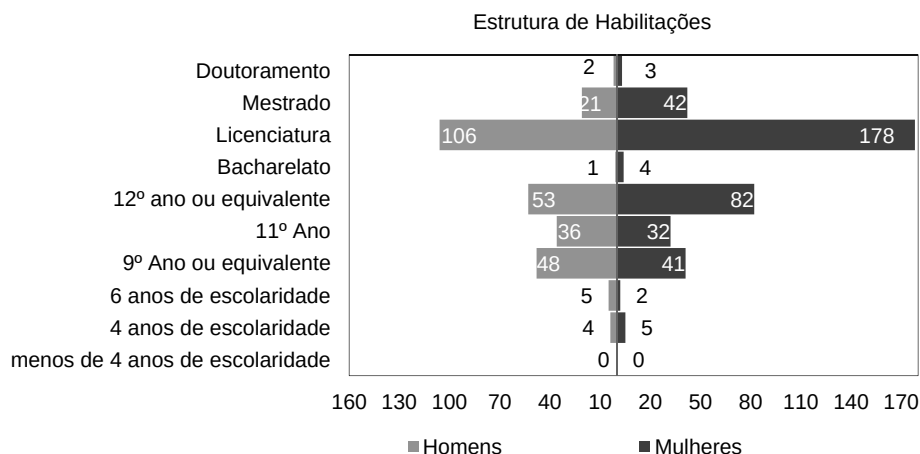
Estrutura de habilitações

53,7% dos/as trabalhadores/as tinham habilitação superior, correspondendo a 357 pessoas, dos quais 63,6% mulheres e 36,4% homens.

O nível de habilitações mais frequente era a licenciatura (42,7%), seguindo-se o 12º ano ou equivalente (20,3%) e o 9º ano ou equivalente (13,4%). 26% dos/as trabalhadores/as têm habilitações inferiores ao 12º ano.

Em 2013, 10,2% dos/as trabalhadores/as eram detentores de Mestrado ou Doutoramento, tendo-se registado, comparativamente a 2012, um acréscimo de 2 Doutorados e 7 Mestres.

Relativamente ao total de trabalhadores/as com habilitações iguais ou inferiores ao 12º ano, 52,6% são do sexo feminino e 47,4% do sexo masculino.



Antiguidade

O escalão de antiguidade com expressão relativa mais elevada é o de 20 a 24 anos, abrangendo 42,4% dos/as trabalhadores/as (face a 40,5% em 2012).

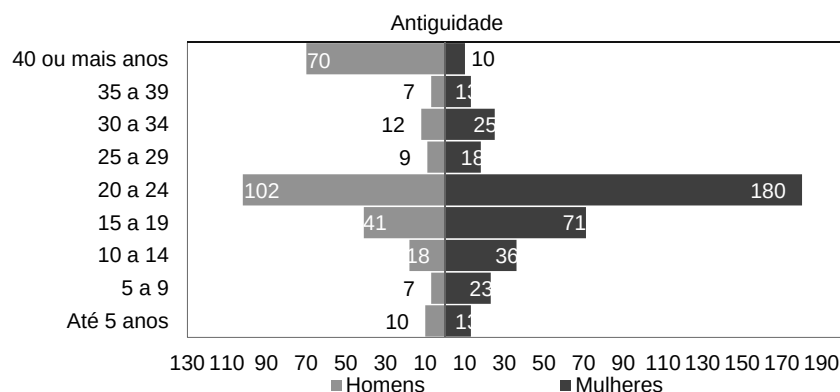
Face a 2012, o número de trabalhadores/as com 40 ou mais anos de antiguidade registou um aumento de 110,5%, passando de 38 para 80 pessoas, sendo este o escalão de antiguidade que registou o maior aumento.

No escalão 10 a 14 anos de antiguidade registou-se um decréscimo de 59 trabalhadores face a 2012.

Do total de trabalhadores/as, 12% têm pelo menos 40 anos de antiguidade (87,5% do sexo masculino e 12,5% do sexo feminino). De realçar que 25% do total de homens está inserido neste escalão de antiguidade.

No final de dezembro de 2013, apenas 8% dos/as trabalhadores/as (53 pessoas) tinham menos de 10 anos de antiguidade, enquanto 137 pessoas tinham pelo menos 30 anos de antiguidade no INE, correspondendo a 20,6% do total de trabalhadores/as.

A antiguidade média era de cerca de 23 anos, sendo de 21 anos no caso das mulheres e de 26 anos no caso dos homens.



Modalidades de horários

A modalidade de horário mais praticada era o horário de trabalho flexível, abrangendo 83,8% do total de trabalhadores/as (557 pessoas). O regime de isenção de horário de trabalho era praticado por 12,6% (84 pessoas).

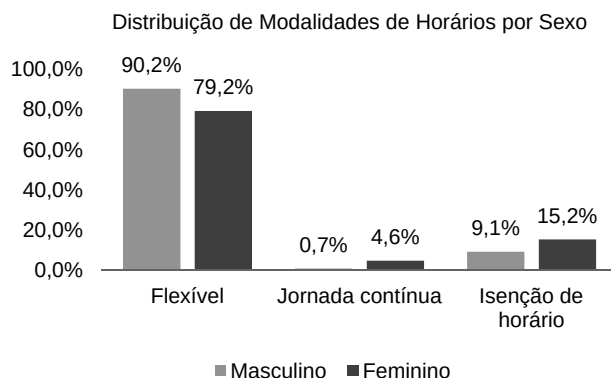
No final de 2013, trabalhavam em jornada contínua 20 pessoas, correspondendo a 3,0% dos/as trabalhadores/as.



Distribuição de modalidades de horários por sexo

No que diz respeito às modalidades de horário mais representativas, verifica-se que apenas na modalidade “horário de trabalho flexível” a percentagem de homens (90,2%) era superior à percentagem de mulheres (79,2%).

A modalidade de isenção de horário abrangia, no final de 2013, 9,1% dos homens e 15,2 % das mulheres, enquanto apenas 0,7% dos homens trabalhava em jornada contínua (face a 4,6% das mulheres).



Horas de trabalho extraordinário

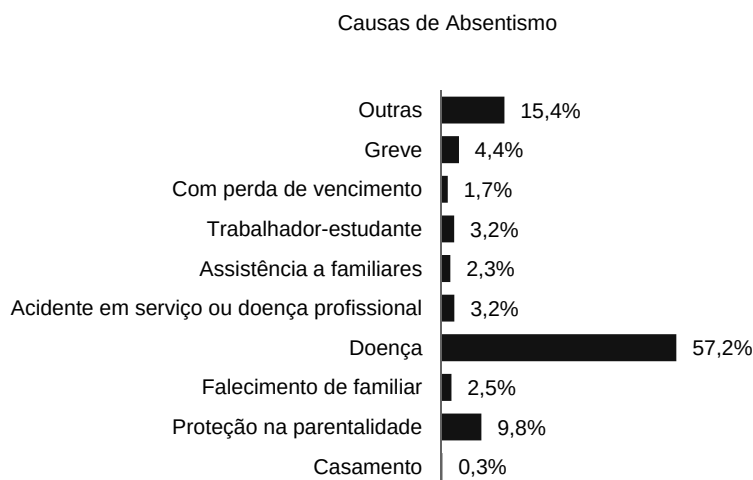
Em 2013, o número de horas de trabalho extraordinário foi de 411 horas, maioritariamente prestadas em período diurno (85,7%). 14,3% foram prestadas em dias de descanso semanal complementar.

Absentismo

Em 2013, o número total de dias de absentismo foi de 5751, menos 3,6% do que em 2012, sendo as trabalhadoras responsáveis por 65,2% desse total.

A taxa de absentismo situou-se nos 3,7% (3,9% em 2012).

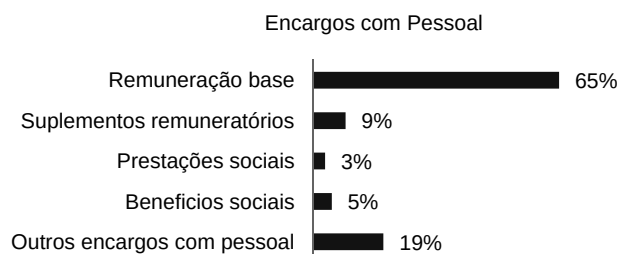
As causas mais significativas do absentismo foram Doença (57,2%), Proteção na parentalidade (9,8%) e Greve (4,4%).



Encargos com pessoal

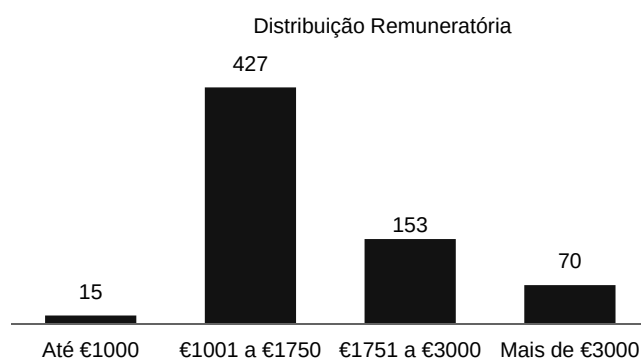
Os encargos com pessoal atingiram cerca de 25 milhões de euros, 65% dos quais relativos à remuneração base, 19% a contribuições para a Segurança Social, ADSE, CGA e outros.

Os benefícios sociais e as prestações sociais representavam respetivamente 5% e 3% do total dos encargos com pessoal.



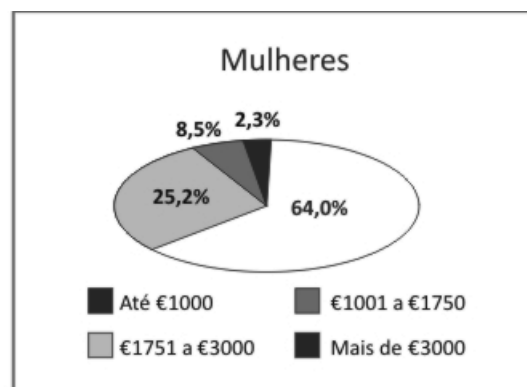
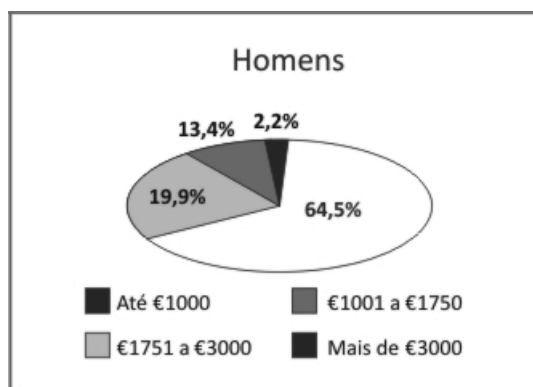
Estrutura remuneratória

Em dezembro de 2013, 66,5% dos/as trabalhadores/as auferiam remunerações mensais ilíquidas iguais ou inferiores a 1 750 euros (442 pessoas), 23% auferiam entre 1 751 e 3 000 euros e 10,5% tinham rendimentos acima de 3 000 euros.



A distribuição remuneratória entre homens e mulheres é similar nos dois primeiros escalões (*até 1000 euros*: 2,2% nos homens e 2,3% nas mulheres e *1001 a 1750 euros*: 64,5% nos homens e 64,0% nas mulheres).

A percentagem de mulheres no escalão remuneratório entre 1 751 e 3 000 euros é superior à dos homens (Mulheres: 25,2%; Homens: 19,9%), sendo que no último escalão a tendência se inverte, passando a percentagem de homens a ser superior à das mulheres (Mulheres: 8,5%; Homens: 13,4%).



Higiene e Segurança no Trabalho

Em 2013 ocorreram 5 acidentes de trabalho no local de trabalho (dos quais 3 originaram baixas que se traduziram em 71 dias de trabalho perdidos) e 2 acidentes de trabalho *in itinere* (2 originaram baixas, correspondendo a 117 dias de ausência).

Foram declarados 5 casos de incapacidade temporária e absoluta e 2 casos de incapacidade temporária e parcial.

No âmbito das atividades de Medicina no Trabalho, foram realizados 552 exames médicos, dos quais 349 efetuados no âmbito de exames periódicos (63,2%), 198 realizados no âmbito de exames ocasionais e complementares (35,9%) e 5 exames de admissão (0,9%).

A Comissão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (CSHST) do INE foi criada em 2006 e objeto de publicação no BTE, 1ª Série, Nº2 de 15 de janeiro de 2007, funcionou em estreita articulação com o Técnico Superior de Higiene e Segurança do Departamento de Recursos Humanos, e com a Medicina do Trabalho.

Em 2013, a CSHST prosseguiu a sua atividade, realizando, em regime ordinário, 5 reuniões (3 reuniões trimestrais e 2 reuniões com o Conselho Diretivo), e 2 visitas a todas as salas de trabalho dos edifícios do INE situados em Lisboa e nas Delegações no Porto, Coimbra, Évora e Faro, além de 3 outras iniciativas, de cariz formativo e informativo, no âmbito do seu papel preventivo e interventivo em sede geral de SHST e especificamente na ótica das Lesões Músculo Esqueléticas e dos problemas psicossociais.

A CSHST, que integra o Técnico Superior de Higiene e Segurança, elaborou o relatório da Avaliação de Riscos do Plano de Emergência Interno (PEI) integrando a reforma da sinalização de emergência, a elaboração do manual do PEI e a definição das linhas de princípio do Plano de Evacuação.

Realizaram-se 5 ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho, abrangendo um total de 27 trabalhadores/as sendo que duas dessas ações foram específicas para os membros da CSHST.

Foram divulgadas comunicações relacionadas com as condições de saúde no local de trabalho, em especial no âmbito da prevenção sobre temáticas diversas, designadamente: tabagismo, ergonomia, gripe sazonal, infeções respiratórias, cancro da próstata e da mama, sida, depressão, stresse laboral, cuidados e preocupações relacionados com o calor intenso, lesões músculo esqueléticas, importância da visão, da atividade física e do desporto e prevenção de acidentes.

Como forma de sensibilização, foram assinaladas datas importantes tais como: Dia Mundial da Luta contra a SIDA, Dia Nacional da Prevenção do Cancro da Mama, Dia Mundial da Luta Contra o Cancro, Semana Europeia da Luta Contra o Cancro, Dia Mundial da Diabetes, Dia Mundial Sem Tabaco, Dia Mundial da Tuberculose, Dia Mundial da Voz, Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho.

Foi dada ainda especial atenção à Prevenção das doenças associadas ao Papilomavírus Humano (HPV), tendo sido efetuada uma sessão de esclarecimento sobre esta temática.

B - CONTAS E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. RECURSOS FINANCEIROS

Apresenta-se a análise da execução financeira do INE, relativa ao exercício de 2013.

Esta análise é desenvolvida na perspetiva da execução financeira do orçamento aprovado (ótica da Contabilidade Pública) e também na perspetiva da situação patrimonial (ótica da Contabilidade Patrimonial - POCP).

1.1. ÓTICA DA CONTABILIDADE PÚBLICA

No decurso de 2013, além da preparação e execução das operações correntes regulares, decorreram trabalhos relacionados com operações estatísticas correntes não regulares, destacando-se:

- Inquérito à Situação Financeira das Famílias;
- Inquérito ao Movimento de Pessoas e Gastos Turísticos;
- Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas.

A execução financeira do exercício em análise continuou a beneficiar de medidas destinadas a otimizar a execução orçamental, ao nível:

- Da adoção sistemática de medidas de rigor e racionalização na execução das despesas de funcionamento e dos custos da atividade estatística;
- Do incremento do aproveitamento de atos administrativos para a produção de estatísticas oficiais;
- Da intensificação da utilização de métodos de recolha mais avançados e com menores custos, designadamente com o uso da internet junto das empresas e, tendencialmente, junto das famílias e com o aumento do recurso à entrevista telefónica junto das famílias.

Em resultado destas medidas o exercício encerrou com um excedente de € 1.711.846, sendo € 1.462.412 na dotação do OE e € 249.434 nas Receitas Próprias, devido à emissão e cobrança de guias de receita no final do exercício.

Execução Financeira (Ótica Tesouraria)

	2013	2012
1. RECEITAS	32.047.397	31.559.032
O. Funcionamento (Orc. Inicial Corrigido)	28.907.362	27.861.911
Receitas Próprias (Efetivamente Cobradas e Saldos Integrados)	3.140.035	3.697.121
PIDDAC - Capital (Orc. Inicial Corrigido)	0	0
2. DESPESAS	30.335.551	29.320.568
Pessoal do Quadro, Requisitados e com Contrato a Prazo	23.730.284	20.554.185
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença (entrevistadores/outros)	3.238.099	2.921.724
Fornecimentos e Serviços Externos	3.141.497	5.640.856
Investimentos	225.671	203.802
3. SALDO ORÇAMENTAL (1-2)	1.711.846	2.238.464

Ao nível da evolução da **Despesa**, é de assinalar:

a) Um aumento de 3,5% na despesa total, devido, por um lado mas de sinal contrário, à conclusão dos Censos 2011 em 2012 e por outro lado, pela reposição dos subsídios de férias e de Natal em 2013.

Para melhor análise veja-se o quadro seguinte da despesa, por Censos 2011 e restante atividade corrente:

	2013		2012	
DESPESA	Corrente	Censos	Corrente	Censos
Pessoal do Quadro	23.730.284	0	20.554.185	0
Pessoal Regime de Tarefa/Avença (entrevistadores)	3.238.099	0	2.921.724	0
Fornecimentos e Serviços Externos	3.141.497	0	3.415.963	2.224.893
Investimentos	225.671		203.802	0
TOTAL	30.335.551	0	27.095.675	2.224.893

b) O acréscimo de 15,5% das despesas com pessoal (78,2% do total em 2013), devido ao facto de terem sido repostos os pagamentos dos subsídios de férias e de Natal e respetivos encargos, conforme definido na Lei do Orçamento do Estado para 2013;

c) O acréscimo de 10,8% nas despesas com a recolha de informação (10,7% do total), devido ao facto de em 2013 terem ocorrido operações estatísticas correntes não regulares/anuais;

d) O decréscimo de 44,3% nos "Fornecimentos e Serviços Externos" (10,4% do total), que resultou de, em 2012, terem sido contabilizados contratos de fornecimento de serviços celebrados exclusivamente para garantir o sucesso da operação censitária (ver quadro acima) e de se ter procedido a uma reorganização espacial das Unidades Orgânicas instaladas em Lisboa, o que possibilitou por termo a um contrato de arrendamento de 3 pisos no Centro Comercial São João de Deus, no final de 2012.

Ao nível da evolução da **Receita**, é de destacar o seguinte:

- a) Um aumento de 1,5% no montante total da receita disponível;
- b) Preponderância dos recursos financeiros provenientes do Orçamento do Estado (90,2% do total), que registaram um aumento de 3,8%, dados os motivos já referidos nas alíneas anteriores;
- c) Uma diminuição de 15,1% relativo a Receitas Próprias (9,8% do total). As Receitas próprias deste Instituto são, sobretudo, provenientes de contratos com o EUROSTAT e da prestação de serviços essencialmente a entidades públicas. A diminuição justifica-se, sobretudo, pelo adiantamento efetuado em 2012 pelo EUROSTAT no âmbito da subvenção financeira relativa ao Inquérito às Explorações Agrícolas a realizar em 2013/2014;
- d) Inexistência de dotação atribuída em 2013 no âmbito do PIDDAC.

1.2. ÓTICA DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL

Os recursos financeiros segundo a ótica de proveitos, ou seja, independentemente dos recebimentos efetivos, num total de € 29.981.638,55, tiveram as seguintes origens:

- **Orçamento do Estado**, a principal fonte de receitas, com o montante de € 27.445.565,65 (91,5%), formalizado através da dotação orçamental para despesas de funcionamento
- **Receitas Próprias**, no valor de € 2.536.072,90 (8,5%), decorrente das vendas e prestações de serviços (€ 857.870,45), participações financeiras (€ 1.330.046,92) e recuperação de custos de reembolsos de viagens e outros (€ 348.155,53).

2. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

As contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, cujas demonstrações financeiras a seguir se apresentam, evidenciam uma situação económica e financeira globalmente favorável.

Para além de outros fatores, foi decisiva a manutenção de um rigoroso controlo de gestão, quer ao nível das despesas de funcionamento, quer das despesas de investimento, que permitiu apurar poupanças nas dotações disponíveis provenientes do Orçamento do Estado e de Receitas Próprias.

O resultado líquido do exercício apresenta-se negativo em € 1.825,11, devida e detalhadamente justificado no Anexo às demonstrações financeiras (Nota 8.2.32).

Nos últimos 6 anos, a evolução dos recursos financeiros do Instituto foi a seguinte:

Orçamento do Estado - Orçamento de Funcionamento

2008	2009	2010	2011	2012	2013
30.924.923,43	33.017.189,44	35.973.959,43	62.442.697,01	26.771.472,50	27.445.565,65

Orçamento do Estado - PIDDAC

2008	2009	2010	2011	2012	2013
652.161,15	643.823,15	117.958,35	29.773,49	0,00	0,00

Receitas Próprias

2008	2009	2010	2011	2012	2013
2.677.042,59	5.217.048,18	7.174.748,63	2.741.773,67	2.146.423,64	2.536.072,90

Total Geral

2008	2009	2010	2011	2012	2013
34.254.127,17	38.878.060,77	43.266.666,41	65.214.244,17	28.917.896,14	29.981.638,55

Notas:

2009 - Inclui a realização do Inquérito Piloto dos Censos 2011 e o lançamento do Recenseamento Agrícola de 2009 (RA2009).

2010 - Inclui a conclusão da recolha do Recenseamento Agrícola de 2009 (RA2009) e a preparação dos Censos 2011.

2011 - Inclui a recolha e início do tratamento dos dados dos Censos 2011.

2012 - Inclui a conclusão dos Censos 2011. Não inclui, em conformidade com a LOE2012, os subsídios de férias e de Natal.

2.1. BALANÇO E SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A estrutura do Balanço, à data de 31 de Dezembro de 2013, mantém-se muito próxima da verificada nos anos anteriores, continuando o ativo fixo a ter um peso preponderante, com cerca de 85,6% do ativo total. Do cotejo das principais rubricas do balanço do ano em análise com o do ano imediatamente anterior, sobressaem as seguintes variações:

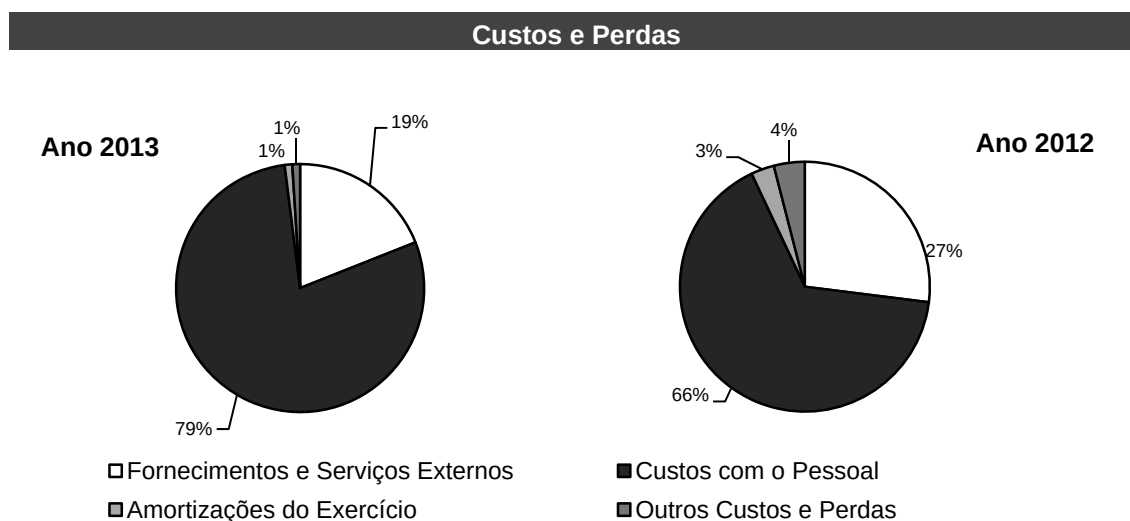
- a) Dívidas de terceiros – diminuição do saldo relativo a outros devedores, devido aos saldos de receitas próprias apurados nas contas de 2012 terem sido superiores aos apurados em 2013;
- b) Acréscimos e diferimentos – aumento do saldo de acréscimos de proveitos, em resultado da contabilização da especialização de exercícios relativa às dotações do Orçamento do Estado;
- c) Acréscimos e diferimentos – aumento do saldo de acréscimos de custos devido à contabilização da especialização do subsídio de férias e respetivos encargos, reposto em 2013 em conformidade com a LOE2013.

As restantes contas não evidenciam variações dignas de registo.

2.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - CUSTOS E PROVEITOS

Os **custos** do exercício de 2013 com o desenvolvimento das atividades do Instituto, cujos detalhes estão evidenciados na demonstração dos resultados, totalizaram € 32.060.547,22 face a € 31.293.419,74 em 2012.

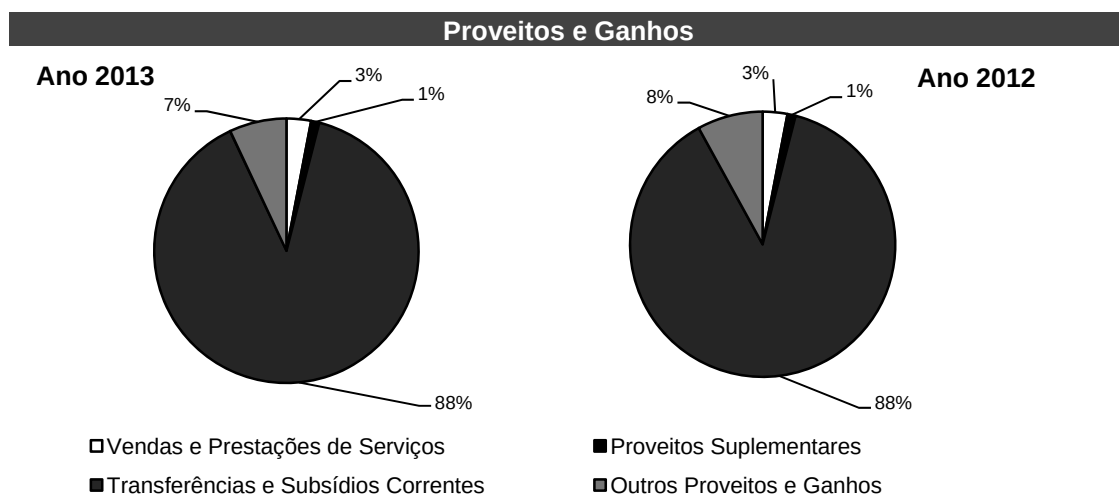
Ao nível da estrutura dos custos, a sua repartição e respetivos pesos face ao total, foi a seguinte:



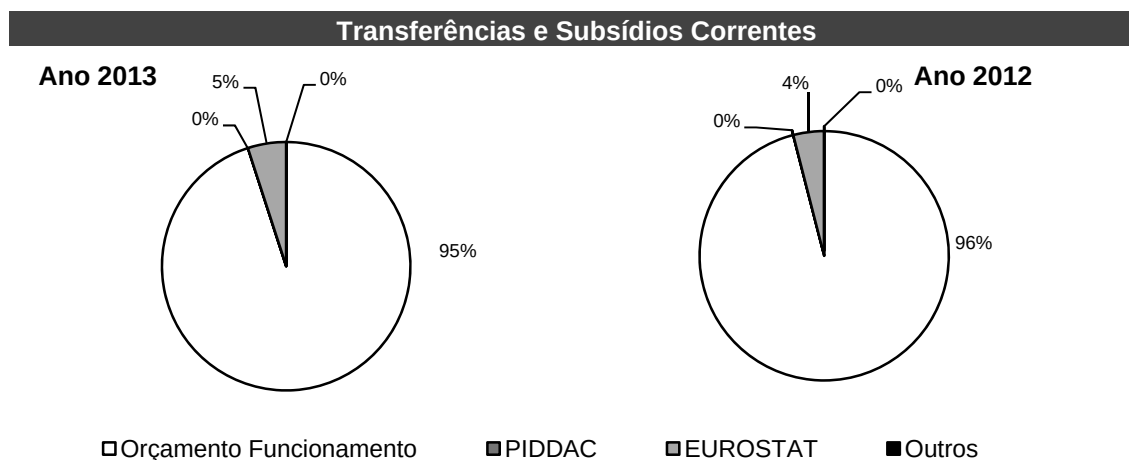
Como já foi referido no ponto “1.1. Ótica da Contabilidade Pública”, as variações registadas resultaram, sobretudo, do seguinte:

- Reposição dos pagamentos dos subsídios de férias e de Natal e respetivos encargos, conforme definido na Lei do Orçamento do Estado para 2013;
- Conclusão, em 2012, de contratos de fornecimento de serviços celebrados no âmbito dos Censos 2011 e reorganização espacial das Unidades Orgânicas instaladas em Lisboa, o que possibilitou por termo a um contrato de arrendamento de 3 pisos no Centro Comercial São João de Deus, no final de 2012.

Os **proveitos**, no total de € 32.058.722,11 (€ 31.227.635,44 em 2012), não registam variações significativas, acompanhando desta forma a evolução verificada ao nível dos custos.



Das rubricas de proveitos, a mais significativa, "Transferências e Subsídios Correntes", representa 89% do total e teve a seguinte decomposição:



2.3. INVESTIMENTOS

No período em análise, as despesas de investimento realizadas e contabilizadas ascenderam a € 226.286,26, financiadas pelo Orçamento de Funcionamento/Orçamento do Estado, envolvendo “Ferramentas e utensílios” no valor de € 7.380,00 (3,3%) e “Equipamento administrativo” no valor de € 218.906,26 (96,7%).

2.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido apurado no exercício foi negativo, no valor de € 1.825,11. (Nota 8.2.32)

Propõe-se a afetação deste resultado à conta de Resultados transitados.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES**3.1. RCM Nº 155/2005 (Nº 9), DE 6 DE OUTUBRO**

Dando cumprimento ao estipulado no nº 9, da RCM nº 155/2005, de 6 de outubro, são apresentadas as remunerações brutas (principais e acessórias) auferidas pelos membros do Conselho Diretivo, em 2013:

	Remunerações	Subsídios de Férias e Natal	Representação	Outras Remunerações Certas e Permanentes	Total
Presidente do C. Diretivo	58.715,40	9.785,83	311,28	0,00	68.812,51
Vogal do C. Diretivo	58.715,40	9.785,83	18.788,88	0,00	87.290,11
Vogal do C. Diretivo	46.972,32	7.828,64	3.235,32	0,00	58.036,28
Totais	164.403,12	27.400,30	22.335,48	0,00	214.138,90

Lisboa, 14 de abril de 2014

O Conselho Diretivo

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho
Presidente

Maria Helena de Sousa Cordeiro
Vogal

Carlos Manuel Matias Coimbra
Vogal

BALANÇO E
DEMONSTRAÇÃO
DOS RESULTADOS



Relatório e Contas

2013



Balção

(Valores em euros)

Codigo das Contas POC		Exercícios			
		2013			2012
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	Imobilizado:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	13.744.806,64	0,00	13.744.806,64	13.744.806,64
422	Edifícios e outras construções	9.803.741,43	4.574.711,76	5.229.029,67	5.415.087,69
423	Equipamento básico	1.193.283,46	1.181.601,46	11.682,00	14.230,80
424	Equipamento de transporte	384.555,39	384.555,39	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	140.369,76	130.488,38	9.881,38	10.715,26
426	Equipamento administrativo	15.719.822,89	15.364.337,09	355.485,80	404.923,16
429	Outras imobilizações corpóreas	14.846,64	8.803,06	6.043,58	6.043,58
44	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
		41.001.426,21	21.644.497,14	19.356.929,07	19.595.807,13
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsid. e de cons.	119.276,48	0,00	119.276,48	99.431,15
33	Produtos acabados e intermédios	353.300,41	299.644,46	53.655,95	20.458,62
		472.576,89	299.644,46	172.932,43	119.889,77
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	144.768,46	0,00	144.768,46	81.284,99
229	Adiantamento a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
262+268	Outros devedores	306.449,23	0,00	306.449,23	1.161.417,97
		451.217,69	0,00	451.217,69	1.242.702,96
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13	Depósitos em instituições financeiras	0,00		0,00	0,00
11	Caixa	12.997,89		12.997,89	24.015,67
		12.997,89		12.997,89	24.015,67
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	1.906.606,64		1.906.606,64	879.601,56
272	Custos diferidos	705.105,61		705.105,61	587.296,04
		2.611.712,25		2.611.712,25	1.466.897,60
	Total de amortizações		21.644.497,14		
	Total de provisões		299.644,46		
	Total do activo	44.549.930,93	21.944.141,60	22.605.789,33	22.449.313,13

Departamento de Administração Financeira e Patrimonial,

Paulo Jorge da Conceição Henriques
(Diretor Adjunto)

Balção

(Valores em euros)

Codigo das Contas POCP		Exercícios	
		2013	2012
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios:		
51	Património	20.772.818,99	20.772.818,99
59	Resultados transitados	(5.444.982,15)	(5.379.197,85)
	Subtotal	15.327.836,84	15.393.621,14
88	Resultado líquido do exercício	(1.825,11)	(65.784,30)
	Total dos fundos próprios	15.326.011,73	15.327.836,84
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos		
2921	Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	26.912,19	11.902,48
219+262+267/8	Outros credores	0,00	0,00
		26.912,19	11.902,48
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	3.011.866,40	1.458.422,10
274	Proveitos diferidos	4.240.999,01	5.651.151,71
		7.252.865,41	7.109.573,81
	Total do passivo	7.279.777,60	7.121.476,29
	Total dos fundos próprios e do passivo	22.605.789,33	22.449.313,13

O Conselho Diretivo,

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho

Maria Helena de Sousa Cordeiro

Carlos Manuel Matias Coimbra

Demonstração dos Resultados

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2013		2012	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo merc. vendas e das mat. consumidas:				
	Matérias		79.917,79		85.434,90
62	Fornecimentos e serviços externos		6.065.019,43		8.434.509,56
641+642	Custos com o pessoal:				
	Remunerações	19.222.195,17		15.510.798,85	
	Encargos sociais :				
644	Prémios para pensões	273.819,64		350.745,00	
645/8	Outros	5.734.186,58	25.230.201,39	4.970.029,73	20.831.573,58
66	Amortizações do exercício	465.164,32		845.462,15	
67	Provisões do exercício	0,00	465.164,32	0,00	845.462,15
65	Outros custos e perdas operacionais (A)		31.501,79		12.645,00
			31.871.804,72		30.209.625,19
68	Custos e perdas financeiras: (C)		3.842,94		1.857,14
			31.875.647,66		30.211.482,33
69	Custos e perdas extraordinários (E)		184.899,56		1.081.937,41
			32.060.547,22		31.293.419,74
88	Resultado líquido do exercício		(1.825,11)		(65.784,30)
			32.058.722,11		31.227.635,44

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2013		2012	
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de produtos	3.181,84		4.365,90	
	Prestações de serviços	854.688,61	857.870,45	874.133,15	878.499,05
72	Impostos, taxas e outros		56.812,48		33.323,38
	Variação da produção		31.550,67		(46.952,18)
73	Proveitos suplementares		291.343,05		214.263,98
742/3/9	Transferências e subsídios correntes obtidos (B)		28.549.326,31		27.580.314,87
			29.786.902,96		28.659.449,10
78	Proveitos e ganhos financeiros (D)		0,00		0,00
			29.786.902,96		28.659.449,10
79	Proveitos e ganhos extraordinários (F)		2.271.819,15		2.568.186,34
			32.058.722,11		31.227.635,44
	Resumo:				
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		(2.084.901,76)		(1.550.176,09)
	Resultados financeiros: (D)-(C-A)=		(3.842,94)		(1.857,14)
	Resultados correntes: (D)-(C)=		(2.088.744,70)		(1.552.033,23)
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		(1.825,11)		(65.784,30)

MAPAS DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL



Relatório e Contas

2013



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P.

Controlo Orçamental - Despesa

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Dotações corrigidas	Cativos ou conge- lamentos	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição				
			Desp. Func. Normal				
			F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS				
02 0 02 08 00	1011	010102	Órgãos Sociais	100.000,00	166.906,00	2.500,00	164.403,12
02 0 02 08 00	1011	010103	Pessoal dos quadros	11.977.714,00	11.900.983,00	299.443,00	11.282.158,64
02 0 02 08 00	1011	010107	Pessoal reg. tarefa ou avença	5.082.000,00	3.682.000,00	127.050,00	3.238.098,95
02 0 02 08 00	1011	010109	Pessoal em qualquer outra situação	105.000,00	85.712,00	2.625,00	83.072,00
02 0 02 08 00	1011	010111	Representação	253.670,00	367.370,00	6.342,00	359.983,96
02 0 02 08 00	1011	010112	Suplementos e prémios	1.357.490,00	1.446.608,00	33.937,00	1.405.878,21
02 0 02 08 00	1011	010113	Subsidio de refeição	797.990,00	761.980,00	19.950,00	709.095,10
02 0 02 08 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	1.293.628,00	2.486.538,00	32.341,00	2.440.297,21
02 0 02 08 00	1011	010202	Horas extraordinárias	25.000,00	5.965,00	0,00	1.661,94
02 0 02 08 00	1011	010204	Ajudas de custo	125.000,00	52.245,00	0,00	32.323,82
02 0 02 08 00	1011	010205	Abono para falhas	1.040,00	1.040,00	0,00	1.035,36
02 0 02 08 00	1011	010213	Outros suplementos e prémios	28.000,00	25.110,00	0,00	22.308,49
02 0 02 08 00	1011	010301	Encargos com a saúde	299.380,00	265.380,00	0,00	262.698,59
02 0 02 08 00	1011	010305	Contribuições CGA	52.885,00	91.485,00	0,00	90.159,40
02 0 02 08 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	3.251.805,00	3.631.805,00	0,00	3.394.557,98
02 0 02 08 00	1011	010306	Ac. Serviço doenças prof.	1.000,00	1.000,00	0,00	471,09
02 0 02 08 00	1011	010308	Outras pensões	100.000,00	294.500,00	0,00	223.819,64
02 0 02 08 00	1011	010309	Seguros	880.000,00	930.000,00	0,00	910.914,12
02 0 02 08 00	1011	010310	Outras desp. Seg. Social	105.000,00	64.275,00	0,00	57.241,51
02 0 02 08 00	1011	020102	Combustíveis e lubrificantes	86.000,00	59.460,00	17.200,00	30.996,84
02 0 02 08 00	1011	020108	Material de escritório	115.000,00	107.400,00	23.000,00	76.644,82
02 0 02 08 00	1011	020117	Ferramentas e utensilios	14.000,00	34.000,00	0,00	23.452,45
02 0 02 08 00	1011	020118	Livros e documentação técnica	25.000,00	46.000,00	0,00	35.762,78
02 0 02 08 00	1011	020201	Encargos das instalações	290.000,00	259.000,00	29.000,00	208.903,34
02 0 02 08 00	1011	020202	Limpeza e higiene	340.000,00	280.000,00	34.000,00	237.820,45
02 0 02 08 00	1011	020203	Conservação de bens	330.000,00	259.000,00	33.000,00	203.585,57
02 0 02 08 00	1011	020204	Locação de edifícios	245.000,00	252.000,00	0,00	251.070,85
02 0 02 08 00	1011	020205	Locação de material de informática	330.000,00	233.000,00	0,00	163.063,49
02 0 02 08 00	1011	020206	Locação de material de transporte	15.000,00	13.500,00	0,00	11.100,00
02 0 02 08 00	1011	020209	Comunicações	590.000,00	403.000,00	59.000,00	294.467,76
02 0 02 08 00	1011	020211	Representação dos serviços	15.000,00	25.000,00	0,00	21.326,04
02 0 02 08 00	1011	020212	Seguros	8.000,00	3.500,00	0,00	2.996,01
02 0 02 08 00	1011	020213	Deslocações e estadas	363.035,00	238.035,00	108.911,00	102.486,77
02 0 02 08 00	1011	020215	Formação	90.000,00	57.500,00	0,00	47.905,61
02 0 02 08 00	1011	020218	Vigilância e segurança	250.000,00	213.000,00	0,00	210.605,16
02 0 02 08 00	1011	020219	Assistência técnica	355.000,00	274.700,00	0,00	269.578,24
02 0 02 08 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	435.000,00	344.000,00	152.250,00	166.243,76
02 0 02 08 00	1011	020225	Outros serviços	100.000,00	57.543,00	35.000,00	16.406,12
02 0 02 08 00	1011	040802	Estágios profissionais	0,00	39.497,00	0,00	38.804,88
02 0 02 08 00	1011	060203	Outras despesas correntes	840.075,00	129.000,00	0,00	125.879,32
02 0 02 08 00	1011	070103	Edifícios	40.000,00	0,00	0,00	0,00
02 0 02 08 00	1011	070107	Equipamento de informática	90.274,00	326.274,00	0,00	218.291,26
02 0 02 08 00	1011	070111	Ferramentas e utensilios	0,00	7.600,00	0,00	7.380,00
Subtotal 01				30.802.986,00	29.922.911,00	1.015.549,00	27.444.950,65

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
164.403,12	0,00	164.403,12	2,88	2,88	0,00	98,5%
11.282.158,64	0,00	11.282.158,64	319.381,36	319.381,36	0,00	94,8%
3.238.098,95	0,00	3.238.098,95	316.851,05	316.851,05	0,00	87,9%
83.072,00	0,00	83.072,00	15,00	15,00	0,00	96,9%
359.983,96	0,00	359.983,96	1.044,04	1.044,04	0,00	98,0%
1.405.878,21	0,00	1.405.878,21	6.792,79	6.792,79	0,00	97,2%
709.095,10	0,00	709.095,10	32.934,90	32.934,90	0,00	93,1%
2.440.297,21	0,00	2.440.297,21	13.899,79	13.899,79	0,00	98,1%
1.661,94	0,00	1.661,94	4.303,06	4.303,06	0,00	27,9%
32.323,82	0,00	32.323,82	19.921,18	19.921,18	0,00	61,9%
1.035,36	0,00	1.035,36	4,64	4,64	0,00	99,6%
22.308,49	0,00	22.308,49	2.801,51	2.801,51	0,00	88,8%
262.698,59	0,00	262.698,59	2.681,41	2.681,41	0,00	99,0%
90.159,40	0,00	90.159,40	1.325,60	1.325,60	0,00	98,6%
3.394.557,98	0,00	3.394.557,98	237.247,02	237.247,02	0,00	93,5%
471,09	0,00	471,09	528,91	528,91	0,00	47,1%
223.819,64	0,00	223.819,64	70.680,36	70.680,36	0,00	76,0%
910.914,12	0,00	910.914,12	19.085,88	19.085,88	0,00	97,9%
57.241,51	0,00	57.241,51	7.033,49	7.033,49	0,00	89,1%
30.996,84	0,00	30.996,84	11.263,16	11.263,16	0,00	52,1%
76.644,82	0,00	76.644,82	7.755,18	7.755,18	0,00	71,4%
23.452,45	0,00	23.452,45	10.547,55	10.547,55	0,00	69,0%
35.762,78	0,00	35.762,78	10.237,22	10.237,22	0,00	77,7%
208.903,34	0,00	208.903,34	21.096,66	21.096,66	0,00	80,7%
237.820,45	0,00	237.820,45	8.179,55	8.179,55	0,00	84,9%
203.585,57	0,00	203.585,57	22.414,43	22.414,43	0,00	78,6%
251.070,85	0,00	251.070,85	929,15	929,15	0,00	99,6%
163.063,49	0,00	163.063,49	69.936,51	69.936,51	0,00	70,0%
11.100,00	0,00	11.100,00	2.400,00	2.400,00	0,00	82,2%
294.467,76	0,00	294.467,76	49.532,24	49.532,24	0,00	73,1%
21.326,04	0,00	21.326,04	3.673,96	3.673,96	0,00	85,3%
2.996,01	0,00	2.996,01	503,99	503,99	0,00	85,6%
102.486,77	0,00	102.486,77	26.637,23	26.637,23	0,00	43,1%
47.905,61	0,00	47.905,61	9.594,39	9.594,39	0,00	83,3%
210.605,16	0,00	210.605,16	2.394,84	2.394,84	0,00	98,9%
269.578,24	0,00	269.578,24	5.121,76	5.121,76	0,00	98,1%
166.243,76	0,00	166.243,76	25.506,24	25.506,24	0,00	48,3%
16.406,12	0,00	16.406,12	6.136,88	6.136,88	0,00	28,5%
38.804,88	0,00	38.804,88	692,12	692,12	0,00	98,2%
125.879,32	0,00	125.879,32	3.120,68	3.120,68	0,00	97,6%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
218.291,26	0,00	218.291,26	107.982,74	107.982,74	0,00	66,9%
7.380,00	0,00	7.380,00	220,00	220,00	0,00	97,1%
27.444.950,65	0,00	27.444.950,65	1.462.411,35	1.462.411,35	0,00	91,7%

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Dotações corrigidas	Cativos ou conge- lamentos	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição				
			F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS	(2)	(3)	(4)	(5)
02 0 02 08 00	1011	010103	Pessoal dos quadros	304.455,00	956.122,00	12.161,00	943.961,00
02 0 02 08 00	1011	010112	Suplementos e prémios	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00
02 0 02 08 00	1011	010113	Subsidio de refeição	82.000,00	82.000,00	0,00	82.000,00
02 0 02 08 00	1011	010202	Horas extraordinárias	10.000,00	2.700,00	0,00	2.700,00
02 0 02 08 00	1011	010204	Ajudas de custo	30.000,00	29.000,00	0,00	29.000,00
02 0 02 08 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	109.173,00	221.877,00	0,00	221.877,00
02 0 02 08 00	1011	010308	Outras pensões	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00
02 0 02 08 00	1011	010309	Seguros	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00
02 0 02 08 00	1011	010310	Outras desp. Seg. Social	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
02 0 02 08 00	1011	020219	Assistência técnica	30.827,00	0,00	0,00	0,00
02 0 02 08 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	37.138,00	12.998,00	12.998,00	0,00
02 0 02 08 00	1011	060203	Outras despesas correntes	20.862,00	0,00	0,00	0,00
			Subtotal 02	834.455,00	1.514.697,00	25.159,00	1.489.538,00
			F.FIN. 280 RECEITA C/ T. SALDOS				
02 0 02 08 00	1011	010103	Pessoal dos quadros	500.000,00	500.000,00	0,00	236.449,88
02 0 02 08 00	1011	010112	Suplementos e prémios	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00
02 0 02 08 00	1011	010204	Ajudas de custo	0,00	26.800,00	0,00	14.110,00
02 0 02 08 00	1011	010212	Indemnizações	0,00	48.200,00	0,00	48.105,84
02 0 02 08 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
02 0 02 08 00	1011	010309	Seguros	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00
02 0 02 08 00	1011	020102	Combustíveis e lubrificantes	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
02 0 02 08 00	1011	020108	Material de escritório	0,00	65.000,00	0,00	23.501,56
02 0 02 08 00	1011	020201	Encargos das instalações	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
02 0 02 08 00	1011	020202	Limpeza e higiene	0,00	41.000,00	0,00	41.000,00
02 0 02 08 00	1011	020203	Conservação de bens	0,00	30.000,00	0,00	27.884,50
02 0 02 08 00	1011	020205	Locação de material de informática	0,00	10.000,00	0,00	246,00
02 0 02 08 00	1011	020213	Deslocações e estadas	100.000,00	240.000,00	0,00	239.870,00
02 0 02 08 00	1011	020219	Assistência técnica	0,00	60.000,00	0,00	53.040,00
02 0 02 08 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	0,00	175.000,00	0,00	156.334,98
02 0 02 08 00	1011	020225	Outros serviços	0,00	24.042,00	0,00	20.519,98
			Subtotal 03	1.100.000,00	1.760.042,00	0,00	1.401.062,74
			Total Geral	32.737.441,00	33.197.650,00	1.040.708,00	30.335.551,39

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
943.961,00	0,00	943.961,00	0,00	0,00	0,00	98,7%
100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
82.000,00	0,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
2.700,00	0,00	2.700,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
29.000,00	0,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
221.877,00	0,00	221.877,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
1.489.538,00	0,00	1.489.538,00	0,00	0,00	0,00	98,3%
236.449,88	0,00	236.449,88	263.550,12	263.550,12	0,00	47,3%
150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
14.110,00	0,00	14.110,00	12.690,00	12.690,00	0,00	52,6%
48.105,84	0,00	48.105,84	94,16	94,16	0,00	99,8%
300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
23.501,56	0,00	23.501,56	41.498,44	41.498,44	0,00	36,2%
30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
41.000,00	0,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
27.884,50	0,00	27.884,50	2.115,50	2.115,50	0,00	92,9%
246,00	0,00	246,00	9.754,00	9.754,00	0,00	2,5%
239.870,00	0,00	239.870,00	130,00	130,00	0,00	99,9%
53.040,00	0,00	53.040,00	6.960,00	6.960,00	0,00	88,4%
156.334,98	0,00	156.334,98	18.665,02	18.665,02	0,00	89,3%
20.519,98	0,00	20.519,98	3.522,02	3.522,02	0,00	85,4%
1.401.062,74	0,00	1.401.062,74	358.979,26	358.979,26	0,00	79,6%
30.335.551,39	0,00	30.335.551,39	1.821.390,61	1.821.390,61	0,00	91,4%

Controlo Orçamental - Receita

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar no início Ano	Receitas Liquidadas
Orgânica	Func.	Económica					
Código	Código	Código	Descrição				
				(2)	(3)	(4)	(5)
02 0 02 08 00	1011	0603010102	Rec. Func. Normal				
			F.FIN.110 RECEITAS GERAIS				
			Transf. Correntes - O.E.	30.802.986,00	30.802.986,00	0,00	27.444.950,65
			Subtotal 01	30.802.986,00	30.802.986,00	0,00	27.444.950,65
			F.FIN.123 RECEITA C/ T. SALDOS				
02 0 02 08 00	1011	0402049902	Coimas e penalidades	20.000,00	20.000,00	0,00	56.812,48
02 0 02 08 00	1011	0701039902	Publicações e impressos	40.000,00	40.000,00	9.229,12	43.256,65
02 0 02 08 00	1011	0702029902	Serviços	700.000,00	700.000,00	70.936,57	872.542,09
02 0 02 08 00	1011	0801999902	Outras receitas correntes	80.000,00	80.000,00	9.321,55	278.378,01
02 0 02 08 00	1011	1601050202	Integração Saldo Gerência Anterior	0,00	487.983,00	0,00	487.983,00
			Subtotal 02	840.000,00	1.327.983,00	89.487,24	1.738.972,23
			F.FIN.280 RECEITA C/ T. SALDOS				
02 0 02 08 00	1011	0609019902	Transf. Correntes - U.E. Instituições	1.100.000,00	1.100.000,00	0,00	741.020,74
02 0 02 08 00	1011	1601050402	Integração Saldo Gerência Anterior	0,00	660.042,00	0,00	660.042,00
			Subtotal 03	1.100.000,00	1.760.042,00	0,00	1.401.062,74
			Total Rec. Func. Normal	32.742.986,00	33.891.011,00	89.487,24	30.584.985,62
			Total Geral	32.742.986,00	33.891.011,00	89.487,24	30.584.985,62

(continua)

Controlo Orçamental - Receita (continuação)

(Valores em euros)

Liquidações Anuladas (6)	Receitas cobradas brutas (7)	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida (10)=(7)-(9)	Receitas por cobrar no final do ano (11)=(4)+(5)-(6)-(7)	Grau de execução orçamental das receitas das receitas (12)=(10)/(3)*100
		Emitidos (8)	Pagos (9)			
0,00	27.444.950,65	0,00	0,00	27.444.950,65	0,00	89,1%
0,00	27.444.950,65	0,00	0,00	27.444.950,65	0,00	89,1%
0,00	56.812,48	0,00	0,00	56.812,48	0,00	284,1%
0,00	43.256,65	0,00	0,00	43.256,65	2.038,38	108,1%
0,00	872.542,09	0,00	0,00	872.542,09	136.812,10	124,6%
0,00	278.378,01	0,00	0,00	278.378,01	12.225,47	348,0%
0,00	487.983,00	0,00	0,00	487.983,00	0,00	100,0%
0,00	1.738.972,23	0,00	0,00	1.738.972,23	151.075,95	130,9%
0,00	741.020,74	0,00	0,00	741.020,74	46.047,51	67,4%
0,00	660.042,00	0,00	0,00	660.042,00	0,00	100,0%
0,00	1.401.062,74	0,00	0,00	1.401.062,74	46.047,51	79,6%
0,00	30.584.985,62	0,00	0,00	30.584.985,62	197.123,46	90,2%
0,00	30.584.985,62	0,00	0,00	30.584.985,62	197.123,46	90,2%

DEMONSTRAÇÃO
DOS FLUXOS
DE CAIXA



Relatório e Contas

2013



Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Pagamentos		
Capítulo	Grupo			
1		Despesas		40.215.822,99
		Despesas Orçamentais (OE)		27.444.950,65
		Correntes e de Capital/Orç. Funcionamento	27.444.950,65	
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	19.682.987,19	
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	57.329,61	
	01.03.	Segurança Social	4.939.862,33	
	02.01.	Aquisição de Bens	166.856,89	
	02.02.	Aquisição de Serviços	2.207.559,17	
	04.	Estágios PEPAC	38.804,88	
	06.	Outras Despesas Correntes	125.879,32	
	07.	Aquisições bens capital	225.671,26	
1		Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com ou sem transição dos saldos		2.890.600,74
		Correntes	2.890.600,74	
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	1.512.410,88	
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	93.915,84	
	01.03.	Segurança Social	681.877,00	
	02.01.	Aquisição de Bens	33.501,56	
	02.02.	Aquisição de Serviços	568.895,46	
	07.	Aquisições bens capital	0,00	
		Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias		3.140.034,97
		Descontos em Vencimentos e Salários:		
		Receita do Estado	3.973.537,00	
		Operações de Tesouraria	2.354.670,37	
		Importâncias entregues ao Estado e O. Entidades:		6.740.236,63
		Receita do Estado	4.339.548,48	
		Operações de Tesouraria	2.400.688,15	
		Saldo para a gerência seguinte		12.997,89
		Execução orçamental		0,00
		De dot. orçamentais OE	0,00	
		De receitas próprias	0,00	
		Na posse do Serviço	0,00	
		Na posse do Tesouro	249.434,23	
		De receita do Estado		0,00
		De operações de tesouraria		12.997,89
		Descontos em vencimentos e salários:		
		Receita do Estado	0,00	
		Total		40.228.820,88

ANEXOS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



Relatório e Contas

2013



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em euros)

8.1 - CARATERIZAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

8.1.1 Identificação, regime financeiro e outros elementos

O Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE, I. P.) é um instituto público de regime especial, nos termos da lei, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, com sede na Avenida de António José de Almeida, em Lisboa, tendo por missão a produção e divulgação da informação estatística oficial, promovendo a coordenação, o desenvolvimento e a divulgação da atividade estatística nacional.

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) a Lei Orgânica do INE (Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de agosto) foi revogada e foram publicados o Decreto-Lei nº 166/2007, - Lei Orgânica do INE e a Portaria nº 662-H/2007, de 31 de março, - Estrutura Orgânica do Instituto, os quais, entretanto, também foram revogados.

Atualmente estão em vigor: o Decreto-Lei nº 136/2012, de 2 de julho, que define a Lei Orgânica do INE e a Portaria nº 423/2012, de 28 de dezembro, que define os Estatutos do Instituto.

Na sequência da aprovação da Lei nº 32-B/2002, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2003), este Instituto perdeu a sua autonomia financeira, deixando de ser um Serviço Autónomo, para passar ao regime de Serviço com Autonomia Administrativa, a partir de 1 de janeiro de 2003, conforme estipulado no Artigo 3º do referido Diploma.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 54/2003, de 28 de março (Normas de execução do Orçamento do Estado para 2003), foi extinta a comissão de fiscalização do INE (Artigo 60º do citado Diploma), pelo que o presente relatório e contas não inclui parecer às contas emitido por esta comissão.

Dos factos acima referidos não resulta a necessidade de quaisquer alterações aos critérios contabilísticos, continuando a aplicar-se o POCP na preparação da informação contabilística a disponibilizar, que é comparável à informação disponibilizada no exercício anterior.

8.1.2 Legislação aplicável

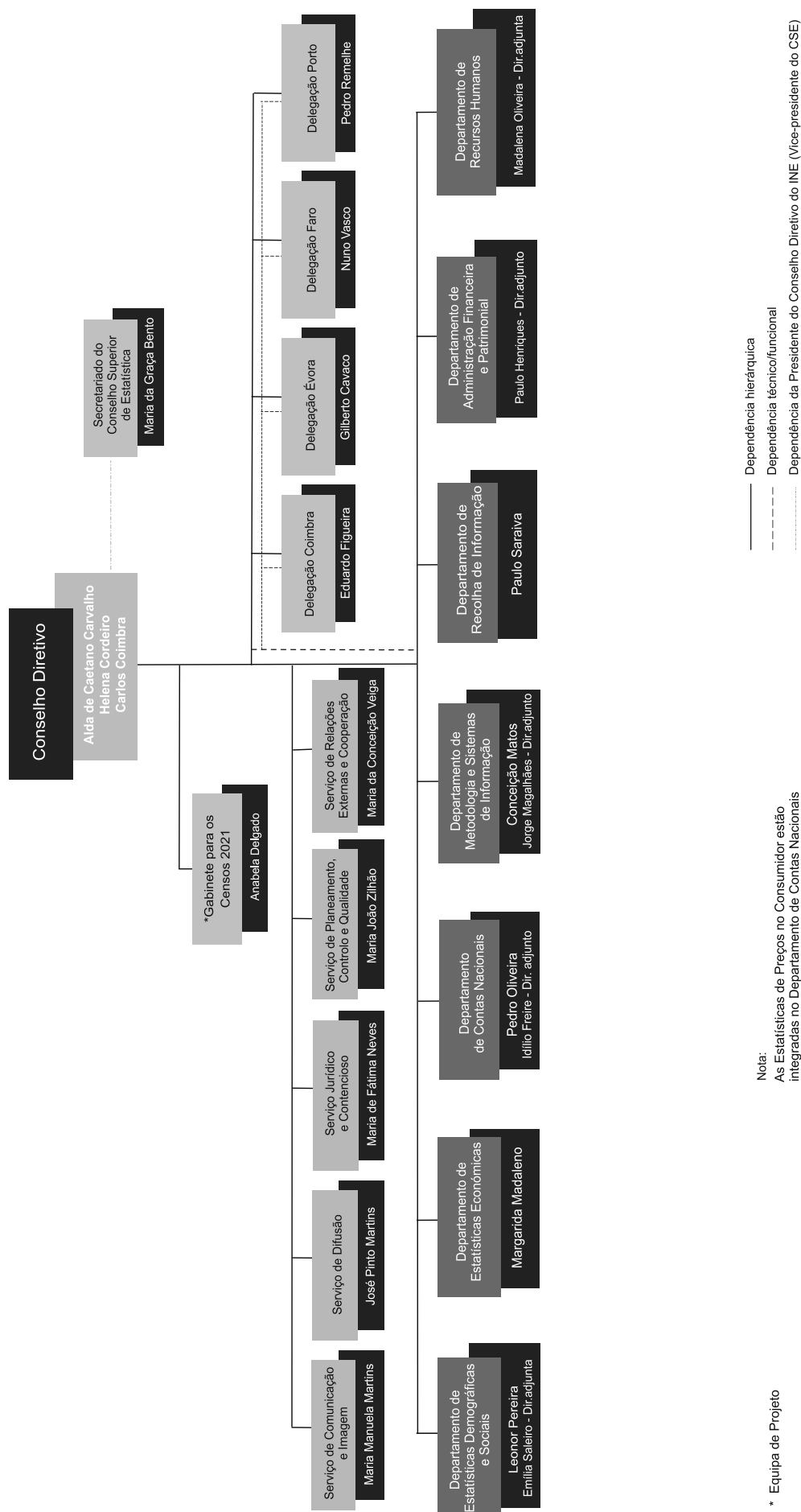
O INE foi criado pela Lei nº 1911, de 25 de maio de 1935, data em que foram pela primeira vez estabelecidos os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional. Desde então, quer a Lei Orgânica do INE, quer os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional mantiveram-se praticamente inalterados não obstante se ter verificado a publicação de numerosos diplomas legais.

Entre 1989 e 2008 a Lei nº 6/89, de 15 de abril, estabeleceu as bases gerais do Sistema Estatístico Nacional. Atualmente é a Lei nº 22/2008, de 13 de maio, que estabelece o enquadramento geral da atividade estatística nacional, definindo nomeadamente, os princípios fundamentais do Sistema Estatístico Nacional, a sua estrutura e as normas que o regem.

A Lei Orgânica do INE, entre 1989 e 2007, encontrava-se definida no Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de agosto e entre 2007 e 2012, no Decreto-Lei nº 166/2007, de 3 de maio.

Atualmente a Lei Orgânica do Instituto encontra-se definida no Decreto Lei nº 136/2012, de 2 de julho e a Portaria nº 423/2012, de 28 de dezembro, estabelece os Estatutos do INE.

8.1.3 Estrutura organizacional do INE e identificação dos responsáveis, à data de 31 de Dezembro de 2013



8.1.5 Recursos Humanos à data de 31 de Dezembro de 2013

CATEGORIA	Nº EFE- TIVOS	RELAÇÃO JUR. EMPREGO			UNIDADE ORGÂNICA																		
		QUADRO	TERMO CERTO	REQ./C.S.	O.SOC	JC	CI	PCQ	REC	DI	GE	GC	DES	DEE	DCN	DAFP	DRH	GRH	DMSI	DRI	SCSE	AC	DEL.
Presidente e Vogais	3	0		3	3																		
Diretores Departamento	5	4		1									1	1	1				1	1			
Diretor Adjunto	5	5											1		1	1	1		1				
Chefes de Serviço	29	29				1	1	1	1	1			4	4	6	1	1		5	3			
Delegados	4	4																					4
Coordenador Projeto	1	1									1												
Chefe de Núcleo	14	14							1						2					11			
Tec. Sup. Estatística	224	224					1	3	2	4		3	32	28	53			20	28	45	2	3	
Tec. Sup. Informática	52	52										1	2		1			3	42	2		1	
Out. Tec. Superiores	43	41		2		3	1		2	6			4	3	3	2	6	1	6	4	2		
Adjuntos de Estatística	182	182						2	1	11		1	6	21	13	2	5	3	18	95	1	1	2
Administrativos	53	53				1	2	1		4			1		1	8	4		5	17	2		7
Tec. Prof. Informática	24	24								3			1	1		2		1	9	6			1
Out. Tec. Profissionais	46	45		1	2	1	1		2	7		1		1		2	2	6	3	16			2
Apoio Geral	15	15				2	3									6	1	1					2
TOTAIS	700	693	0	7	8	7	8	6	8	37	0	7	52	59	81	24	20	35	118	200	7	5	18

8.1.4 Descrição sumária das atividades

Este ponto encontra-se devidamente desenvolvido no relatório do Conselho Diretivo.

8.1.6 Organização contabilística

(a) O INE dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente através do Manual de Planeamento e Controlo, Plano de Contas e Sistema de Contabilidade Analítica e Orçamental.

(b) A informação contabilística é disponibilizada mensalmente, no final da 1ª quinzena do mês seguinte a que se refere.

(c) Os registos contabilísticos são revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, de extratos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias.

(d) São elaboradas trimestralmente conciliações bancárias, tanto pela Tesouraria como pela Contabilidade Geral.

(e) As contas de terceiros são analisadas mensalmente.

(f) Existe inventário permanente para todas as existências.

(g) São feitos inventários físicos no final de cada exercício, cabendo ao Departamento de Administração Financeira e Patrimonial emitir as devidas instruções.

(h) Existe uma aplicação informática (GERFIP), de suporte à contabilidade, onde se encontram cadastrados todos os bens do ativo imobilizado.

(i) Existe controlo orçamental, com periodicidade mensal, baseado num sistema de contabilidade analítica e orçamental.

(j) A contabilidade elabora regularmente a informação contabilística seguinte:

Informação Anual:

Conta de Gerência;
Relatório e Contas.

Informação Mensal:

Balancetes do Razão, geral e analítico;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por natureza;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por unidade orgânica;
Quadros do controlo orçamental de investimentos, por natureza;
Balancete de execução orçamental (Investimento e Funcionamento).

8.1.7 Outra informação considerada relevante

- (a) Não existe órgão interno de auditoria.
- (b) Existem fundos fixos de caixa.
- (c) A maior parte das receitas cobradas são depositadas no mesmo dia. Excecionalmente, podem transitar para o dia seguinte. Observa-se, ainda, para grandes montantes, transferências bancárias.
- (d) Os valores em caixa são controlados periodicamente, emitindo-se relatório discriminativo dos montantes existentes, por espécie.
- (e) Existe centralização das compras. São realizadas através do Serviço de Logística do Departamento de Administração Financeira e Patrimonial. Ocorrem, no entanto, situações muito pontuais de descentralização, especialmente a nível das Delegações do INE, no que se refere à aquisição de bens e serviços de utilização local.
- (f) Todas as compras são conferidas e controladas nos atos de receção.
- (g) Toda a faturação (recebida e emitida) é sistematicamente controlada pelos órgãos intervenientes.
- (h) Existe separação e segregação das funções de faturação, de registo e de controlo das contas correntes.
- (i) As folhas de vencimentos e salários são supervisionadas por pessoas diferentes das que as elaboram.
- (j) Os bens e direitos do INE estão convenientemente salvaguardados, quer por práticas de controlo interno quer através de seguros patrimoniais.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

8.2.1 Derrogações ao POCP

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro.

A informação referente ao presente exercício é, nos aspetos relevantes, comparável com a do ano anterior, apesar de, até 31 de dezembro de 1999, o INE ter preparado as suas contas em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de julho.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POCP, sendo de referir que os números não indicados neste Anexo não têm aplicação ou não são relevantes.

8.2.3 Principais políticas e critérios contabilísticos

(a) Especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

(b) Vendas e prestações de serviços

Estas rubricas refletem as receitas próprias do INE, provenientes das vendas de publicações e dos serviços prestados no âmbito dos diversos inquéritos realizados a pedido de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

(c) Proveitos suplementares

Esta rubrica reflete, essencialmente, os reembolsos de despesas efetuadas pelo INE no âmbito de deslocações ao estrangeiro, ações de cooperação e patrocínios recebidos.

(d) Subsídios à exploração e ao investimento

(di) Subsídios correntes obtidos – Orçamento de Funcionamento e de Investimento

Devido ao fato da atividade do Instituto ser financiada essencialmente pelo Orçamento do Estado, e este ser responsável por cobrir qualquer déficit financeiro e que qualquer superavit será deduzido a subsídios futuros, os proveitos são especializados tendo em consideração o acima referido por contrapartida da conta de Acréscimos e diferimentos. Assim, exceto quanto às situações que não originam movimentos de fundos, nomeadamente:

- Constituição, reforço e/ou anulações de provisões;
- Amortização, alienação e abate dos bens do imobilizado à data do balanço inicial, que tiveram como contrapartida Fundos próprios – Património; e
- Existências de Produtos acabados / Variação da produção

todos os outros custos são compensados no exercício com proveitos resultantes de transferências recebidas ou a receber do Estado ou de receitas próprias.

(dii) Outros subsídios

Os subsídios abaixo referidos são contabilizados em proveitos na proporção dos custos elegíveis incorridos:

- Contribuições financeiras provenientes de organismos da União Europeia, nomeadamente do EUROSTAT (Serviço de Estatística da Comissão Europeia (ver Nota 8.2.3 (h))); e
- Verbas provenientes de candidaturas a fundos comunitários (ver Nota 8.2.3 (h)).

(diii) Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos em balanço na data da respetiva realização dos investimentos e são transferidos para proveitos durante o período de vida útil estimada do bem com que estão diretamente relacionados, na proporção dos montantes das reintegrações contabilísticas.

(e) Imobilizações corpóreas e amortizações

Os bens do imobilizado corpóreo encontram-se registados ao custo de aquisição, com exceção dos edifícios e terrenos adquiridos antes de 28 de agosto de 1989, os quais foram, a essa data, objeto de avaliação por parte de avaliador independente.

O INE utilizou, no exercício, para efeitos de cálculo de amortizações do imobilizado corpóreo, o previsto na Portaria nº 671/2000 (2ª série), de 17 de abril.

Dentro de cada rubrica, foram praticadas taxas compreendidas nos intervalos a seguir referidos:

Edifícios e outras construções	2 % - 25 %
Equipamento básico	10 % - 25 %
Equipamento de transporte	25 %
Ferramentas e utensílios	10 % - 25 %
Equipamento administrativo	8,33 % - 25 %
Equipamento de informática	10 % - 33,33 %
Outras imobilizações corpóreas	10 % - 33,33 %

(f) Existências e provisões para depreciação de existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo respetivo preço de aquisição. Como método de valorização das saídas é utilizado o preço médio.

Os produtos acabados e intermédios são valorizados ao preço de mercado, dado este ser inferior ao custo de produção.

A provisão para depreciação das existências tem por base de cálculo o ano de edição, uma vez que a procura recai sobre as publicações com dados mais recentes, utilizando-se as seguintes taxas:

- 95 % para publicações editadas há mais de 24 meses;
- 80 % para publicações editadas há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0 % para publicações editadas há menos de 12 meses.

Considera-se que a provisão assim calculada reflecte de forma adequada os riscos efetivos de perda possível.

(g) Provisão para cobranças duvidosas

A provisão para cobranças duvidosas tem por base de cálculo o prazo médio de recebimento, utilizando-se as seguintes taxas:

- 100 % para créditos em mora há mais de 24 meses;
- 50 % para créditos em mora há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0 % para créditos em mora há menos de 12 meses.

O valor da provisão assim calculada é idêntico ao montante considerado necessário numa perspetiva de risco efetivo de cobrança.

(h) Acréscimos de proveitos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização dos proveitos relacionados com:

- As contribuições financeiras provenientes da Comissão Europeia, em função da periodização dos custos elegíveis para efeitos de justificação da contribuição; e
- Os financiamentos a receber de candidaturas a fundos comunitários no final de cada exercício, em função das despesas elegíveis para o período.

(i) Proveitos diferidos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização:

- dos subsídios ao investimento e à exploração conforme descrito na Nota 8.2.3 (d) acima; e
- da parte dos serviços prestados faturados e ainda não prestados (ver Nota 8.2.39 (c)).

(j) Complemento para Pensão de Reforma

Em 21 de dezembro de 1999, o INE procedeu à constituição de um fundo de pensões fechado e de contribuição definida a favor dos seus empregados. Assim, as contribuições anuais ou extraordinárias que foram feitas para o fundo foram registadas em custos do exercício em que ocorreram.

Em 30 de abril de 2001, o fundo de pensões foi alterado, tendo passado de contribuição definida, para benefícios definidos, sendo registado em custos do exercício o valor entregue ao Fundo, o qual, grosso modo, corresponde ao aumento das responsabilidades pelo complemento das pensões de reforma (ver Nota 8.2.39 (e)).

8.2.7 Movimentos no ativo imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

ACTIVO BRUTO					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos	13.744.806,64	0,00	0,00	0,00	13.744.806,64
Edifícios e outras construções	9.809.886,90	0,00	(6.145,47)	0,00	9.803.741,43
Equipamento básico	1.193.283,46	0,00	0,00	0,00	1.193.283,46
Equipamento de transporte	384.555,39	0,00	0,00	0,00	384.555,39
Ferramentas e utensílios	132.989,76	7.380,00	0,00	0,00	140.369,76
Equipamento administrativo	15.664.980,58	218.906,26	(164.063,95)	0,00	15.719.822,89
Outras imobilizações corpóreas	14.846,64	0,00	0,00	0,00	14.846,64
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	40.945.349,37	226.286,26	(170.209,42)	0,00	41.001.426,21

AMORTIZAÇÕES					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	4.394.799,21	186.058,02	(6.145,47)	0,00	4.574.711,76
Equipamento básico	1.179.052,66	2.548,80	0,00	0,00	1.181.601,46
Equipamento de transporte	384.555,39	0,00	0,00	0,00	384.555,39
Ferramentas e utensílios	122.274,50	8.213,88	0,00	0,00	130.488,38
Equipamento administrativo	15.260.057,42	268.343,62	(164.063,95)	0,00	15.364.337,09
Outras imobilizações corpóreas	8.803,06	0,00	0,00	0,00	8.803,06
Totais	21.349.542,24	465.164,32	(170.209,42)	0,00	21.644.497,14

8.2.8 Mapa de reintegrações e amortizações (ver Nota 8.2.3 (e))

Encontra-se disponível no Departamento de Administração Financeira e Patrimonial, deste Instituto, a informação referente a este ponto. Dado ser um documento muito extenso e como a informação global já se encontra devidamente detalhada nos quadros acima, optou-se por não incluir o mencionado mapa (ver Nota 8.2.7).

8.2.12 Outras informações relativas ao imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

As imobilizações estão afetas, na totalidade, à atividade do INE.

8.2.24 Valores a pagar e a receber do pessoal

Em 31 de dezembro de 2013 as responsabilidades assumidas com o pessoal ascendem a cerca de 3.005.974,41 (2012: 1.451.046,01) e correspondem às férias e respetivos encargos vencidos em 2013 e a pagar em 2014 encontrando-se registados em acréscimos de custos.

Em 31 de dezembro de 2013 o valor a receber do pessoal ascende a 4.660,00 (2012: 5.190,00) e corresponde, na sua totalidade, a adiantamentos com deslocações.

8.2.31 Movimento das provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para depreciação de existências	301.291,12	0,00	(1.646,66)	299.644,46
Subtotal	301.291,12	0,00	(1.646,66)	299.644,46
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	301.291,12	0,00	(1.646,66)	299.644,46

As movimentações das contas de provisões para cobranças duvidosas e depreciação de existências são efetuadas de acordo com o referido nas Notas 8.2.3 (g) e 8.2.3 (f), respetivamente.

8.2.32 Movimentos ocorridos no exercício em rubricas de fundos próprios

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Património	20.772.818,99	0,00	0,00	20.772.818,99
Resultados transitados	(5.379.197,85)	0,00	(65.784,30)	(5.444.982,15)
Resultado líquido do exercício:				
2012	(65.784,30)	65.784,30	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	(1.825,11)	(1.825,11)
Totais	15.327.836,84	65.784,30	(67.609,41)	15.326.011,73

As variações ocorridas por aplicação do resultado do exercício têm origem em despacho específico do Ministro da Tutela, no âmbito do processo de aprovação das contas daquele exercício.

O saldo da rubrica Património, no montante de 20.772.818,99, corresponde à diferença que foi apurada com referência a 28 de agosto de 1989, entre o valor do conjunto dos bens e direitos e das obrigações, determinados com base nos inventários, avaliações e registos disponíveis, à data da transformação do INE em Instituto Público.

O Resultado líquido do exercício e em conformidade com o referido na Nota 8.2.3 (di) resulta dos seguintes factos:

Amortizações do exercício de bens não subsidiados	(54.867,77)
Abates no exercício de bens não subsidiados	0,00
Constituição, aumentos e/ou reduções de Provisões	1.646,66
Variação da Produção	31.550,67
Outras situações	19.845,33
Resultado líquido do exercício	(1.825,11)

8.2.33 Demonstração do custo das matérias consumidas

Movimento de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
Existências iniciais	99.431,15
Compras	100.810,04
Regularização de existências	(1.046,92)
Existências finais	(119.276,48)
Custos no exercício	79.917,79

8.2.34 Demonstração da variação de produção

Movimento de Produtos acabados e intermédios	
Existências finais	353.300,41
Existências iniciais	(321.749,74)
Aumentos/Reduções no exercício	31.550,67

8.2.37 Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2013	2012		2013	2012
681 - Juros suportados	0,00	0,00	781 - Juros obtidos	0,00	0,00
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	18,91	0,00	785 - Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
688 - Outros custos e perdas financeiros	3.824,03	1.857,14	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Resultados financeiros	(3.842,94)	(1.857,14)			
	0,00	0,00		0,00	0,00

8.2.38 Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2013	2012		2013	2012
692 - Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792 - Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693 - Perdas em existências	2.017,43	2.170,55	793 - Ganhos em existências	970,51	4.624,45
694 - Perdas em imobilizações	0,00	208,48	794 - Ganhos em imobilizações	300,00	499,12
695 - Multas e penalidades	0,00	0,00	796 - Reduções de amortizações e provisões	1.646,66	41.117,73
697 - Correções relativas a exercícios anteriores	182.881,41	182.925,29	797 - Correções relativas a exercícios anteriores	4.804,07	81.554,01
698 - Outros custos e perdas extraordinários	0,72	896.633,09	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários (a)	2.264.097,91	2.440.391,03
Resultados extraordinários	2.086.919,59	1.486.248,93			
	2.271.819,15	2.568.186,34		2.271.819,15	2.568.186,34

(a) A rubrica Outros proveitos e ganhos extraordinários inclui o montante de 410.296,55 (2012: 790.802,87) referente ao valor dos subsídios ao investimento transferido para proveitos, conforme descrito na Nota 8.2.3 (diii) (Ver também Nota 8.2.39 (c)).

8.2.39 Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**(a) Outros devedores**

Rubricas	2013	2012
EUROSTAT	52.355,00	0,00
Pessoal	4.660,00	5.190,00
Outros (Inclui Saldo da Gerência Anterior na posse do Tesouro)	249.434,23	1.156.227,97
Totais	306.449,23	1.161.417,97

(b) Acréscimos de proveitos (ver Nota 8.2.3 (h))

Rubricas	2013	2012
Comissão Europeia/Eurostat	953.224,15	887.342,92
Outros acréscimos de proveitos	953.382,49	0,00
Totais	1.906.606,64	887.342,92

(c) Proveitos diferidos (ver Nota 8.2.3 (i))

Rubricas	2013	2012
Subsídios ao investimento (ver Nota 8.2.3 (diii))	4.203.849,77	4.387.860,06
Comissão Europeia/Eurostat (ver Nota 8.2.3 (dii))	37.149,24	374.400,00
Outros proveitos diferidos	0,00	896.633,01
Totais	4.240.999,01	5.658.893,07

A rubrica de subsídios ao investimento decompõe-se como segue, por contas do imobilizado:

Rubricas	2013	2012
Terrenos	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	3.820.757,02	3.951.947,27
Equipamento básico	11.682,00	14.230,80
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Ferramentas e utensílios	9.881,38	10.715,26
Equipamento administrativo	355.485,79	404.923,15
Outras imobilizações corpóreas	6.043,58	6.043,58
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Totais	4.203.849,77	4.387.860,06

A variação no exercício de subsídios ao investimento é a seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	4.387.860,06
Reforço (OF)	226.286,26
Valor transferido para proveitos do exercício (ver Notas 8.2.3 (dii) e 8.2.38)	(410.296,55)
Outras reduções, por abates	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	4.203.849,77

(d) Transferências e subsídios correntes obtidos

O valor das transferências e dos subsídios correntes obtidos evidenciado na Demonstração dos resultados engloba montantes com origens diferenciadas (ver Nota 8.2.3 (di) e (dii)), como segue:

Rubricas	2013	2012
Orçamento de Funcionamento	27.219.279,39	26.559.977,64
Orçamento do PIDDAC	0,00	0,00
Comissão Europeia/Eurostat	1.330.046,92	1.020.337,23
Totais	28.549.326,31	27.580.314,87

(e) Complemento de pensões de reforma

Conforme referido na Nota 8.2.3 (j) o INE assumiu em abril de 2001 responsabilidades pelo pagamento de complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Este plano é aplicável aos empregados no ativo, que sejam reformados à idade normal da reforma, os quais terão direito a uma pensão mensal vitalícia, não atualizável correspondente a 10% da remuneração base mensal líquida auferida à data da reforma. Caso o empregado seja considerado total e permanentemente inválido antes da data normal de reforma, e cumpridos os requisitos previstos no período de carência, o plano garante o pagamento de uma pensão vitalícia, pagável mensalmente, calculada com a seguinte formula:

$$PM = 40\% \times (1 - (X - 20) / 45) \times RML$$

X – idade do participante na data da reforma

RML = Remuneração base mensal líquida

Os estudos atuariais efetuados por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas, utilizaram o método da Unidade projetada e tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2013	2012
Tábua de mortalidade	TV 88/90 (-1)	TV 88/90 (-1)
Tábua de invalidez	75% EVK 80	75% EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	2%	2%
Taxa de crescimento das pensões	0%	0%

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a cobertura das responsabilidades pelos ativos do Fundo que lhes estão afetos, era como segue:

	2013	2012
Valor atual das responsabilidades por serviços passados	5.060.095,00	4.864.245,00
Valor patrimonial do Fundo	5.299.845,00	4.900.395,00
Excesso/Insuficiência de cobertura	239.750,00	36.150,00

A variação nas responsabilidades por serviços passados decompõem-se como segue:

Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2012	4.864.245,00
Custo dos serviços correntes	196.527,00
Custos dos juros	193.471,00
Ganhos/Perdas Atuariais	(139.200,00)
Benefícios Pagos	(54.948,00)
Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2013	5.060.095,00

Também, conforme referido na Nota 8.2.3 (j), o INE registou em custos dos exercícios os montantes entregues ao Fundo para cobertura das responsabilidades, cujo valor não difere de forma significativa do custo do exercício calculado em conformidade com o previsto na Diretriz Contabilística nº 19.

Alterações Orçamentais - Despesa

(Valores em euros)

Classificação económica		Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais			Reposições abatidas aos pagamentos (8)	Dotações corrigidas (9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(-7)+(8)	Observações (10)	
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (6)				Modificações na redacção da rubrica (7)
			Reforços (4)	Anulações (5)					
Desp. Func. Normal									
	F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS								
01.01.	Remun. certas e permanentes	20.967.492,00	1.801.085,00	-1.870.480,00	0,00	0,00	20.898.097,00		
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais	179.040,00	2.110,00	-96.790,00	0,00	0,00	84.360,00		
01.03.	Segurança social	4.690.070,00	762.500,00	-174.125,00	0,00	0,00	5.278.445,00		
02.	Aq. bens e serviços correntes	3.996.035,00	425.500,00	-1.261.897,00	0,00	0,00	3.159.638,00		
04.	Estagiários PEPAC	0,00	39.497,00	0,00	0,00	0,00	39.497,00		
06.	Outras despesas correntes	840.075,00	59.000,00	-770.075,00	0,00	0,00	129.000,00		
07.	Aq. bens capital	130.274,00	246.600,00	-43.000,00	0,00	0,00	333.874,00		
	Subtotal 01	30.802.986,00	3.336.292,00	-4.216.367,00	0,00	0,00	29.922.911,00		
F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS									
01.01.	Remun. certas e permanentes	486.455,00	54.967,00	0,00	596.700,00	0,00	1.138.122,00		
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais	40.000,00	0,00	-8.300,00	0,00	0,00	31.700,00		
01.03.	Segurança social	219.173,00	63.267,00	-54.967,00	104.404,00	0,00	331.877,00		
02.	Aq. bens e serviços correntes	67.965,00	0,00	-54.967,00	0,00	0,00	12.998,00		
06.	Outras despesas correntes	20.862,00	0,00	-20.862,00	0,00	0,00	0,00		
07.	Aq. bens capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Subtotal 02	834.455,00	118.234,00	-139.096,00	701.104,00	0,00	1.514.697,00		
F.FIN. 260 RECEITA C/ T. SALDOS									
01.01.	Remun. certas e permanentes	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00		
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais	0,00	48.200,00	-8.200,00	35.000,00	0,00	75.000,00		
01.03.	Segurança social	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00		
02.	Aq. bens e serviços correntes	100.000,00	80.000,00	-120.000,00	625.042,00	0,00	685.042,00		
06.	Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Subtotal 03	1.100.000,00	128.200,00	-128.200,00	660.042,00	0,00	1.760.042,00		
	Total	32.737.441,00	3.582.726,00	-4.483.663,00	1.361.146,00	0,00	33.197.650,00		

Alterações Orçamentais - Receita

Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	Observações (8)
Código (1)	Descrição (2)		Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
Receitas Func. Normal							
06.03.01.01.02	F.FIN.110 RECEITAS GERAIS	30.802.986,00				29.922.911,00	
	Tranf. Correntes - O.E.	30.802.986,00	0,00	3.336.292,00	-4.216.367,00	29.922.911,00	
Subtotal 01							
F.FIN.123 RECEITA C/ T. SALDOS							
04.02.04.99.02	Coimas e penalidades	20.000,00	30.000,00	0,00	0,00	50.000,00	
07.01.03.99.02	Publicações e impressos	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	
07.02.02.99.02	Serviços	694.455,00	181.404,00	0,00	-20.862,00	854.997,00	
08.01.99.99.02	Outras receitas correntes	80.000,00	200.000,00	0,00	0,00	280.000,00	
	Integração Saldo Gerência Anterior	0,00	289.700,00	0,00	0,00	289.700,00	
Subtotal 02							
		834.455,00	701.104,00	0,00	-20.862,00	1.514.697,00	
F.FIN. 260 RECEITA C/ T. SALDOS							
06.09.01.99.02	Tranf. Correntes - U.E. Instituições	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00	
	Integração Saldo Gerência Anterior	0,00	660.042,00	0,00	0,00	660.042,00	
Subtotal 03							
		1.100.000,00	660.042,00	0,00	0,00	1.760.042,00	
Total							
		32.737.441,00	1.361.146,00	3.336.292,00	-4.237.229,00	33.197.650,00	

(Valores em euros)

Transferências Correntes - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Fonte de Financiamento 111		
Lei do Orçamento de Estado para 2013 - Orç. Funcionamento	28.573.488,00	27.219.279,39
Lei do Orçamento de Estado para 2013 - CAPº 50º (PIDDAC)	0,00	0,00
TOTAL	28.573.488,00	27.219.279,39

Transferências de Capital - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Fonte de Financiamento 111		
Lei do Orçamento de Estado para 2013 - Orç. Funcionamento	333.874,00	225.671,26
Lei do Orçamento de Estado para 2013 - CAPº 50º (PIDDAC)	0,00	0,00
TOTAL	333.874,00	225.671,26

Subsídios Obtidos

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Subsídios recebidos (3)	Subsídios previstos e não recebidos (4)
Subvenções com o EUROSTAT	Apoio de projectos para obtenção de informação estatística harmonizada entre Estados Membros	1.401.062,74	0,00
	TOTAL	1.401.062,74	0,00